

BAKUNIN



ESCRITOS
CONTRA MARX

Mikhail Bakunin

ESCRITOS CONTRA MARX

Tradução Plínio Augusto Coelho

Revisão: José Luis Solazzi

Projeto de Capa: Plínio Augusto Coelho

Ilustração da Capa: Kopf mit deutscher Barttracht, 1920

Av. Pompéia, 2.549 conj. 01

Vila Pompéia

Tel: (11) 3864-2964

Fax: (11) 3864-3242

ed. imaginario@uol. com.br

05023-001 São Paulo - SP

Soma

Gol. Anarquista Brancaleone Rua Áurea, 88 - Santa Teresa 20240-210 Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2224-6578

soma.rio@terra.com.br

<http://move.to/soma>

Tesão - A Casa da Soma

Caixa Postal 70.513

05013-990 São Paulo - SP

e-mail: somaterapia@bol.com.br

<http://pagina.de/soma>

Tel.: (11) 3864-7046

Nu-Sol

Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos

Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

http://www.geocities.com/~nu-sol_pucsp

Telefax: (11) 3670-8517

SUMARIO

Apresentação: **Bakunin versus Marx: Conflito de titãs na Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.)**

Carta ao Jornal *La Liberte*, de Bruxelas

Escrito contra Marx

BAKUNIN VERSUS MARX

Conflito de titãs na Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.)

Sérgio Augusto Queiroz Norte

Experiência histórica dos trabalhadores europeus e a Internacional

O capitalismo industrial necessita para sua reprodução de um crescente mercado mundial que se revelará, ideologicamente dentro do discurso burguês, nos apelos à fraternidade entre os povos. de 1789 à ONU. Ao advogar a paz entre as nações (fundamenta] para o processo de circulação de mercadorias), a burguesia também engendra a centralização política; o Estado Moderno e a inevitável disputa armada, ou não, entre os mesmos tomam-se paradigmas da evolução histórica. Somem as diferenças nacionais, étnicas e culturais; o capital, para reproduzir-se, necessita da destruição constante daquilo que lhe é diferente.

Junto à crescente centralização estatal e produtiva, o capital organiza, em seu proveito, os escravos modernos. A classe operária desde o seu nascer teve de encarar o internacionalismo do capital. Já em 1833, um "Manifesto das classes produtivas da Grã-Bretanha" dirigido "aos governos e povos da Europa e da América do Norte e do Sul" adotava uma postura internacionalista. No mesmo ano, a questão de uma aliança entre os trabalhadores da Inglaterra, França e Alemanha era discutida na imprensa operária britânica. Não só esta questão era discutida, mas também o foi a supressão do Estado burguês e a sua gestão por uma federação dos produtores (Thompson, pp. 912-913). Na cruz dos combates entre capital e trabalho, uma consciência coletiva e autonomista era gerada pela prática operária.

Ao fundar-se a Associação Internacional dos Trabalhadores em Londres, setembro de 1864, não tínhamos um ato conspiratório de alguns revolucionários ou a criação de mais uma seita entre os trabalhadores, mas sim uma decorrência necessária e datada historicamente da experiência concreta e imaginária dos trabalhadores europeus.

Essa vocação internacionalista dos trabalhadores estava entrelaçada com o desenvolvimento de grandes Estados nacionais necessários ao capital. Desde as revoluções de 1848, em que a necessidade de unificação nacional encontrava-se com as reivindicações operárias, houve a percepção de que a luta nacionalista era apenas um estágio no desenvolvimento da autonomia operária.

A Internacional era composta, desde a sua fundação, por organizações operárias que defendiam concepções, tendências e táticas diversas, baseadas em estatutos gerais que nada tinham de rígido. Estas diferenças foram discutidas nos Congressos Internacionais de Lausanne (1867), Bruxelas (1868) e Basileia (1869), nestes congressos foram debatidos temas de relevância para a classe operária tais como: luta pela redução da jornada de trabalho, a exploração da mão-de-obra feminina e infantil, a luta contra o desemprego, o papel dos sindicatos e organizações operárias nas lutas contra o capital, a cooperação internacional do proletariado, o direito à educação da classe operária, o papel da mulher no capitalismo, a coletivização da terra e da indústria. Além disso, a Internacional apoiou movimentos grevistas na Suíça, Bélgica, França e outros países. Toda essa atuação militante despertou a ira dos governos constituídos e a consequente repressão feroz aos internacionalistas.

Após o Congresso de Basileia (1869), duas tendências eram preponderantes: a ação política para a conquista do poder estatal e o coletivismo antiestatista. A primeira era representada pelo Conselho Geral de Londres (sob a hegemonia de Marx e Engels) e pelos "blanquistas" franceses — corrente inspirada em Auguste Blanqui; defendia a tomada do poder estatal por um

coeso grupo de revolucionários e a implantação da ditadura revolucionária. O coletivismo antiestatal era representado pelas Federações do Jura (Suíça), da Espanha, da Bélgica e da Itália.

Em 1871, realiza-se, em Londres, uma Conferência da A.I.T. na qual se impõe como obrigatório o princípio da ação política e a formação de partidos operários para a conquista do poder político; essa resolução é vista como uma ameaça ao princípio de autonomia das seções, um dos princípios básicos da Internacional. A discórdia instaura-se no seio da A.I.T., não apenas como um conflito de personalidades divergentes, mas, antes, como reflexo do próprio movimento e da experiência do proletariado europeu.

II. O debate entre os autonomistas e comunistas autoritários

Bakunin considerava que o verdadeiro objetivo da Conferência de Londres foi tentar impor à A.I.T. a necessidade da conquista do poder político, ou com suas palavras, "transplantar para o programa e organização da A.I.T. a ideia da autoridade e do poder político" (Bakounine, *Oeuvres Completes*, v. 3, p. 3). Bakunin é profético em suas críticas a Marx; muitos marxistas encontrarão fortes argumentos, em sua obra, para o esforço crítico ao processo de burocratização da revolução soviética. Em março de 1872, em *L'Allemagne et le communisme d'Etat*, afirma: "A A.I.T., tal qual os comunistas autoritários alemães a entendem, tenderá evidentemente à criação de uma classe dominante e, por consequência, uma nova burguesia constituída pelos operários manufatureiros urbanos impostos como classe dominante, detentora do novo poder político e atuando como autoridade coletiva, porém fictícia, não real do Estado, sobre os milhões que cultivam a terra. Digo poder fictício e não real, pois, é evidente que num Estado centralizado, organizado e dirigido politicamente, não serão as massas trabalhadoras urbanas e sim seus dirigentes que poderão governar; essa nova burguesia ou classe dominante é, conseqüentemente, exploradora dos trabalhadores urbanos; teremos, então, uma burguesia menos numerosa, porém, mais privilegiada, composta de diretores, representantes e funcionários do dito Estado popular" (Bakounine, *Oeuvres Completes*, v. 3, p. 118).

Em 1869, a Aliança Internacional da Democracia Socialista (organização revolucionária fundada por Bakunin e amigos no ano anterior) é aceita como seção da Internacional com aprovação do próprio Marx, e que depois será um dos pilares das falsas acusações contra os antiautoritários. Marx, Engels e seus discípulos acusarão a Aliança bakuniniana de ser uma organização secreta que tentava solapar a Internacional. Em verdade, a "Aliança secreta" de Bakunin não diferia muito da "Aliança marxista", como hoje nos mostra a intensa atividade epistolar de Marx e Engels com seus discípulos mais próximos. Bakunin acreditava que a sociedade secreta de Marx, a Liga dos Comunistas, ainda existia de uma forma ou de outra.

É, principalmente, o desenvolvimento da Internacional na Espanha que leva Marx a considerar a Aliança e Bakunin como inimigos. Aquilo que os historiadores e o público em geral souberam sobre a A.I.T. na Espanha foi muito restrito e falseado por Paul Lafargue (genro de Marx); nesta versão falseada baseia-se grande parte da historiografia sobre a A.I.T. e a Espanha. Já em 1851, temos informações sobre organizações e jornais operários na Espanha (*El Trabajador*); em 1865, acontece em Barcelona um congresso de quarenta sindicatos operários que se reúnem numa federação e produzem o jornal *El Obrero*. Os operários espanhóis, em suas lutas conjuntas com os republicanos, (federalistas ou não), já percebiam o caráter nefasto das intervenções militares e clericais na política. Quando da propaganda internacionalista na Espanha, os operários já estavam preparados, maduros para as ideias de coletivismo, de anarquia, de ateísmo e de revolução social propagandeadas pelos libertários da A.I.T. (Nettlau, pp. 7, 12, 15 e 16).

Na correspondência de Bakunin com revolucionários de toda Europa e não somente da Espanha, temos a explicitação de suas ideias e das diferenças com Marx. Quando fala de "aliados" ou "irmãos" de outros países, indica amigos e organizações antiautoritárias que, sendo solidárias, não eram tuteladas por ele. Marx quis ver nessa correspondência a prova de uma atividade secreta no seio da A.I.T, porém, podemos ver um testemunho de relações voluntárias entre militantes revolucionários.

Em dezembro de 1872, o militante internacionalista espanhol Garcia Virias responde às intrigas do Conselho Geral com o panfleto *Cuestión de la Alianza* no qual reafirma a autonomia do movimento espanhol: "você fala da atividade da Aliança na Suíça, na

Itália, na Inglaterra e em outros países, mostrem-nos as provas e cessem suas ridículas invenções... Vocês sabem muito bem que a Aliança foi fundada na Espanha sem nenhuma vinculação com o exterior, e que foi na Espanha onde seu programa e regras foram estabelecidos... Vocês sabem perfeitamente que estão mentindo e que a Aliança jamais recebeu ordens de qualquer pessoa... É certo que a Aliança influenciou o desenvolvimento da A.I.T. na Espanha, mas não do modo que os detratores querem fazer parecer... A Aliança, podemos dizer em voz alta, não é nada mais que uma sentinela avançada da Internacional" (Bakounine, *Oeuvres Completes*, v. 3, pp. XXI, XXII). Uma ligação orgânica entre a Aliança espanhola e Bakunin não pode ser documentada, pois nunca existiu.

Os programas, estatutos e projetos de sociedades secretas elaboradas por Bakunin, a partir de 1864, refletem mais a evolução de suas ideias do que a existência de uma organização. Bakunin percebia a necessidade de agrupar os militantes mais íntegros e enérgicos em núcleos que seriam o elo entre a prática e a teoria revolucionárias. Todavia, na perspectiva bakuniniana, teoria e práticas socialistas visavam à destruição de qualquer poder ou autoridade que pudesse destruir autonomias e liberdades operárias.

Provavelmente Bakunin era um dos poucos que, na Internacional, opunha-se às ideias de Marx com conhecimento das suas concepções políticas e económicas, era talvez o único dos opositores a ter lido o *Manifesto Comunista*, pouco conhecido então, e ainda não traduzido para as línguas latinas. Ao responder às calúnias e acusações do Conselho Geral (inspiradas por Marx), Bakunin sempre reconhecerá o papel revolucionário de Marx e enfatizará que as divergências entre eles eram teórico-políticas e não pessoais.

O socialismo surge como um projeto político da luta de classes e, tanto para Marx, como para Bakunin, a revolução seria o resultado desta luta. Os antiautoritários rejeitam o exclusivismo operário na revolução social e trabalham com o conceito de uma unidade entre os oprimidos contra a dominação burguesa.

A postura de Bakunin opõe-se à "cientificidade" do pensamento marxista e insiste na despersonalização causada pelo poder e pela autoridade que só será rompida pela prática revolucionária que subverta as relações hierárquicas e aponte para relações horizontais em que a diferença entre dirigente e dirigido tenderia a desaparecer.

Para os libertários, o caminho da revolução passa pela autonomia da classe operária, pelo federalismo, e tem o seu centro na esfera da produção; para os marxistas, passa pelo partido político, pelo poder estatal centralizado e tem o seu centro na conquista do aparelho estatal. Já que as relações económicas formam a base da sociedade, é aí que a ação revolucionária pode preparar o caminho do socialismo. A federação de associações operárias preparam e antecipam a administração social futura.

Todavia, deixemos que o leitor perceba as diferenças destes dois projetos revolucionários a partir dos textos de Bakunin que ora apresentamos. Importante conhecermos a posição de dois teóricos e militantes marxistas a respeito do conflito entre Bakunin e Marx: Eduard Bernstein dirá que do ponto de vista puramente humanitário o papel desempenhado por Bakunin é muito mais honrado que o de seu adversário (Bakounine, *Oeuvres Completes*, v.3, p. LI); já Franz Mehring, por sua vez, tecerá comentários mais severos a respeito da atuação de Marx e dirá, a respeito de Bakunin, "a história lhe reservará um posto de honra entre os precursores e campeões do proletariado internacional" (Mehring, p. 54).

Assis (SP), maio de 1989

Bibliografia Citada

THOMPSON, E. P. - *The Making of English Working Class*. Lon-don, Penguin, 1963, v. 2.

BAKOUNINE, Michel - *Oeuvres Completes*, v. 3 - *Michel Bakounine et les conflits dans l'Internationale - 1872*. (Introduction et annotations de Arthur Lehning). Paris, Champs Libre, 1975.

NETTLAU, Max - *Miguel Bakunin: La Internacional y la Alianza en Espana 1868-1873*. Madrid, La Piqueta, 1977.

MEHRING, Franz - *Carlos Marx - História de su vida*. Barcelona, Grijalbo, 1971.

Atas e discussões dos Congressos da Internacional, bem como documentos publicados pela mesma encontram-se em: FREY-MOND, Jacques - *La Primera Internacional - 2v.*, Madrid, Zero, 1973.

CARTA AO JORNAL *LA LIBERTE*, DE BRUXELAS

À Redação de La Liberte

5 de outubro de 1872, Zurique

Senhores Redatores,

Depois de ter publicado a sentença de excomunhão que o Congresso marxista de Haia acaba de pronunciar contra mim, achareis justo publicar minha resposta, não é mesmo? Ei-la.

O triunfo do Sr. Marx e dos seus foi completo. Certos de uma maioria que haviam longamente preparado e organizado com muita habilidade e cuidado, senão com muito respeito por esses princípios da Moral, da Verdade e da Justiça que tão amiúde encontramos em seus discursos e tão raramente em seus atos, os marxistas retiraram a máscara e, como convém a homens apaixonados detem o poder, sempre em nome dessa soberania do povo que, doravante, servirá de degrau a todos os pretendentes ao governo das massas, decretaram audaciosamente a escravidão do povo da Internacional.

Se a Internacional fosse menos vivaz, se ela estivesse fundamentada, como eles pensam, somente sobre a organização de centros dirigentes, e não sobre a solidariedade real dos interesses e das aspirações efetivas do proletariado de todos os países do mundo civilizado, sobre a federalização espontânea e livre das secções e das federações operárias, independentemente de toda tutela governamental, os decretos desse nefasto Congresso de Haia, encarnação muito servil e fiel das teorias e da prática marxistas, teriam sido suficientes para matá-la. Teriam tornado simultaneamente ridícula e odiosa esta magnífica associação, de cuja fundação, gosto de constatar, o Sr. Marx havia tomado parte de modo tão inteligente quanto enérgico.

Um Estado, um governo, uma ditadura universal! O sonho dos Gregório VII, dos Bonifácio VIII, dos Carlos V e dos Napoleão, reproduzindo-se sob novas formas, mas sempre com as mesmas pretensões, no campo da democracia socialista! Pode-se imaginar algo de mais burlesco, mas também de mais revoltante?

Sustentar que um grupo de indivíduos, mesmo os mais inteligentes e os mais bem intencionados, será capaz de tornar o pensamento, a alma, a vontade dirigente e unificadora do movimento revolucionário e da organização económica do proletariado de todos os países é de uma tal heresia contra o senso comum e contra a experiência histórica que nos perguntamos, com perplexidade: como um homem tão inteligente quanto o Sr. Marx pôde concebê-la?

Os papas, ao menos, tinham por desculpa a verdade absoluta que eles diziam ter em mãos pela graça do Espírito Santo e na qual eram obrigados a crer. O Sr. Marx não tem absolutamente esta desculpa e não lhe farei a injúria de pensar que ele crê ter inventado cientificamente algo que se aproxime da verdade absoluta. Mas a partir do momento que o absoluto não existe, não pode existir para a Internacional dogma infalível nem, conseqüentemente, teoria política ou económica oficial, e nossos congressos nunca devem assumir o papel de concílios ecuménicos proclamando princípios obrigatórios para todos os associados e fiéis.

Só existe uma única lei realmente obrigatória para todos os membros, indivíduos, secções e federações da Internacional, da qual esta lei constitui a verdadeira, a única base: é, em toda a sua extensão, em todas as suas conseqüências e aplicações, A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DE TODAS AS PROFISSÕES E DE

TODOS OS PAÍSES EM LUTA ECONÓMICA CONTRA OS EXPLORADORES DO TRABALHO. É na organização real desta solidariedade, pela ação espontânea das massas operárias de todas as línguas e de todas as nações, e não em sua unificação por decretos, nem sob a batuta de um governo qualquer, que reside unicamente a unidade real e viva da Internacional.

É desta organização cada vez mais ampla da solidariedade militante do proletariado contra a exploração burguesa que deve sair e surge, com efeito, a luta política do proletariado contra a burguesia. Quem pode duvidar disso? Os marxistas e nós somos unânimes nesse ponto. Entretanto, apresenta-se de imediato a questão que nos separa tão profundamente dos marxistas.

Pensamos que a política, necessariamente revolucionária, do proletariado deve ter por objetivo imediato e único a destruição dos Estados. Não compreendemos que se possa falar da solidariedade internacional quando se quer conservar os Estados, — a menos que se sonhe com o Estado universal, isto é, com a escravidão universal, como os grandes imperadores e os papas, — o Estado, por sua própria natureza, por ser uma ruptura desta solidariedade, é, em consequência, uma causa permanente de guerra. Também não concebemos que se possa falar da liberdade do proletariado ou da libertação real das massas no Estado e pelo Estado. Estado quer dizer dominação, e toda dominação supõe a subjugação das massas e, desta forma, sua exploração em proveito de uma minoria governamental qualquer.

Não admitimos, nem mesmo como transição revolucionária, as Convenções Nacionais, as Assembleias Constituintes, os governos provisórios ou as ditaduras pretensamente revolucionárias; porque estamos convictos de que a revolução só é sincera, honesta e real, nas massas, e que, quando ela se encontra concentrada nas mãos de alguns indivíduos governantes, torna-se inevitável e, imediatamente, reação. Tal é a nossa crença, e este não é o momento para desenvolvê-la.

Os marxistas professam ideias totalmente contrárias. Eles são adoradores do poder do Estado, e necessariamente também os profetas da disciplina política e social, os campeões da ordem estabelecida de cima para baixo, sempre em nome do sufrágio universal e da soberania das massas, às quais reservam a felicidade e a honra de obedecer a chefes, a mestres eleitos. Os marxistas não admitem absolutamente outra emancipação senão a que eles esperam de seu Estado pretensamente popular (*Volksstaat*). Eles são tão pouco inimigos do patriotismo que sua própria Internacional traz muito frequentemente as cores do pangermanismo. Existe entre a política bismarckiana e a política marxista uma diferença sem dúvida muito sensível, mas entre os marxistas e nós há um abismo. Eles são governamentais; nós, anarquistas.

Tais são as duas principais tendências políticas que hoje separam a Internacional em dois campos. De um lado, só há, para dizer a verdade, a Alemanha; do outro, há, em graus diferentes, a Itália, a Espanha, o Jura suíço, uma grande parte da França, a Bélgica, a Holanda e, em um futuro muito próximo, os povos eslavos. Estas duas tendências chocaram-se no Congresso de Haia, e, graças à grande habilidade do Sr. Marx, graças à organização completamente artificial de seu último Congresso, a tendência germânica venceu.

Significa dizer que a terrível questão foi resolvida? Não foi sequer propriamente discutida; a maioria tendo votado como um regimento bem adestrado, esmagou toda discussão sob seu voto. A contradição existe, portanto, mais viva e mais ameaçadora do que nunca, e o próprio Sr. Marx, apesar de toda a embriaguez do triunfo, não acredita, sem dúvida, que possa safar-se assim tão facilmente. E mesmo que tenha podido conceber por um momento tão louca esperança, o protesto solidário dos delegados jurassianos, espanhóis, belgas e holandeses (sem falar da Itália, que sequer consentiu enviar seus delegados para esse Congresso muito ostensivamente falsificado), este protesto tão moderado na forma, mas muito mais enérgico e significativo no fundo, deve tê-lo rapidamente desiludido.

Este protesto em si mesmo é, evidentemente, um fraquíssimo prelúdio da oposição formidável que vai eclodir em todos os países verdadeiramente penetrados pelo princípio e pela paixão da revolução social. E toda esta tempestade terá

sido provocada pela preocupação tão infeliz dos marxistas em fazer da questão política uma base, um princípio obrigatório da Internacional.

Com efeito, entre as duas tendências acima indicadas, nenhuma conciliação é hoje possível. Somente a prática da revolução social, de novas grandes experiências históricas, a lógica dos eventos poderão conduzi-las cedo ou tarde a uma solução comum; fortemente convictos da certeza de nosso princípio, esperamos que nesse momento os próprios alemães — os trabalhadores da Alemanha, não seus chefes — acabarão por se juntar a nós para demolir essas prisões denominadas Estados e para condenar a política, que outra coisa não é senão a arte de dominar e de tosquiar as massas.

Mas o que fazer hoje? Hoje, a solução e a conciliação no terreno político sendo impossíveis, é preciso tolerar-se mutuamente e deixar a cada país o direito incontestável de seguir as tendências políticas que mais lhe aprouverem ou que melhor lhe parecerem adaptadas à sua situação particular. Rejeitando, em consequência, todas as questões políticas do programa obrigatório da Internacional, é preciso buscar a unidade desta grande associação unicamente no terreno da solidariedade económica. Esta solidariedade nos une, enquanto as questões políticas fatalmente nos separam.

É certo que nem os italianos, nem os espanhóis, nem os jurassianos, nem os franceses, nem os belgas, nem os holandeses, nem os povos eslavos, esses inimigos históricos do pangermanismo, nem mesmo o proletariado da Inglaterra e da América, jamais se submeterão às tendências políticas que hoje a ambição de seus chefes impõe ao proletariado da Alemanha. Mas, supondo até mesmo que, em consequência dessa desobediência, o novo Conselho Geral golpeie com a proibição todos esses países, e que um novo concílio ecumênico dos marxistas os excomungue e os declare expulsos do seio da Internacional, a solidariedade económica que existe necessária, natural e fatalmente, entre o proletariado de todos esses países e o da Alemanha será diminuída? Que os operários da Alemanha façam uma greve, que eles se revoltem contra a tirania económica de seus patrões, ou que se revoltem contra a tirania política de um governo que é o protetor natural de capitalistas e outros exploradores do trabalho popular, o proletariado de todos esses países excomungados pelos marxistas permanecerá de braços cruzados, espectador indiferente desta luta? Não, ele lhes dará todo seu pobre dinheiro e, além do mais, dará todo o seu sangue a seus irmãos da Alemanha, sem lhes perguntar previamente qual será o sistema político no qual eles acreditarão dever buscar sua libertação.

Bis, portanto, onde se encontra a verdadeira unidade da Internacional: ela está nas aspirações comuns e no movimento espontâneo das massas populares de todos os países, não em um governo qualquer, nem em uma teoria política uniforme, imposta por um Congresso Geral a essas massas. Isso é de tal forma evidente que é preciso estar bem cego pela paixão do poder para nada compreender disso.

Concebo, a rigor, que os déspotas, coroados ou não, tenham podido sonhar com o cetro do mundo; mas o que dizer de um amigo do proletariado, de um revolucionário que declara desejar seriamente a emancipação das massas e que, ao se colocar como diretor e árbitro supremo de todos os movimentos revolucionários que podem eclodir em diferentes países, ouse sonhar com a subjugação do proletariado de todos esses países em um único pensamento, gerado em seu próprio cérebro?

Penso que o Sr. Marx é um revolucionário muito sério, ainda que nem sempre muito sincero, que deseja realmente a insurreição das massas; e pergunto-me como faz para não enxergar que o estabelecimento de uma ditadura universal, coletiva ou individual, ditadura que faria, de certa forma, o trabalho de um engenheiro-chefe da revolução mundial, regulando e dirigindo o movimento insurrecional das massas, em todos os países, como se dirige uma máquina, — que o estabelecimento de semelhante ditadura bastaria por si só para matar a revolução, paralisar e falsear todos os movimentos populares? Qual é o homem, qual é o grupo de indivíduos, por maior que seja seu gênio, que ousaria gabar-se de poder sozinho abarcar e compreender a infinita multidão de interesses, tendências e ações tão diversos em cada país, em cada província, em cada localidade, em cada profissão, e cujo imenso conjunto, unido mas não uniformizado por uma grande aspiração comum e por alguns princípios fundamentais que doravante estarão na consciência das massas, constituirá a futura revolução social?

E o que pensar de um congresso internacional que, no pretense interesse dessa revolução, impõe ao proletariado de todo o mundo civilizado um governo investido de poderes ditatoriais, com o direito inquisitorial e pontifical de suspender federações regionais, proibir nações inteiras em nome de um princípio pretensamente oficial, que outro não é senão o próprio pensamento do Sr. Marx, transformado pelo voto de uma maioria fictícia em verdade absoluta? O que pensar de um congresso que, para tornar, sem dúvida, sua loucura ainda mais ostensiva, relega na América esse governo ditatorial, depois de tê-lo composto de homens provavelmente muito honestos, mas obscuros, suficientemente ignorantes e absolutamente desconhecidos dele próprio? Nossos inimigos, os burgueses, teriam razão, portanto, quando ridicularizam nossos congressos e quando declaram que a Associação Internacional dos Trabalhadores só combate as velhas tiranias para estabelecer uma nova, e que, para substituir dignamente os absurdos existentes, deseja criar outro!

Pela honra e pela própria salvação da Internacional, não deve tendo aplicado durante tantos anos sua extraordinária inteligência ao estudo dos fatos económicos da Inglaterra, adquiriu um conhecimento muito detalhado e aprofundado das relações económicas do trabalho e do capital nesse país. Todos os seus escritos comprovam isso, e, se fizermos abstração de certo jargão hegeliano, do qual nunca se pôde livrar, verificaremos que, sob o pretexto capcioso de que todos os outros países, sendo mais atrasados do ponto de vista da grande produção capitalista, também o são necessariamente do ponto de vista da revolução social, o Sr. Marx só tem em vista principalmente os fatos ingleses. Dir-se-ia um inglês falando só para ingleses.

Isso não constitui, sem dúvida, um grande mérito do ponto de vista da internacionalidade, mas pelo menos se pode concluir daí que o Sr. Marx devia exercer uma influência tão legítima quanto salutar sobre os operários da Inglaterra; e, com efeito, uma intimidade muito séria e uma grande confiança mútua pareciam haver existido durante muitos anos entre ele e um bom número de operários ingleses extraordinariamente ativos, o que fazia com que todos pensassem que ele gozava, em geral, de uma autoridade considerável na Inglaterra, e isso não podia deixar de aumentar seu prestígio sobre o continente. Esperava-se, portanto, com tanta impaciência quanto confiança, em toda a Internacional, o momento em que, graças a sua propaganda enérgica e inteligente, o milhão de trabalhadores que formam hoje a formidável associação das Trade Unions¹ passariam de armas e bagagens para o nosso campo.

Esta esperança está a ponto de se realizar, pelo menos parcialmente. Uma Federação inglesa, formalmente aderente à Internacional, acaba de se formar. Mas, coisa estranha, o primeiro ato dessa Federação foi romper abertamente toda relação de solidariedade com o Sr. Marx; e se julgarmos segundo o que revela o Vorwärts, e principalmente quanto às palavras amargas, as injúrias que o Sr. Marx, no Congresso de Haia, lançou imprudentemente à face dos trabalhadores ingleses, chegaremos à conclusão de que o proletariado da Grã-Bretanha recusa-se decididamente a curvar-se ao jugo do ditador socialista da Alemanha. Ter cortejado um povo durante mais de vinte anos para chegar a semelhante resultado! Ter cantado em todos os tons os louvores aos trabalhadores ingleses, tê-los recomendado como modelos a serem imitados pelo proletariado de todos os outros países e, em seguida, ver-se forçado repentinamente a amaldiçoá-los e a declará-los vendidos a todas as reações! Que desventura e que queda, não para os operários ingleses, mas para o Sr. Marx!

Queda, por sinal, perfeitamente merecida. O Sr. Marx havia, durante muito tempo, mistificado os membros ingleses do Conselho Geral. Aproveitando, em parte, sua ignorância sobre assuntos do continente e, em parte, também, de sua indiferença tão lamentável por esses assuntos, durante muitos anos ele havia conseguido fazer com que aceitassem tudo o que tivesse desejado. Parece ter existido entre o Sr. Marx e esses membros ingleses um tipo de acordo tácito, segundo o qual o Sr. Marx não devia imiscuir-se nas questões propriamente inglesas, ou só devia intrometer-se quando isso lhes aprouvesse; em troca, eles lhe entregavam toda a direção da Internacional no continente, que lhes interessava muito pouco. Para a honra desses cidadãos, deve-se supor que eles tivessem lido a maior confiança na lealdade e na justiça do Sr. Marx.

¹ Sindicatos. Em inglês no original. N. do T.

Sabe-se hoje a que ponto o Sr. Marx havia abusado dessa confiança. Sabe-se que todos os assuntos da Internacional, ou melhor, que todas as intrigas fomentadas secretamente, em nossa grande associação, em nome do Conselho Geral, foram combinadas e dirigidas por um círculo íntimo do Sr. Marx, composto quase exclusivamente de alemães, e que ocupavam de certa forma as funções de comitê executivo: esse comitê sabia de tudo, decidia tudo, fazia tudo. Os outros membros, que formavam a grande maioria do Conselho Geral, ao contrário, ignoravam absolutamente tudo. Mostrou-se complacente para com eles até o ponto de poupar-lhes o trabalho de assinar seus nomes nas circulares do Conselho Geral; faziam-no por eles, de modo que, até o último momento, não tiveram sequer a mínima ideia de todas as abominações das quais os tornaram responsáveis sem seu conhecimento.

Concebe-se que partido deviam tirar de uma situação tão favorável homens como Marx e seus amigos, políticos muito hábeis para se deterem diante de algum escrúpulo. Não é necessário dizer, creio, qual foi o objetivo da grande intriga. Foi o estabelecimento da ditadura revolucionária do Sr. Marx na Europa, por intermédio da Internacional. Novo Alberoni², o Sr. Marx sentiu-se suficientemente audacioso para conceber e realizar tal pensamento. Quanto aos meios de execução, devo observar que falou deles com uma superficialidade e um desdém pouco sinceros em seu último discurso de Amsterdã. É verdade, como ele o disse, que, para subjugar o mundo, não possui à sua disposição nem exércitos, nem finanças, nem fuzis, nem canhões Krupp. Todavia, possui um extraordinário gênio para a intriga e uma resolução que não pára diante de nenhuma vilania; possui, além do mais, a seu serviço, um numeroso corpo de agentes, hierarquicamente organizados e agindo em segredo sob suas ordens diretas; um tipo de maçonaria socialista e literária na qual seus compatriotas, os judeus alemães e outros, ocupam lugar considerável e manifestam zelo digno de uma melhor causa. Ele obteve, enfim, o grande nome da Internacional, que exerce um poder tão mágico sobre o proletariado de todos os países, e da qual, durante muito tempo, foi-lhe permitido servir-se para realizar seus projetos ambiciosos.

Foi desde 1869, mas principalmente desde 1871, que o Sr. Marx entrou em campanha. Até o Congresso de Basileia (setembro de 1869), ele soube mascarar seus projetos. Todavia, tendo as resoluções desse Congresso excitado sua cólera e seus temores, ordenou a todos os seus partidários um ataque geral e furioso contra aqueles que começou, daí em diante, a odiar como adversários irreconciliáveis de seu princípio e de sua ditadura. Abriu-se fogo sucessivamente contra meus amigos e eu, mas principalmente contra mim, inicialmente em Paris, em seguida em Leipzig e Nova Iorque, enfim, em Genebra. Ao invés de obuses, os artilheiros marxistas lançaram-nos lama. Foi um dilúvio de calúnias estúpidas e imundas. Já na primavera de 1870 eu sabia, — o Sr. Utin (um pequeno judeu russo que por todos os tipos de vilanias se esforça para obter uma posição nesta pobre Internacional de Genebra) contou a quem quisesse escutá-lo, — que o Sr. Marx lhe havia escrito uma carta confidencial, na qual lhe recomendava reunir contra mim todos os fatos, isto é, todas as histórias, todas as acusações, tão odiosas quanto possível, com aparências de provas, acrescentando que se essas aparências fossem plausíveis, servir-se-iam delas contra mim no próximo Congresso. Foi a partir daí que começaram a forjar a famosa calúnia, fundamentada em minhas relações passadas com o infeliz Netchaiev, relações de que ainda me é proibido falar, e das quais os marxistas da comissão de investigação acabam de se servir para decretar no Congresso marxista de Haia, tudo preparado antecipadamente, minha expulsão.

Para dar a medida da boa fé dos agentes e dos jornais marxistas, que me seja permitido contar uma outra anedota. Estou de tal forma habituado a saber que, sistemática e regularmente, sou difamado em quase todo número do Volksstaat, que normalmente não me dou sequer ao trabalho de ler as idiotices que ele debita contra mim. Excepcionalmente, meus amigos me mostraram uma dessas, que creio ser útil mencionar aqui, ainda mais porque me parece muito própria para ressaltar a lealdade e a veracidade do Sr. Marx. O respeitável jornal de Leipzig, órgão do Partido da social-democracia na Alemanha, parece ter-se dado como missão provar que sou nada menos do que um agente pago pelo governo russo. Publicou com este objetivo os fatos mais inauditos, por exemplo, como meu falecido compatriota Alexandre Herzen e eu, recebíamos todos os dois, subsídios

² Ministro de Felipe V. Procurou assegurar à Espanha uma posição dominante na Europa, mas, tendo fracassado, foi exilado. N. de Arthur Lehníng.

consideráveis de um comitê pan-eslavista estabelecido em Moscou sob a direção imediata do governo de São Petersburgo, e que depois da morte de Herzen tive a vantagem de ver dobrar a minha pensão. Compreende-se que contra fatos tão triunfantes nada tive de responder.

No número 71 do *Volksstaat*, de 4 de setembro de 1872, conta-se a seguinte anedota: em 1848, Bakunin encontrando-se em Breslau, onde os democratas alemães haviam cometido a estupidez de recebê-lo com plena confiança, sem perceber que ele fazia propaganda pan-eslavista, um jornal de Colônia, o *Neue Rheinischer Zeitung*, redigido pelos Srs. Marx e Engels, publicou uma correspondência de Paris, na qual se escrevia que a Sra. George Sand havia se expressado de maneira muito inquietante em relação a Bakunin, dizendo que era preciso tomar cuidado com ele, que não se sabia o que ele era nem o que desejava, que era, em resumo, um personagem muito equívoco etc, etc... O *Volksstaat* acrescenta que Bakunin nunca havia respondido a acusação tão direta, que, ao contrário, havia se eclipsado e, principalmente, que se havia refugiado na Rússia depois da publicação desta correspondência, só reaparecendo em 1849, na Alemanha, para tomar parte, sem dúvida como agente provocador, no movimento insurrecional de Dresden.

Eis agora os fatos, em sua verdade. Os Srs. Marx e Engels haviam realmente publicado esta correspondência de Paris contra mim, o que prova somente que, desde esse momento, já sentiam uma amizade bem afetuosa por mim e estavam animados desse mesmo espírito de lealdade e justiça que os distingue hoje. Não creio ser necessário contar aqui os fatos que atraíram sobre mim esta manifestação de benevolência; mas eis algo que creio dever acrescentar, uma que o *Volksstaat* esqueceu ou negligenciou dizer: em 1848, eu era mais jovem, mais impressionável, e, conseqüentemente, muito menos resistente e indiferente do que hoje; e, mal terminei de ler esta correspondência parisiense do jornal dos Srs. Marx e Engels, apressei-me em escrever uma carta à Sra. George Sand, que era naquele momento muito mais revolucionária do que parece sê-lo hoje, e pela qual eu havia professado uma admiração muito sincera e viva. Esta carta, na qual lhe pedia explicações pelas palavras que lhe atribuíam sobre a minha pessoa, foi-lhe entregue por meu amigo Adolphe Reichel, hoje diretor de música em Berna. A Sra. Sand respondeu-me por uma simpática carta, expressando-me a mais leal amizade. Ao mesmo tempo, endereçou aos Srs. Marx e Engels uma carta enérgica, pedindo-lhes, com indignação, explicações pelo abuso que ousaram fazer de seu nome para caluniar seu amigo Bakunin, pelo qual tinha tanto admiração quanto estima. De meu lado, solicitei a um amigo, o polonês Kolcielski, que se dirigia para Colônia por seus próprios assuntos, que exigisse, em meu nome, dos Srs. redatores do *Neue Rheinische Zeitung*, uma retratação pública ou uma reparação em duelo. Sob esta dupla pressão, esses senhores mostraram-se muito indulgentes, muito amáveis. Publicaram a carta que a Sra. Sand lhes havia endereçado, — uma carta muito desagradável para o seu amor-próprio, — e acrescentaram a ela algumas linhas nas quais expressavam seu descontentamento por terem inserido, em sua ausência, em seu jornal, uma correspondência insensata dirigida contra a honra de seu "amigo Bakunin" pelo qual eles também tinham o coração repleto de afeto e estima. Compreende-se que, depois de semelhante declaração, — o *Volksstaat* pode encontrar em um dos números de julho ou de agosto do *Neue Rheinische Zeitung* de 1848, tanto quanto na lembrança dos Srs. Marx e Engels, que certamente não cometerão o erro de renegá-la, — não precisei mais exigir deles nenhuma outra reparação. Quanto a meu fictício desaparecimento na Rússia, esses senhores sabem melhor do que ninguém que só deixei a Alemanha em 1850, quando, depois de um ano de residência forçada na fortaleza de Königstein, transportaram-me acorrentado para Praga, em seguida para Olmiitz, de onde, em 1851, fui transportado, sempre acorrentado, para São Petersburgo. Sinto um verdadeiro desgosto ao me ver forçado a contar todas essas histórias. Faço isso hoje pela primeira e última vez, a fim de mostrar ao público que tipo de pessoas estou condenado a combater. Sua ferocidade contra mim, que nunca os ataquei pessoalmente, que sequer falei deles e que sistematicamente me absteve de responder as suas agressões imundas, esta persistência odiosa com a qual, desde minha fuga da Sibéria, em 1861, esforçam-se por me caluniar e difamar em todas as suas correspondências íntimas e em todos os seus jornais, constituem a meus olhos um fenômeno tão estranho que até hoje ainda não consegui compreender. O que fazem contra mim não é somente odioso, execrável, é estúpido. E esses senhores

não compreenderam que, atacando-me com essa ferocidade incrível, fizeram mais por minha glória do que eu mesmo pude fazê-lo; pois todas as histórias revoltantes que eles espalham com esse ódio apaixonado contra mim, em todas as partes do mundo, cairão naturalmente sob o peso de seu próprio absurdo, mas meu nome permanecerá, e este nome, que eles terão tão poderosamente contribuído em fazer com que o mundo o conheça, permanecerá ligado à glória real, legítima, de ter sido o adversário impiedoso e irreconciliável, não de suas pessoas, das quais me ocupo muito pouco, mas de suas teorias autoritárias e de sua ridícula e odiosa pretensão à ditadura do mundo. Se eu fosse, portanto, um presunçoso, um vaidoso, um ambicioso, longe de incriminá-los por todos esses ataques, eu deveria agradecer infinitamente, pois, ao se esforçarem em me denegrir, fizeram o que nunca estive em minhas intenções nem em meu gosto fazer: projetaram-me.

Em março de 1870, sempre em nome do Conselho Geral e com a assinatura de todos os seus membros, o Sr. Marx lançou contra mim uma circular difamadora, redigida em francês e em alemão, endereçada às Federações regionais! Só tive conhecimento dessa circular há seis ou sete meses, durante o último processo dos Srs. Liebknecht e Bebel, no qual ela figurou e foi publicamente lida como peça de acusação contra eles. Nesse memorando dirigido, segundo parece, exclusivamente contra mim, e do qual ignoro ainda hoje os detalhes, o Sr. Marx recomenda, entre outras coisas, a seus íntimos, o trabalho subterrâneo na Internacional; em seguida, volta-se contra mim e, entre muitas outras palavras injuriosas, lança-me a acusação de ter fundado na Internacional, e com objetivo evidente de destruí-la, uma sociedade secreta perniciosa, denominada Aliança. Mas o que me parece o cúmulo do ridículo foi que, enquanto eu permanecia bem tranquilamente em Locarno, muito longe de todas as seções da Internacional, o Sr. Marx me acusava de dirigir uma terrível intriga, — vede como alguém se engana algumas vezes ao julgar os homens por si mesmo, uma intriga tendo por objetivo transferir o Conselho Geral de Londres para a Suíça, com a evidente intenção de assentar minha diladura sobre ele. A circular termina por uma demonstração muito sábia e completamente vitoriosa sobre a necessidade que havia — e que não mais existe, hoje, segundo parece — em manter o Conselho Geral em Londres, cidade que parecia ser ao Sr. Marx, até o Congresso de Haia, o centro natural, a verdadeira capital do comércio mundial. Parece que cessou de sê-lo desde que os operários ingleses se revoltaram contra o Sr. Marx, ou melhor, desde que adivinharam as suas aspirações à ditadura e tiveram conhecimento dos meios muito hábeis dos quais fez uso para conquistá-la.

Mas foi a partir de setembro de 1871, época da famosa Conferência de Londres, que começou a guerra decisiva, aberta, contra nós; aberta tanto quanto, da parte de homens tão governamentais : prudentes como o Sr. Marx e seus partidários, podia sê-lo. A catástrofe da França parece ter despertado no coração do Sr. Marx grandes esperanças, assim como os triunfos do Sr. Bismarck — a quem, em uma carta semi-oficial que tenho sob os olhos o Sr. Engels, o alter ego e o amigo mais íntimo do Sr. Marx, apresenta como um servidor muito útil da revolução social — despertaram nele uma grande inveja. Como alemão, sentiu-se naturalmente orgulhoso, como social-democrata consolou-se com o Sr. Engels pelo pensamento de que no final das contas esse triunfo da monarquia prussiana devia se transformar cedo ou tarde no triunfo do grande Estado republicano e popular do qual ele é o patrono; mas como indivíduo, foi cruelmente mortificado ao ver outro que não ele fazer tanto barulho e subir tão alto.

Apelo para a memória de todos aqueles que tiveram a oportunidade de ouvir e ver os alemães durante os anos de 1870 e 1871. Por pouco que se tenham dado a algum trabalho para descobrir a essência de seu pensamento por meio das contradições de uma linguagem equívoca, eles dirão comigo que com poucas exceções, não somente entre os radicais, mas na imensa maioria dos próprios democratas socialistas, ao lado da tristeza muito real que sentiam ao ver uma república sucumbir sob os golpes de um déspota, houve uma satisfação geral diante da França caída tão baixo e da Alemanha elevada tão alto. Mesmo entre aqueles que lutaram mais corajosamente contra essa corrente patriótica que havia invadido toda a Alemanha, mesmo entre os Srs. Bebel e Liebknecht que haviam pagado e que ainda pagam com sua liberdade seus protestos enérgicos contra a barbárie prussiana, em nome dos direitos da França, pode-se observar as marcas indubitáveis desse triunfo nacional. Por exemplo, lembro-me de ter lido em um dos números de setembro de 1870, do Volksstaat, a seguinte frase, da qual, por não ter o número sob meus olhos, não posso agora reproduzir o texto preciso, mas cujo sentido havia me chocado muito vivamente para que eu pudesse esquecer seu sentido e

seu tom geral: "Agora — dizia-se, — que, em consequência da derrota da França, a iniciativa do movimento socialista passou da França para a Alemanha, grandes deveres nos incumbem".

Nessas palavras, encontra-se todo o pensamento, toda a esperança, toda a ambição dos marxistas. Eles acreditam seriamente que o triunfo militar e político obtido ultimamente pelos alemães sobre a França marca o começo de uma grande época na história, a partir da qual a Alemanha é chamada a representar, sob todos os aspectos, o primeiro papel no mundo, sem dúvida pela própria salvação do mundo inteiro. A França e todos os povos latinos foram, os eslavos ainda não são, e por sinal, eles são muito bárbaros para se tornar alguma coisa por eles mesmos, sem a ajuda da Alemanha; somente a Alemanha, hoje, é. Resulta de tudo isso nos alemães um triplo sentido. Em relação aos povos latinos, "outrora inteligentes e poderosos, mas hoje caídos em decadência", eles sentem um tipo de respeito misericordioso, misturado de indulgência; eles são educados, ou melhor, procuram ser educados, pois a educação não está nem nos hábitos, nem na natureza dos alemães. Em relação aos eslavos, simulam o desprezo, mas neste desprezo há muito temor; seu sentimento real por eles é o ódio, o ódio que o opressor sente por aquele que oprime e do qual leme as terríveis revoltas. Em relação a eles mesmos, enfim, tornaram-se excessivamente presunçosos, são vaidosos deles mesmos, o que não os torna absolutamente mais amáveis, e acreditam ser e poder alguma coisa sob o jugo unitário — e revolucionário (acrescentaria sem dúvida o Sr. Engels) — de seu imperador panger-mânico.

O que o Sr. Bismarck fez pelo mundo político e burguês, o Sr. Marx pretende hoje fazê-lo pelo mundo socialista, no seio do proletariado da Europa: substituir a iniciativa francesa pela iniciativa e pela dominação alemãs; e como, segundo ele e seus discípulos, não existe pensamento alemão mais avançado que o seu, acreditou ter chegado o momento de fazê-lo triunfar teórica e praticamente na Internacional. Tal foi o objeto principal, único, da Conferência que ele reuniu, em setembro de 1871, em Londres.

Esse pensamento marxista está explicitamente desenvolvido no famoso Manifesto dos comunistas alemães, redigido e publicado em 1848 pelos Srs. Marx e Engels. É a teoria da emancipação do proletariado e da organização do trabalho pelo Estado. Parece que no Congresso de Haia, o Sr. Engels, apavorado pela impressão detestável produzida pela leitura de algumas passagens deste Manifesto, apressou-se em declarar que se tratava de um documento envelhecido, uma teoria abandonada por eles mesmos. Se ele disse isso, não foi sincero, pois, às vésperas deste Congresso, os marxistas esforçaram-se em disseminar este documento em todos os países. Por sinal, ele se encontra literalmente reproduzido, com todos os seus aspectos principais, no programa do Partido social-democrata dos operários alemães. O ponto principal, que se encontra igualmente no manifesto redigido pelo Sr. Marx, em 1864, em nome do Conselho Geral provisório, e que foi eliminado do programa da Internacional pelo Congresso de Genebra, é a **CONQUISTA DO PODER POLÍTICO PELA CLASSE OPERÁRIA**.

Compreende-se que homens tão indispensáveis quanto os Srs. Marx e Engels sejam partidários de um programa que, conservando e preconizando o poder político, abre a porta a todas as ambições. Visto que haverá necessariamente súditos, vestidos republicaneamente de cidadãos, é verdade, mas que nem por isso serão menos súditos, e que, como tais, serão forçados a obedecer, pois sem obediência não há poder possível. Objetar-me-ão que eles não obedecerão a homens, mas a leis que eles próprios tiverem feito. A isso responderei que todo mundo sabe de que maneira, nos países mais democráticos, mais livres, mas politicamente governados, o povo faz as leis, e o que significa sua obediência a essas leis. Quem quer que não decida tomar ficções por realidades deverá reconhecer que, mesmo nesses países, o povo obedece não a leis que ele próprio faz realmente, mas a leis que se faz em seu nome, e que obedecer a essas leis nunca tem para ele outro sentido senão submeter-se ao arbítrio de uma minoria tutelar e governante qualquer, ou, o que quer dizer a mesma coisa, ser livremente escravo.

Existe nesse programa uma outra expressão que nos é profundamente antipática, a nós, anarquistas revolucionários, que desejamos francamente a completa emancipação popular: é o proletariado, o mundo dos trabalhadores apresentado como classe, não como massa. Sabeis o que isso significa? Nem mais nem menos que uma nova aristocracia, a dos operários das fábricas e das cidades, à exclusão dos milhões que constituem o proletariado dos campos e que, nas previsões dos Senhores social-democratas da Alemanha, tornar-se-ão propriamente os súditos em seu grande listado pretensamente popular. Classe, Poder, Estado são três

lmos inseparáveis, cada um deles supondo necessariamente os dois outros, e todos juntos se resumem definitivamente por essas palavras: subjugação política e exploração económica das massas.

Os marxistas pensam que, assim como no século passado a classe burguesa havia destronado a classe nobiliária para tomar seu lugar e para absorvê-la lentamente em seu corpo, partilhando com ela a dominação e a exploração dos trabalhadores, tanto das cidades quanto dos campos, o proletariado das cidades é chamado hoje a destronar a classe burguesa, absorvê-la e partilhar com ela a dominação e a exploração do proletariado dos campos, esse último pária da história, exceto se este se revoltar e demolir todas as classes, todas as dominações, todos os poderes, e, em unia palavra, todos os Estados, mais tarde.

Assim, eles não rejeitam de maneira absoluta nosso programa. Censuram-nos somente por querermos apressar, superar a lenta marcha da história, e desconhecer a lei positiva das evoluções sucessivas. Tendo tido a coragem bem alemã de proclamar, em suas obras consagradas à análise filosófica do passado, que a derrota sangrenta dos camponeses revoltados da Alemanha e o triunfo dos Estados despóticos no século XVI haviam constituído um grande progresso revolucionário, têm, hoje, a coragem de se congregar com o estabelecimento de um novo despotismo em proveito, por assim dizer, dos operários das cidades e em detrimento dos trabalhadores dos campos.

É sempre o mesmo temperamento alemão e a mesma lógica que os conduz diretamente, fatalmente, para o que denominamos socialismo burguês, e para a conclusão de um novo pacto político entre a burguesia radical, ou forçada a se fazer tal, e a minoria inteligente, respeitável, isto é, devidamente aburguesada, do proletariado das cidades, à exclusão e em detrimento da massa do proletariado não apenas dos campos, mas também das cidades.

Tal é o verdadeiro sentido das candidaturas operárias nos parlamentos dos Estados existentes, e o da conquista do poder político pela classe operária. Mesmo restrito ao ponto de vista do proletariado das cidades, em proveito exclusivo do qual se quer controlar o poder político, não está claro que a natureza popular desse poder nunca será outra coisa senão uma ficção? Será, evidentemente, impossível que algumas centenas ou mesmo algumas dezenas de milhares, melhor dizendo, alguns milhares de homens somente, possam efetivamente exercer esse poder. Eles deverão necessariamente exercê-lo por procuração, quer dizer, confiá-lo a um grupo de homens eleitos por eles mesmos para representá-los e governá-los, o que os fará recair sem falta em todas as mentiras e em todas as servidões do regime representativo ou burguês. Depois de um curto momento de liberdade ou de orgia revolucionária, cidadãos de um novo Estado despertarão escravos, joguetes e vítimas de novos ambiciosos.

Pode-se conceber como e por que políticos hábeis se ligam com uma grande paixão a um programa que abre à sua ambição um horizonte tão amplo; mas que operários sérios, que trazem em seus corações como uma chama viva o sentimento de solidariedade com seus companheiros de escravidão e de miséria no mundo inteiro, e que querem emancipar-se não em detrimento, mas pela emancipação de todos, para eles mesmos serem livres com todos e não para se tornarem, por sua vez, tiranos; que trabalhadores de boa fé possam se apaixonar por tal programa, eis o que é muito mais difícil compreender.

Assim, tenho a firme confiança de que em poucos anos os próprios operários da Alemanha, reconhecendo as consequências fatais de uma teoria que só pode favorecer a ambição de seus chefes burgueses, ou então de alguns raros operários que procuram montar sobre os ombros de outros para se tornarem burgueses dominadores e exploradores, por sua vez, a rejeitarão com desdém e cólera, e abarcarão com tanta paixão como o fazem hoje os operários dos grandes países meridionais, a França, a Espanha, a Itália, assim como os operários holandeses e belgas, o verdadeiro programa da emancipação operária, o da destruição dos Estados.

Enquanto esperamos, reconhecemos perfeitamente seu direito de marchar na via que melhor lhes pareça, desde que nos deixem a mesma liberdade. Reconhecemos inclusive que é bem possível que por toda a sua história, sua natureza particular, o estado de sua civilização e toda sua situação atual, eles sejam forçados a marchar nesta via. Que os trabalhadores alemães, americanos e ingleses se esforcem, portanto, para conquistar o poder político, visto que isso lhes apraz. Mas que permitam aos trabalha-

dores dos outros países marcharem com a mesma energia para a destruição de todos os poderes políticos. A liberdade para todos e o respeito mútuo dessa liberdade, eu disse, tais são as condições essenciais da solidariedade internacional.

Mas o Sr. Marx não quer evidentemente esta solidariedade, pois se recusa a reconhecer esta liberdade. Para apoiar essa recusa, tem uma teoria toda especial, que não é, por sinal, senão uma consequência lógica de todo o seu sistema. O Estado político de todo país, diz ele, é sempre o produto e a expressão fiel de sua situação econômica; para mudar o primeiro, basta transformar esta última. Todo o segredo das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx, está aí. Ele não leva em consideração nenhum outro elemento da história, tal como a reação, todavia evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: "A miséria produz a escravidão política, o Estado"; mas não permite inverter esta frase e dizer: "A escravidão política, o Estado, por sua vez, reproduz e conserva a miséria, como uma condição de sua existência; assim, para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado". E, coisa estranha, ele que proíbe seus adversários de incriminarem a escravidão política, o Estado, como uma causa real da miséria, ordena a seus amigos e a seus discípulos do Partido da social-democracia na Alemanha para considerar a conquista do poder e das liberdades políticas como a condição prévia, absolutamente necessária, da emancipação econômica.

O Sr. Marx desconhece igualmente por completo um elemento muito importante no desenvolvimento histórico da humanidade: é o temperamento e o caráter particulares de cada raça e de cada povo, temperamento e caráter que são naturalmente, eles próprios, produtos de um grande número de causas etnográficas, climatológicas e econômicas, tanto quanto históricas, mas que, uma vez dadas, exercem, mesmo fora e independentemente das condições econômicas de cada país, uma influência considerável sobre seus destinos, e até mesmo sobre o desenvolvimento de suas forças econômicas. Entre esses elementos e aspectos, por assim dizer naturais, há um cuja ação é completamente decisiva na história particular de cada povo: é a intensidade do instinto de revolta, e, por isso mesmo, de liberdade, do qual ele está dotado ou que conservou. Esse instinto é um fato completamente primordial, animal; encontramos-lo em diferentes graus em cada ser vivo, e a energia, a força vital de cada um se compara à sua intensidade. No homem, ao lado das necessidades econômicas que o impulsionam, ele se torna o agente mais poderoso de todas as emancipações humanas. E como é um caso de temperamento, não de cultura intelectual e moral, ainda que solicite comumente uma e outra, acontece algumas vezes que povos civilizados o possuam apenas em fraco grau, seja porque a própria natureza de sua civilização os tenha depravado, seja, enfim, porque, desde o começo de sua história, tenham sido menos dotados do que outros.

Em um escrito precedente³, tentei provar que a nação alemã se encontra precisamente neste caso. Ela possui muitas outras qualidades sólidas que fazem dela uma nação totalmente respeitável: é laboriosa, parcimoniosa, racional, estudiosa, ponderada, sábia, simultaneamente grande argumentadora e apaixonada pela disciplina hierárquica, e dotada de uma força de expansão considerável; os alemães, pouco ligados a seu próprio país, vão buscar seus meios de existência em todos os lugares, e, como já observei, adotam com facilidade, senão sempre, felizmente, os hábitos e costumes dos países estrangeiros onde residem. Mas ao lado de tantas vantagens incontestáveis, falta-lhes uma, o amor pela liberdade, o instinto de revolta. Eles são o povo mais resignado e mais obediente do mundo. Com isso, possuem um outro grande defeito, é o espírito de açambarcamento, de absorção sistemática e lenta, e de dominação, o que faz deles, principalmente neste momento, a nação mais perigosa para a liberdade do mundo.

Tal foi em todo o seu passado, tal é ainda hoje a Alemanha nobiliária e burguesa. O proletariado alemão, vítima secular de uma e de outra, pode tornar-se solidário ao espírito de conquista que hoje se manifesta nas regiões superiores desta nação? De fato, indubitavelmente não. Um povo conquistador é necessariamente um povo escravo, e o escravo é sempre ele. A conquista é, portanto, completamente oposta a seu interesse e à sua liberdade. Mas sendo solidário a ele em sua imaginação, permanecerá solidário enquanto não tiver compreendido que esse Estado pangermânico, republicano e pretensamente popular, que lhe prometem em futuro mais ou menos próximo, outra coisa não seria, se algum dia pudesse se realizar, senão uma nova forma de duríssima escravidão para ele mesmo.

³ O *Império Cnuto-germânico*, do qual só publiquei a primeira parte e me proponho a publicar o restante em breve.

Até o momento, pelo menos, não parece tê-lo compreendido, e nenhum de seus chefes, nenhum de seus oradores, nenhum de seus publicistas se deu ainda ao trabalho de explicar-lhe isso. Todos se esforçam, ao contrário, para conduzi-lo a uma via onde só poderá encontrar a animadversão do mundo e sua própria escravidão; e enquanto obedecer à sua direção, prosseguirá essa terrível ilusão do Estado popular, e não terá, certamente, a iniciativa da revolução social. Esta revolução lhe virá de outra região, provavelmente do sul, e então, cedendo ao contágio universal, desencadeará suas paixões populares e derrubará de uma só vez a dominação de seus tiranos e de seus pretensos emancipadores.

O raciocínio do Sr. Marx chega a resultados absolutamente opostos. Tomando em consideração unicamente a questão econômica, ele diz que os países mais avançados e, em consequência, os mais capazes de fazer uma revolução social são aqueles nos quais a produção capitalista moderna alcançou o mais elevado grau de seu desenvolvimento. São eles que, à exclusão de todos os outros, são os países civilizados, os únicos chamados a iniciar e a dirigir essa revolução. Ela consistirá na expropriação, seja sucessiva, seja violenta, dos proprietários atuais, e na apropriação de todas as terras e de todo o capital pelo Estado, que, para poder desempenhar sua grande missão econômica, tanto quanto política, deverá ser necessariamente muito extenso, muito poderoso e muito fortemente concentrado. O Estado administrará e dirigirá a cultura da terra por intermédio de seus engenheiros remunerados, comandando exércitos de trabalhadores rurais, organizados e disciplinados para essa cultura. Ao mesmo tempo, sobre a ruína de todos os bancos existentes, estabelecerá um banco único, comandado de todo o trabalho e de todo o comércio nacional.

Compreende-se que, de início, um plano de organização tão simples, na aparência pelo menos, possa seduzir a imaginação de operários mais ávidos de justiça e de igualdade que de liberdade, e que imaginam loucamente que uma e outra possam existir sem liberdade, como se, para conquistar e consolidar a justiça e a igualdade, pudéssemos repousar sobre o próximo e principalmente sobre governantes, ainda que eleitos e controlados, como eles dizem, pelo povo! Na realidade, seria para o proletariado um regime de caserna, no qual a massa uniformizada dos trabalhadores e das trabalhadoras despertaria, dormiria, trabalharia e viveria ao tambor; para os hábeis e os doutos, um privilégio de governo; para os judeus, atraídos pela imensidão das especulações internacionais dos bancos nacionais, um vasto campo de fraude lucrativa.

No interior, será a escravidão, no exterior, a guerra sem trégua, a menos que todos os povos das raças "inferiores", latina e eslava, uma, fatigada da civilização burguesa, a outra, mais ou menos ignorando-a e desdenhando-a por instinto, não se resignem a sofrer o jugo de uma nação essencialmente burguesa e de um Estado ainda mais despótico, porque se chamará Estado popular.

A revolução social, tal como é representada, desejada e esperada pelos trabalhadores latinos e eslavos, é infinitamente mais ampla do que a que lhes promete o programa alemão ou marxista. Para eles, não se trata, em absoluto, da emancipação parcimoniosamente medida, só realizável a prazos muito longos, da classe operária, mas da emancipação completa e real de todo o proletariado, não apenas de alguns países, mas de todas as nações, civilizadas e não civilizadas, a nova civilização, francamente popular, que deve se iniciar por esse ato de emancipação universal. E a primeira palavra dessa emancipação só pode ser liberdade, não essa liberdade política, burguesa, tão preconizada e recomendada como objeto de conquista prévia pelo Sr. Marx e seus adeptos, mas a grande liberdade humana que, destruindo todas as correntes dogmáticas, metafísicas, políticas e jurídicas pelas quais todo mundo se encontra hoje oprimido, devolverá a todos, coletivamente tanto quanto indivíduos, a plena autonomia de seus movimentos e de seu desenvolvimento, libertos, de uma vez por todas, de todos os inspetores, diretores e tutores.

A segunda palavra dessa emancipação, é solidariedade; não a solidariedade marxista, organizada de cima para baixo por um governo qualquer e imposta seja pela astúcia, seja pela força, às massas populares; não essa solidariedade de todos, que é a negação da liberdade de cada um, e que por isso mesmo se torna mentira, ficção, tendo por substituto real a escravidão; mas a solidariedade que é, ao contrário, a confirmação e a realização de toda liberdade, originando-se não em uma lei política qualquer, mas na própria natureza coletiva do homem, em virtude da qual nenhum homem é livre se todos os homens que o cercam e que

exercem a mínima influência, direta ou indireta, sobre sua vida, não o são igualmente. Esta verdade se encontra magnificamente expressa nos Direitos do Homem, redigidos por Robespierre, que proclamam que a escravidão do último dos homens é a escravidão de todos.

A solidariedade que pedimos, longe de dever ser o resultado de uma organização artificial ou autoritária qualquer, só pode ser o produto espontâneo da vida social, tanto económica quanto moral; o resultado da livre federação dos interesses, das aspirações e das tendências comuns. Ela tem por bases essenciais a igualdade, o trabalho coletivo, tornado obrigatório para cada um não pela força das leis, mas pela força das coisas, e a propriedade coletiva; por luz norteadora a experiência, isto é, a prática da vida coletiva, e a ciência; e por objetivo final a constituição da humanidade, conseqüentemente, a ruína de todos os Estados.

Eis o ideal, nem divino nem metafísico, mas humano e prático⁴ que sozinho corresponde às aspirações modernas dos povos latinos e eslavos. Eles desejam toda a liberdade, toda a solidariedade, toda a igualdade; em resumo, só desejam a humanidade, e não se contentarão, mesmo a título provisório e transitório, com menos que isso. Os marxistas tacharão suas aspirações de loucura; já faz muito tempo que o fizeram; isso não os desviou em nada de seu objetivo, e eles nunca trocarão a magnificência desse objetivo pelas pobreza completamente burguesas do socialismo marxista.

A insurreição comunalista de Paris inaugurou a revolução social. O que constitui a importância desta revolução não é propriamente as bem fracas tentativas que ela teve possibilidade e tempo de fazer, são as ideias que agitou, a luz viva que lançou sobre a verdadeira natureza e sobre o objetivo da revolução, as esperanças que despertou em todos os lugares, e, em consequência, a poderosa comoção que produziu no seio das massas populares de todos os países, mas principalmente na Itália, onde o despertar popular data desta insurreição, cujo aspecto principal é a revolta da Comuna e das associações operárias contra o Estado. Por essa insurreição, a França retornou de uma só vez à sua posição, e a capital da revolução mundial, Paris, recuperou sua gloriosa iniciativa à frente e sob o canhão dos alemães bismarckianizados.

O efeito foi tão formidável em todos os lugares que os próprios marxistas, dos quais todas as ideias haviam sido derrubadas por esta insurreição, viram-se obrigados a tirar o chapéu diante dela. Fizeram ainda mais: ao contrário da mais simples lógica e de seus verdadeiros sentimentos, proclamaram que seu programa e seu objetivo eram os deles. Foi um travestimento verdadeiramente bufão, mas forçado. Tinham de fazê-lo, sob pena de se verem ultrapassados e abandonados por todos, de tanto que a paixão que essa revolução havia provocado em todo mundo tinha sido poderosa.

Também é preciso admirar a coragem tanto quanto a habilidade do Sr. Marx que, dois meses mais tarde, teve a audácia de convocar uma Conferência da Internacional, em Londres, para apresentar-lhe seu pobre programa. Esta audácia se explica, por sinal, por dois fatos. Inicialmente, a Paris popular havia sido dizimada, e toda a França revolucionária, com raras exceções, estava momentaneamente reduzida ao silêncio. Em seguida, a grande maioria dos franceses que foram representá-la em Londres era blanquista, e creio ter exposto claramente as causas que levaram os blanquistas a buscarem a aliança com o Sr. Marx, o qual, longe de encontrar adversários nesses representantes autoritários da Comuna de Paris, em Londres, encontrou neles, naquele momento, um forte apoio.

⁴ Prático no sentido de que sua realização será muito menos difícil do que a da ideia marxista, que, ao lado da pobreza de seu objetivo, ainda apresenta esse grave inconveniente de ser absolutamente impraticável. Não será a primeira vez que homens hábeis, racionais, reconizadores de coisas *práticas e possíveis*, serão *reconhecidos* como utopistas, e que aqueles denominados utopistas, hoje, serão reconhecidos como homens práticos no dia seguinte. O absurdo do sistema marxista consiste precisamente nessa esperança, segundo a qual, reduzindo excessivamente o programa socialista para fazê-lo ser aceito pelos burgueses radicais, transformará estes últimos em servidores inconscientes e involuntários da revolução social. Eis aí um grande erro; todas as experiências da história nos demonstram que uma aliança concluída entre dois partidos diferentes volta-se sempre em proveito do partido mais retrógrado; esta aliança enfraquece necessariamente o partido mais avançado, diminuindo, deformando seu programa, destruindo sua força moral, sua confiança em si mesmo; entretanto, quando um partido retrógrado mente, ele se encontra sempre e mais do que nunca em sua verdade. O exemplo de Mazzini que, apesar de sua rigidez republicana, passou toda sua vida em transações com a monarquia, e que, com todo o seu gênio, acabou sempre sendo ludibriado, este exemplo não deve ser por nós esquecido. Quanto a mim, não hesito em dizer que todos os galanteios marxistas com o radicalismo, quer seja reformista, quer

Sabemos, por sinal, como esta Conferência foi sabotada; ela foi composta pelos íntimos do Sr. Marx, selecionados por ele mesmo cuidadosamente, e mais alguns ludibriados. A Conferência votou tudo o que ele acreditou ser bom propor-lhe, e o programa marxista, transformado em verdade oficial, encontrou-se imposto como princípio obrigatório para toda a Internacional.

Mas a partir do momento em que havia uma verdade oficial na Internacional, era preciso um governo para conservá-la. Foi a segunda proposição do Sr. Marx; ela foi votada, como a primeira. Daí em diante, a Internacional se encontrava acorrentada ao pensamento e à vontade do ditador alemão. Deram-lhe o direito de censura sobre todos os jornais e sobre todas as seções da Internacional. Reconheceram a urgência da correspondência secreta entre o Conselho Geral e todos os conselhos regionais; concederam-lhe, além do mais, o direito de enviar agentes secretos a todos os países, afim de intrigar em seu favor e levar-lhes à desorganização, para a maior glória do Sr. Marx; em resumo, investiram-no de um poder secreto completo.

Para assegurar sua tranquila fruição, o Sr. Marx pensou dever tomar mais uma medida. Era-lhe preciso, a qualquer preço, desacreditar, perante a opinião pública, os adversários de sua ditadura, e me fez a honra de conceder-me o primeiro lugar entre essas pessoas. Para isso, fez vir de Genebra seu pequeno comparsa e compatriota, Sr. Utin, que, sem ter sido investido de alguma delegação oficial, parece ter ido a Londres somente para espalhar contra mim, em plena Conferência, todos os tipos de infâmias e horrores. Ignoro ainda agora o que ele disse, mas julgo pelo fato que se segue. O cidadão Anselmo Lorenzo Asprillo, delegado da Federação espanhola, de volta à Espanha, tendo sido interrogado por alguns de meus amigos, escreveu-lhes esta frase:

"Se Utin disse a verdade, Bakunin deve ser um infame; se mentiu, Utin é um infame caluniador".

E observai que tudo isso se passou completamente sem que eu soubesse, e só tive conhecimento deste fato por esta resposta do Sr. Lorenzo Asprillo, que só me foi comunicada no mês de abril ou maio.

Uma circular do Conselho Geral, transformado desta maneira em governo oficial, comunicou, enfim, à Internacional estupefata o golpe de Estado que acabara de sofrer. Creio que o Sr. Marx, enfatuado por seu triunfo, muito fácil para ser sólido, e pelo poder ditatorial do qual o investiram, conduziu-se irrefletidamente a ponto de não desconfiar da terrível tempestade que seu golpe de Estado devia provocar nas regiões independentes da Internacional. A honra da primeira revolta pertence à Federação do Jura⁵.

seja revolucionário, dos burgueses, não podem ter outros resultados senão a desmoralização e a desorganização do poder nascente do proletariado, e, conseqüentemente, uma nova consolidação do poder estabelecido dos burgueses.

⁵Aquí se interrompe o manuscrito.

ESCRITO CONTRA MARX

Fragmento formando uma continuação de *O Império Cnuto-germânico*

. . . para⁶ uma exploração e necessariamente também para uma compressão solidárias através de todas as fronteiras de todos os países, e apesar de todas as diferenças políticas atualmente existentes entre muitos Estados.

A exploração burguesa sendo solidária, a luta contra ela também deve sê-lo; e a organização dessa solidariedade militante entre os trabalhadores do mundo inteiro, tal é o objetivo único da Internacional. Este objetivo tão simples e tão bem expresso por nossos estatutos gerais primitivos, os únicos legítimos e os únicos obrigatórios para todos os membros, seções e federações da Internacional, reuniu sob a bandeira desta Associação, no espaço de tempo de apenas oito anos, bem mais de um milhão de aderentes, e a fez uma verdadeira potência; uma potência com a qual os mais poderosos monarcas da terra se vêem hoje forçados a contar.

Mas todo poder tenta os ambiciosos, e os Srs. Marx e companhia, que nunca se deram conta, segundo parece, da natureza e das causas desse poder, simultaneamente tão jovem e tão prodigioso da Internacional, imaginaram que poderiam fazer dele um degrau ou um instrumento para a realização de suas pretensões políticas. O Sr. Marx, que foi um dos principais iniciadores da Internacional, — eis um título de glória que ninguém lhe contestará, — e que, durante oito anos seguidos, constituiu quase sozinho o Conselho Geral, deveria ter compreendido, portanto, melhor do que ninguém, duas coisas que saltam aos olhos, e que somente a cegueira inerente à ambição vaidosa pôde fazê-lo desconhecer:

Que a Internacional só pôde desenvolver-se e ampliar-se de maneira tão maravilhosa porque eliminou de seu programa *oficial e obrigatório* todas as questões políticas e filosóficas; 2° que só pôde fazê-lo porque, fundada principalmente sobre a liberdade das seções e federações, havia sido privada de todos os favores de um governo centralizador, capaz de dirigir, isto é, de impedir e paralisar seu desenvolvimento; o Conselho Geral tendo sido, até 1870, precisamente no período de maior desenvolvimento da Associação, um tipo de rei de Yvetot⁷ raciocinando sempre após os acontecimentos, e se deixando, não por falta de pretensões ambiciosas, mas por impotência e porque ninguém o teria escutado, levar à reboque do movimento espontâneo dos trabalhadores da Bélgica, da França, da Suíça, da Espanha e da Itália.

Quanto à questão política, todo mundo sabe que, se ela foi eliminada do programa da Internacional, não foi por culpa do Sr. Marx. Como se deveria esperar da parte do autor do famoso programa dos comunistas alemães, publicado em 1848 por ele e por seu amigo, seu confidente, seu cúmplice, Sr. Engels, ele não deixou de colocar esta questão em primeiro plano na proclamação inaugural, publicada em 1864, pelo Conselho Geral provisório de Londres, proclamação da qual o Sr. Marx foi o único autor. Nessa proclamação ou circular dirigida aos trabalhadores de todos os países, o chefe dos comunistas autoritários da Alemanha não se absteve de declarar que *a conquista do poder político* era o primeiro dever dos trabalhadores; ele até mesmo fez perfurar seu ouvido *pangerinânico* acrescentando que atualmente o principal objetivo político da Associação Internacional dos Trabalhadores devia ser o de combater o Império de todas as Rússias, objetivo sem dúvida muito legítimo e nobre, — ao qual, como amigo do povo russo, subscrevo de todo coração, persuadido como estou de que este povo não deixará de ser um miserável escravo enquanto este Império existir, - mas a que, inicialmente, não poderia reduzir-se, sem desnaturar completamente o caráter e o objeto da Associação Internacional dos Trabalhadores; e que, em segundo lugar, para ser apresentado de maneira verdadeiramente justa, séria e útil para a causa dos trabalhadores, deveria ser determinado de outra maneira. Se o Sr. Marx tivesse declarado guerra a todos os Estados, ou pelo menos aos Estados monárquicos, despóticos, militares, como a Prússia, a Áustria, a França imperial, ou mesmo à republicana atual, e se tivesse dito que era

⁶ As duas primeiras páginas do manuscrito estão perdidas. (Nota de Arthur Lehning).

⁷ Pequena e inexpressiva região da França governada por reis nos séculos XV e XVI. (N. do T).

preciso colocar, em primeiro plano, entre eles o Estado modelo, o Império de todas as Rússias, pelo menos não se poderia acusá-lo de pangermanismo. Mas ao fazer abstração do despotismo alemão, um despotismo muito insolente, muito brutal, muito glutão, e excessivamente ameaçador para a liberdade dos povos vizinhos, como todo mundo pode constatá-lo hoje, e ao se esforçar para dirigir a indignação dos trabalhadores de todos os países contra o despotismo russo, à exclusão de todos os outros, declarando até mesmo que este era a única causa do despotismo que nunca deixou de reinar na Alemanha, desde que há uma Alemanha; ao rejeitar, enfim, todas as vergonhas e todos os crimes políticos desse país da ciência e da obediência proverbiais sob as inspirações da diplomacia russa, o Sr. Marx manifestou-se inicialmente como um péssimo e muito pouco verídico historiador, e, em seguida, não como um revolucionário socialista internacional, mas como um ardente patriota da grande pátria bismarckiana. Sabe-se que o primeiro Congresso da Internacional, ocorrido em Genebra, em 1866, refutou todas essas veleidades políticas e patrióticas daquele que se coloca hoje como ditador de nossa grande associação. Nada restou delas no programa nem nos estatutos votados por esse Congresso, que doravante constituem a base da Internacional. Dai-vos ao trabalho de ler os magníficos considerandos que encabeçam os nossos estatutos gerais e não encontrareis neles nenhuma dessas palavras com que ele fez menção da questão política:

"Considerando:

"Que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; que os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender para constituir novos privilégios, mas para estabelecer, para todos, os mesmos direitos e os mesmos deveres;

"Que a sujeição do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: *política*, moral e material;

"Que, por esta razão, *a emancipação económica dos trabalhadores é o grande objetivo ao qual deve estar subordinado todo movimento política*', etc.

Eis a frase decisiva de todo o programa da Internacional. Ela *cortou o cabo*, para me servir da memorável expressão de Sieyès, quebrou os elos que mantinham o proletariado acorrentado à política burguesa. Ao reconhecer a verdade que ela expressa e ao se deixar penetrar por ela cada dia mais, o proletariado virou as costas resolutamente à burguesia, e cada passo que ele der para a frente ampliará bem mais o abismo que os separa, doravante.

A Aliança, seção da Internacional em Genebra, havia traduzido e comentado esse parágrafo dos considerandos nestes termos:

"A Aliança rejeita *toda ação política que não tiver como objetivo imediato e direto o triunfo dos trabalhadores contra o capital*"; em consequência disso, ela assumia como objetivo a abolição do Estado, de todos os Estados, e a organização da "associação universal de todas as associações locais para a liberdade".

Todavia, o Partido social-democrata dos operários alemães, fundado no mesmo ano (1869), sob os auspícios do sr. Marx, pelos srs. Liebknecht e Bebel, anunciava em seu programa que *a conquista do poder político era a condição prévia da emancipação económica do proletariado*, e que, por consequência, o objetivo imediato deste partido devia ser a organização de uma ampla agitação legal pela conquista do sufrágio universal e de todos os outros direitos políticos; seu objetivo final é o estabelecimento do grande Estado pangermânico e pretensamente popular.

Entre essas duas tendências, pode-se vê-lo, existe a mesma diferença, o mesmo abismo, que entre o proletariado e a burguesia. Há razão para que nos surpreendamos, depois disso, com o fato delas se terem reencontrado na Internacional como adversários irreconciliáveis, e que continuem a se combater, sob todas as formas e em todas as ocasiões possíveis, ainda hoje, na Internacional? A Aliança, levando o programa da Internacional a sério, havia rejeitado com desdém toda transação com a política burguesa, por mais radical que ela se diga e por mais socialista que ela se caracterize, recomendando

ao proletariado como única via de emancipação real, como a única política verdadeiramente salutar para ele, a política exclusivamente *negativa* da demolição das instituições políticas, do poder político, do governo em geral, do Estado, e, como consequência necessária, a organização internacional das forças esparsas do proletariado em uma força revolucionária dirigida contra todas as forças constituídas da burguesia.

Os social-democratas da Alemanha recomendam, ao contrário, aos trabalhadores que têm a felicidade de escutá-los, adotarem, como objetivo imediato de sua associação, a agitação legal para a conquista prévia dos direitos políticos; subordinam, por isso mesmo, o movimento pela emancipação econômica ao movimento, de início, exclusivamente político, e, por essa inversão ostensiva de todo o programa da Internacional, eles preencheram de uma só vez o abismo que ela havia aberto entre o proletariado e a burguesia. Fizeram ainda melhor do que isso, amarraram o proletariado à reboque da burguesia. E evidente que todo esse movimento político pregado pelos socialistas da Alemanha, visto que deve preceder a revolução econômica, só poderá ser dirigido por burgueses, ou, o que será ainda pior, *por operários transformados por sua ambição, ou por sua vaidade, em burgueses*; e passando, na realidade, e como todos os seus predecessores, por cima da cabeça do proletariado, esse movimento não poderá deixar de condenar de novo, este último, a ser apenas instrumento cego e infalivelmente sacrificado na luta entre os diferentes partidos burgueses pela conquista do poder político, isto é, da força e do direito de dominar as massas e explorá-las. A quem quer que disso pudesse duvidar, bastaria que mostrássemos o que hoje se passa na Alemanha, onde os órgãos da social-democracia cantam hinos de júbilo ao ver um Congresso de professores de economia política burguesa recomendar o proletariado da Alemanha à elevada e paternal proteção dos Estados, e nas regiões da Suíça, onde prevalece o programa marxista, em Genebra, Zurique e Basileia, onde a Internacional desceu ao ponto de ser apenas um tipo de urna eleitoral em proveito dos burgueses radicais. Esses fatos incontestáveis parecem-me mais eloquentes do que todas as palavras.

Eles são reais, e são lógicos nesse sentido em que são um efeito natural do triunfo da propaganda marxista. E é por isso que combatemos as teorias marxistas com ardor, convictos de que se elas pudessem triunfar em toda a Internacional, não deixariam de matar, em todos os lugares, pelo menos o espírito da Internacional, como o fizeram na maioria desses países que acabo de citar.

Lamentamos muito, sem dúvida, e hoje continuamos a lamentar profundamente, a imensa perturbação e desmoralização que essas ideias pangermânicas lançaram no desenvolvimento tão belo, tão maravilhoso e naturalmente triunfante da Internacional. Mas nenhum de nós sonhou algum dia proibir o Sr. Marx ou seus fanáticos discípulos de propagá-las no seio de nossa grande Associação. Teríamos faltado a seu princípio fundamental, que é o da *liberdade mais absoluta da propaganda, tanto política quanto filosófica*.

A Internacional não admite *censura*, nem *verdade oficial* em nome da qual poder-se-ia exercer essa censura; da não as admite porque nunca, até aqui, havia se colocado como Igreja ou como Estado, e é precisamente porque não o fez, não pela rapidez incrível de sua extensão e de seu desenvolvimento, que pôde surpreender o mundo.

Eis o que o Congresso de Genebra, melhor inspirado do que o Sr. Marx, havia compreendido. Ao eliminar de HCU programa todos os princípios políticos e filosóficos, não como objetos de discussão e de estudo, mas enquanto *princípios obrigatórios*, ele fundou a força de nossa Associação.

E verdade que no segundo Congresso da Internacional, ocorrido em 1867, em Lausanne, amigos desastrosos, não adversários, sem se dar muito bem conta da verdadeira natureza da força desta Associação, haviam tentado trazer para discussão a questão política. Mas felizmente só conseguiram esta declaração platônica, de que a *questão política era inseparável da questão econômica*, — uma declaração que cada um de nós pode subscrever, visto que é evidente que a política, isto é, a instituição e as relações mútuas dos Estados, não tem outro objetivo senão assegurar, às classes governantes, a exploração legal do proletariado, donde resulta que a partir do momento que o proletariado deseja se

emancipar, ele é forçado a levar em consideração a política, para combatê-la e derrubá-la. Não é assim que a compreendem nossos adversários; o que eles quiseram e o que querem é a política *positiva*, a política do Estado. Mas não tendo encontrado terreno favorável em Lausanne, abstiveram-se sabiamente dela.

A mesma sabedoria os havia inspirado, um ano mais tarde, no Congresso de Bruxelas. Por sinal, a Bélgica, comunalista, antiautoritária e anticontralista em toda a sua história, não lhes oferecia nenhuma chance de sucesso, e, mais uma vez, abstiveram-se sabiamente.

Três anos de derrota! Era muito para a ambição impaciente do Sr. Marx. Assim, ordenou a seu exército um ataque direto, que foi, com efeito, executado no Congresso de Basileia (1869). As chances lhe pareciam favoráveis. O Partido social-democrata havia tido tempo de se organizar na Alemanha sob a direção dos Srs. Liebknecht e Bebel: havia ampliado suas ramificações na Suíça alemã, em Zurique, Basileia, e até mesmo na seção alemã de Genebra. Era a primeira vez que delegados da Alemanha, se apresentavam em grande número em um Congresso da Internacional. O plano de batalha, aprovado pelo Sr. Marx, general-em-chefe do exército, havia combinado com o Sr. Liebknecht, chefe do corpo alemão, e os Srs. Bürkli e Greulich, comandantes do corpo suíço; os Srs. Amand Gögg⁸, Philippe Becker e Rittinghausen, — o inventor da votação direta das leis e das constituições pelo povo, o plebiscitário tudesco, — agruparam-se a seu lado como auxiliares voluntários. Além disso, tiveram ao seu lado alguns alemães do Conselho Geral, enfeudados à política do Sr. Marx, e alguns ingleses do mesmo Conselho, que ignoravam por completo a questão, mas que votaram com os marxistas, em consequência de um mau hábito do qual eles parecem ter-se desfeito, hoje, completamente.

Assim organizados, os marxistas lançaram-se à grande batalha e a perderam. A questão da *legislação direta pelo povo*, apresentada pelo Sr. Bürkli, defendida com muito ardor e insolência contra nós pelo Sr. Liebknecht, com muitas reticências diplomáticas pelo Sr. Philippe Becker, que jamais gosta de se pronunciar de maneira clara antes de saber de que lado estará a vitória, e com uma ênfase heróica pelo Sr. Amand Gögg, foi enterrada e, na realidade, eliminada do programa do Congresso. Foi uma derrota memorável para o Sr. Marx, uma derrota que ele nunca nos perdoará.

Sua cólera foi imensa, conhecem-se hoje todas as suas consequências. Foi desde setembro de 1869 que o Conselho Geral, — ou melhor, o Sr. Marx, *Quos ego* desse pobre Conselho, — saindo de seu torpor imposto e tão salutar para a Internacional, empreendeu uma política militante. Sabe-se como ela se manifestou inicialmente. Foi uma torrente de injúrias ignóbeis e calúnias odiosas derramadas contra todos aqueles que haviam ousado combatê-lo, e divulgadas pelos jornais na Alemanha e, em outros países, por cartas íntimas, por circulares confidenciais e por todos os tipos de agentes granjeados de uma ou de outra maneira à causa do Sr. Marx. Veio em seguida a Conferência de Londres (setembro de 1871), que, preparada com muita antecedência pelo Sr. Marx, votou tudo o que ele quis: e a questão política, a conquista do poder pelo proletariado como parte integrante do programa obrigatório da Internacional, a ditadura do Conselho Geral, isto é, a do Sr. Marx em pessoa, e, em consequência, a transformação da Internacional em um imenso e monstruoso Estado, do qual ele se tornou o chefe.

A legitimidade desta Conferência, tendo sido contestada, o Sr. Marx, prestidigitador político muito hábil, e que estava sem dúvida orgulhoso em provar ao mundo que na falta de fuzis e canhões, podia-se governar as massas pela mentira, pela calúnia, pela intriga, organizou *seu* Congresso de Haia. Passaram-se apenas dois meses desde este Congresso, e em toda a Europa, — menos na Alemanha, cujos operários são sistematicamente cegados por seus chefes e por seus jornais, cujos redatores estão interessados na mentira — em todas as Federações livres, belga, holandesa, inglesa, americana, francesa, espanhola, italiana, sem esquecer nossa excelente Federação do Jura, há um único grito de indignação e desprezo contra essa cínica comédia que ousaram empregar com o nome de Congresso da Internacional. Graças à maioria fictícia, composta

⁸ A Liga burguesa da Paz e da Liberdade, representada por esse campeão brilhante da democracia burguesa, e o comunismo autoritário do Sr. Marx haviam se dado as mãos e se abraçado fraternalmente no terreno político, como era, por sinal, de se esperar.

quase exclusivamente de membros do Conselho Geral, alemães disciplinados ao modo prussiano, e blanquistas franceses ridiculamente manipulados pelo Sr. Marx, tudo nele foi travestido, falsificado, brutalizado e violado: justiça, bom senso e honestidade. Nele imolaram sem vergonha e sem piedade a honra da Internacional, puseram em jogo sua própria existência, a fim de melhor assentar, sem dúvida, o poder ditatorial do Sr. Marx. Não foi somente um crime, foi uma demência. E o Sr. Marx, que se considera o pai da Internacional, e que foi incontestavelmente um de seus principais fundadores, deixou fazer tudo isso! Eis para onde conduzem a vaidade pessoal, a adoração de si mesmo, e, principalmente, a ambição política. Por todos esses fatos e atos deploráveis, dos quais ele foi a grande fonte e o único autor, o Sr. Marx pelo menos prestou um grande serviço à Internacional, demonstrando-lhe de maneira totalmente dramática, viva, que se alguma coisa pode matá-la é justamente a introdução da política em seu programa.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, eu disse, só pôde adquirir uma extensão imensa porque eliminou de seu programa obrigatório todas as questões políticas e filosóficas. A coisa é de tal forma clara que ficamos verdadeiramente surpresos de ainda ter de prová-la.

Não creio ser necessário demonstrar que, para que a Internacional seja e permaneça uma potência, ela deve ser capaz de atrair para o seu seio, abarcar e organizar a imensa maioria do proletariado de todos os países da Europa e da América. Mas qual é o programa político ou filosófico que poderia se gabar de reunir sob sua bandeira milhões de adeptos? Só um programa excessivamente geral, isto é, indeterminado e vago, pode consegui-lo, pois toda determinação em teoria corresponde fatalmente a uma exclusão, a uma eliminação na prática.

Não pode mais existir nela, por exemplo, filosofia séria, hoje, que não tome como ponto de partida, não positivo, mas *negativo* (historicamente tornado necessário, como negação dos absurdos teológicos e metafísicos), o *ateísmo*. Mas se pode acreditar que se tivesse inscrito esta simples palavra, "ateísmo", sobre a bandeira da Internacional, esta associação teria podido reunir em seu seio pelo menos algumas centenas de milhares de aderentes? Todo mundo sabe que não, não porque o povo seja realmente religioso, mas porque crê sê-lo; e crerá nisso enquanto uma boa revolução social não lhe tiver aberto os meios de realizar todas as suas aspirações aqui embaixo. Certo é que se a Internacional tivesse colocado o ateísmo como um princípio obrigatório em seu programa, ela teria excluído de seu seio a flor do proletariado, — e por esta palavra não quero dizer, como fazem os marxistas, a camada superior, a mais civilizada e a mais abastada do mundo operário, esta camada de operários semiburgueses, da qual querem precisamente se servir para constituir sua *quarta classe governamental*, e que é verdadeiramente capaz de formar uma delas, se não se põe ordem nisso, no interesse da grande massa do proletariado, visto que, com seu bem-estar relativo e semiburguês, ela, por infelicidade, deixou-se penetrar muito profundamente por todos os preconceitos políticos e sociais e pelas estreitas aspirações e pretensões dos burgueses. Pode-se dizer que esta camada é a menos socialista, a mais individualista em todo o proletariado.

Por *flor do proletariado*, quero dizer, principalmente, essa grande massa, esses milhões de não-civilizados, deserdados, miseráveis e analfabetos que o Sr. Engels e o Sr. Marx pretendem submeter ao regime paternal de um *governo muito forte*⁹ sem dúvida, para sua própria salvação, como todos os governos não foram estabelecidos, é evidente, no próprio interesse das massas. Por flor do proletariado, refiro-me precisamente a essa carne de governo eterno, essa grande canalha popular¹⁰, que, sendo mais ou menos virgem de toda civilização burguesa, traz em seu seio, em suas paixões, em seus instintos, em suas aspirações, em todas as necessidades e misérias de sua posição coletiva, todos os germes do socialismo do futuro, o que só ela é hoje bastante poderosa para inaugurar e fazer triunfar a Revolução social.

⁹ São os próprios termos dos quais o Sr. Engels se serviu em carta muito instrutiva que endereçou a nosso amigo Cafiero.

¹⁰ O Srs. Marx e Engels a designam ordinariamente por essa palavra, ao mesmo tempo desprezível e pitoresca, lumpemproletariado, o "proletariado esfarrapado", os *gueux*.

Pois bem, em quase todos os países, essa canalha, enquanto massa, recusaria aderir à Internacional se tivessem inscrito em sua bandeira, como palavra oficial, *ateísmo*. E seria profundamente lamentável, pois, se ela virasse as costas à Internacional, seria o fim de toda a força de nossa grande Associação.

O mesmo acontece com todos os princípios políticos. De início, não há sequer um único desses princípios, — e de nada adianta os Srs. Marx e Engels se debaterem, não mudarão esse fato tornado hoje patente em todos os países, — não existe mais nenhum princípio político, dizia, que seja capaz de agitar as massas. Eles fracassarão, depois de uma experiência de alguns anos, mesmo na Alemanha. O que as massas desejam em todos os lugares é sua emancipação econômica imediata, pois é aí que está, realmente, para elas, toda a questão de liberdade, humanidade, vida ou morte. Se ainda existe um ideal que as massas hoje são capazes de adorar com paixão, é o da *igualdade econômica*. E as massas têm mil vezes razão, pois enquanto a igualdade econômica não tiver substituído o regime atual, todo o resto, tudo o que constitui o valor e a dignidade da existência humana, liberdade, ciência, amor, ação inteligente e solidariedade fraternal, permanecerá para elas em estado de horrível mentira.

A paixão instintiva das massas pela igualdade econômica é tão grande que, se pudessem esperar recebê-la das mãos do despotismo, entregar-se-iam, indubitavelmente e sem muita reflexão, como amiúde o fizeram, ao despotismo. Felizmente, a experiência histórica serviu para alguma coisa até mesmo para as massas. Hoje elas começam, em todos os lugares, a compreender que nenhum despotismo teve e pode ter a vontade ou o poder de lhes a dar. O programa da Internacional é felizmente muito explícito sob esse aspecto: *A emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores*.

Não é surpreendente que o Sr. Marx tenha acreditado poder introduzir nesta declaração, todavia tão precisa, tão clara, e que, provavelmente, ele próprio redigiu, seu *socialismo científico*, quer dizer, a organização e o governo da nova sociedade pelos doutos socialistas, o pior de todos os governos despóticos!

Graças a essa grande canalha popular que se oporá por ela mesma, levada por um instinto tão invencível quanto justo, a todas as veleidades governamentais da pequena minoria operária, já disciplinada e ordenada como deve ser para se tornar servidora de um novo despotismo, o *douto socialismo* do Sr. Marx sempre permanecerá em estado de sonho marxista. Essa nova experiência, talvez mais triste do que todas as experiências passadas, será poupada à sociedade, porque o proletariado em geral e em todos os países está hoje animado de profunda desconfiança contra o que é político e contra todos os políticos do mundo, qualquer que seja a sua cor, todos o tendo igualmente enganado, oprimido, explorado, os republicanos mais vermelhos, tanto quanto os monarquistas mais absolutistas.

Com semelhantes disposições realmente existentes nas massas, como esperar que se possa atraí-las com um programa político qualquer? E suponhamos, como é, com efeito, o caso hoje, que elas se deixem levar na Internacional por uma outra isca, como esperar que o proletariado de todos os países, encontrando-se em condições tão diferentes de temperamento, de cultura e de desenvolvimento econômico, se possa atrelar ao jugo de um programa político uniforme? Não se poderia imaginá-lo, segundo parece, sem demência. Pois bem, o Sr. Marx não se divertiu apenas em imaginá-lo, quis executá-lo. Rasgando, com um golpe despótico, o pacto da Internacional, ele quis, pretende ainda hoje, impor um programa político uniforme, *seu próprio programa*, a todas as Federações da Internacional, isto é, ao proletariado de todos os países!

Disso resultou uma grande discórdia na Internacional. Não há porque criar a ilusão, a grande unidade da Internacional foi questionada, e isso, repito mais uma vez, unicamente graças ao partido marxista, que, por meio do Congresso de Haia, tentou impor o pensamento, a vontade, a política de seu chefe a toda a Internacional. E evidente que, se as resoluções do Congresso de Haia devessem ser consideradas como a última palavra, ou mesmo somente como a palavra séria, não falsificada, da Internacional, nossa grande e bela Associação só teria uma única coisa a fazer, dissolver-se. É preciso ser verdadeiramente insensato para imaginar que os trabalhadores da Inglaterra, da Holanda, da Bélgica, da

França, do Jura, da Itália, da Espanha, da América, sem falar dos trabalhadores eslavos, desejarão se submeter à disciplina marxista.

Entretanto, se acreditarmos, como os políticos de todos os tipos da Internacional, jacobinos revolucionários, blanquistas, democratas republicanos, sem esquecer os Social-democratas ou marxistas, que a questão política deve fazer parte integrante do programa da Internacional, será preciso confessar que o Sr. Marx tem razão. A Internacional só pode constituir uma potência se for una, será necessário absolutamente que seu programa político seja uno, o mesmo para todos, pois de outra forma haveria tantas Internacionais quanto programas diferentes. Mas, como é evidentemente impossível que os trabalhadores de tantos países diferentes se unam livre e espontaneamente sob um mesmo programa político, a Internacional sendo hoje o instrumento necessário para a emancipação do proletariado, e esta Internacional não podendo conservar sua unidade senão sob a condição de reconhecer um único programa político, será preciso impô-lo. Para não aparentar que este programa lhes é imposto despoticamente, por um decreto do Conselho Geral ou marxista, será necessário conchavar um Congresso marxista, que, demonstrando de maneira inteiramente nova o quanto há de verdade no sistema representativo e no sufrágio universal, em nome da livre vontade de todos, decretará a escravidão de todos. Eis o que fez, na realidade, o Congresso de Haia.

Foi, para a Internacional, a batalha e a capitulação de Sedan, a invasão triunfante do pangermanismo, não bismarckiano, mas marxista, impondo o programa político dos comunistas autoritários ou social-democratas da Alemanha e a ditadura de seu chefe ao proletariado de todos os outros países da América e da Europa. Para melhor ocultar seu jogo e para dourar um pouco a pílula, esse memorável Congresso expediu para a América um simulacro de Conselho Geral, escolhido, selecionado pelo próprio Sr. Marx, e que, sempre obedecendo à sua oculta direção, assumirá todas as aparências, as preocupações e as responsabilidades do poder, deixando ao Sr. Marx, protegido por sua sombra, o exercício real.

Pois bem, declaro que por mais asqueroso que esse jogo possa parecer a espíritos delicados e escrupulosos, ele era absolutamente necessário, uma vez que se tinha admitido que a questão política devia ser determinada no programa da Internacional. Visto que a unidade da ação política é reconhecida como necessária, não podendo esperar vê-la sair livremente do entendimento espontâneo das federações e das seções dos diferentes países, foi preciso impô-la. Só desse modo se pôde criar essa unidade política tão desejada e preconizada, mas ao mesmo tempo criou-se a escravidão.

Resumindo: ao introduzir a questão política no programa obrigatório da Internacional, colocou-se nossa Associação em um terrível dilema, do qual eis os dois termos:

Ou a unidade com a escravidão,

Ou a liberdade com a divisão e a dissolução.

Como sair disso? Simplesmente retornando a nossos estatutos gerais primitivos, que fazem abstração da questão propriamente política, deixando seu desenvolvimento para a liberdade das federações e das seções. Mas, então, cada federação, cada seção seguirá a direção política desejada? — Sem dúvida. — Mas então a Internacional se transformará em uma torre de Babel? — Ao contrário, é somente assim que ela constituirá sua unidade real, económica, de início, e, em seguida, necessariamente, política; é assim que ela criará, sem dúvida, não de uma só vez, a grande política da Internacional, emanada não de uma cabeça isolada, ambiciosa, muito sábia e, todavia, incapaz de abraçar as mil necessidades do proletariado, tão atravancada de cérebro quanto seja, mas emanada da ação absolutamente livre, espontânea e simultânea dos trabalhadores de todos os países.

A base dessa grande unidade, que procuraríamos em vão nas ideias filosóficas e políticas do dia, encontra-se inteiramente dada pela solidariedade dos sofrimentos, dos interesses, das necessidades e das aspirações reais do

proletariado do mundo inteiro. Esta solidariedade não deve ser criada, ela existe na realidade; constitui a própria vida, a experiência cotidiana do mundo operário, e tudo o que resta a fazer é torná-la conhecida deste mundo e ajudá-lo a organizá-la conscientemente. É *a solidariedade das reivindicações econômicas*. Tê-la compreendido, tal é, na minha opinião, o único, mas ao mesmo tempo o enorme mérito dos primeiros fundadores de nossa Associação, entre os quais, gosto sempre de lembrar, o Sr. Marx representou um papel tão utilmente preponderante, exceto por certas veleidades totalmente políticas e alemãs que o Congresso de Genebra eliminou, de maneira sábia, do programa que ele havia apresentado.

Sempre evitei chamar o Sr. Marx e seus numerosos colaboradores de "fundadores" da Internacional; não que, inspirado por um sentimento mesquinho qualquer, eu queira diminuir seu mérito, ao qual, ao contrário, agrada-me muito fazer justiça, mas porque estou realmente convencido de que a Internacional não foi, em absoluto, sua obra, mas sim a do próprio proletariado. Eles foram, de certa forma, os parceiros, não os autores. O grande autor, inconsciente como o são ordinariamente os autores de grandes obras, foi o proletariado, representado por algumas centenas de operários anônimos: franceses, ingleses, belgas, suíços e alemães. Foi seu vivo e profundo instinto de trabalhadores experimentados pela opressão e pelos sofrimentos inerentes à sua posição que os fez encontrar o verdadeiro princípio e o verdadeiro objetivo da Internacional: a solidariedade das necessidades como base já existente, e *a organização internacional da luta econômica do trabalho contra o capital como o verdadeiro objeto desta Associação*. Dando-lhe, exclusivamente, esta base e este objetivo, eles estabeleceram de uma só vez toda a força da Internacional.

Eles abriram, completamente, as portas da Internacional a todos os milhões de oprimidos e explorados da sociedade atual, abstração feita de suas crenças, de seu grau de cultura e de sua nacionalidade. Para conceber o desejo, para ter o direito de entrar na Internacional, de acordo com seus estatutos primitivos, eram necessárias e ainda o são, hoje, as seguintes condições:

1ª. Ser um trabalhador sério, isto é, ressentir de fato os sofrimentos aos quais o proletariado se encontra subjugado em nossos dias, ou pelo menos, se se é nascido em uma classe privilegiada qualquer, desejar de modo franco, sem reticências e sem segundas intenções ambiciosas, a plena emancipação do mundo operário;

2ª. Compreender que esta emancipação não pode ser um fato individual, nem local, nem o fato excepcional de uma profissão isolada qualquer; mas que ela só se pode realizar sob a condição de abarcar em uma ação solidária os trabalhadores de todas as profissões industriais, comerciais e agrícolas, o proletariado de todas as comunas, de todas as províncias, de todos os países, de todos os continentes, e de formar, conseqüentemente, uma poderosa e real organização de solidariedade internacional de todos os trabalhadores explorados do mundo inteiro contra a exploração sistemática e legal de todos os capitalistas e de todos os proprietários do mundo;

3ª. Compreender que as classes proprietárias, exploradoras e governantes, nunca farão voluntariamente, por generosidade ou por justiça, nenhuma concessão, por mais urgente que ela pareça e por mais fraca que seja, ao proletariado; isso porque é contra a sua natureza, e precisamente contra sua natureza especial, de tal forma que nunca houve exemplo na história de uma classe dominante que tenha feito tais sacrifícios por sua plena vontade; alguns privilegiados só consentiram fazer pequenos sacrifícios quando, superados e ameaçados em sua própria existência pela força ascendente do proletariado, viram-se forçados a fazer sacrifícios bem mais importantes. Que, em conseqüência, o proletariado nada deve esperar nem da inteligência, nem da equidade dos burgueses, e ainda menos de sua política, até mesmo a dos radicais burgueses ou dos burgueses pretensamente socialistas, nem mesmo, enfim, dos representantes burgueses da ciência, e que *a emancipação dos trabalhadores só pode ser exclusivamente obra dos próprios trabalhadores*, como está dito no cabeçalho de nossos considerandos. Significa dizer que os trabalhadores só poderão realizar essa emancipação e conquistar seus direitos humanos pela intensa luta, *pela guerra organizada dos trabalhadores do mundo inteiro contra os capitalistas e os proprietários exploradores do mundo inteiro*;

4ª. Compreender que, para melhor vencer, nesta guerra internacional, os trabalhadores de todos os países devem organizar internacionalmente sua força solidária, e que este é o verdadeiro, o único objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores;

5ª. Compreender que, visto que esta organização só tem como objetivo a emancipação dos trabalhadores *por eles mesmos*, ela só pode ser constituída direta e imediatamente por eles mesmos, por sua própria ação espontânea, isto é, de baixo para cima, pela via francamente popular da federação livre, fora de todas as manobras políticas dos Estados, e não de cima para baixo, ao modo de todos os governos mais ou menos centralizadores, aristocráticos e burgueses;

6ª. Compreender que, visto que o proletário, trabalhador manual, o homem do trabalho, é o representante histórico da primitiva, ao mesmo tempo que a última escravidão sobre a terra, sua emancipação é a emancipação de todo mundo, seu triunfo é o triunfo final da humanidade; e que, em consequência, a organização da força do proletariado de todos os países pela Internacional, e a guerra que ela provoca contra todas as classes exploradoras e dominantes não podem ter como objetivo a constituição de um novo privilégio, de um novo monopólio, de uma nova classe ou dominação, ou de um novo Estado, mas sim o estabelecimento da liberdade, da igualdade e da fraternidade de todos os seres humanos, sobre as ruínas de todos os privilégios, de todas as classes, de todas as explorações, de todas as dominações, em resumo, de todos os Estados;

7ª. Deve-se compreender, enfim, que, visto que o objetivo único da Internacional é a conquista de todos os direitos humanos para os trabalhadores, por intermédio da organização de sua solidariedade militante através das diferenças de todas as profissões e das fronteiras políticas e nacionais de todos os países, *a lei suprema e, por assim dizer, única* que cada um se impõe ao entrar nesta salutar e formidável Associação, é submeter-se e submeter doravante todos os seus atos, voluntariamente, apaixonadamente, em pleno conhecimento de causa e em seu próprio interesse assim como no de seus irmãos de todos os países, em todas as condições, consequências e exigências desta solidariedade.

Eis os verdadeiros princípios da Internacional. Eles são tão amplos, tão humanos, e ao mesmo tempo tão simples que é preciso ser um burguês bem interessado na conservação do monopólio, ou, então, embrutecido pelos preconceitos burgueses, para não compreendê-los e para não reconhecer sua perfeita exatidão. Para falsificá-los, foi preciso ser um social-democrata da escola do Sr. Marx. Mas não existe nenhum proletário verdadeiro, sério, tão pouco culto que seja ou tão aturdido que esteja por essa massa de preconceitos tanto religiosos quanto políticos — que sistematicamente fazem cair sobre sua pobre cabeça, desde sua mais tenra infância —, ao qual, com um pouco de paciência e boa vontade, não se possa fazer compreender tudo isso em uma conversa de algumas horas. Ele já traz tudo isso em seu instinto e em todas as suas aspirações, mais desenvolvidas a cada dia por suas experiências, por suas dores cotidianas. Explicando-lhes esses princípios, e deduzindo deles todas as aplicações práticas, dar-se-á uma forma, um nome ao que ele sente. Eis o que atrairá invencivelmente a massa do proletariado para a Internacional, se a Internacional, desenvolvendo-se e organizando-se cada vez mais, permanecer fiel à simplicidade de seu programa e de sua instituição primitivas.

Não se pode cometer erro maior do que pedir, seja a uma coisa, seja a uma instituição, seja a um homem, mais do que podem dar.

Exigindo deles mais, os desmoralizamos, os impedimos, os desnaturamos, os matamos. A Internacional, em pouco tempo, produziu grandes resultados. Ela organizou, e organizará a cada dia de maneira ainda mais formidável, o proletariado para a luta económica. Esta é uma razão para acreditar que se possa servir-se dela como um instrumento para a luta política?

O Sr. Marx, por tê-lo acreditado, quase assassinou a Internacional por sua criminosa tentativa de Haia. É a história da galinha dos ovos de ouro. Ao chamado para a luta económica, massas de trabalhadores de diferentes países acudiram para se reunir sob a bandeira da Internacional, e o Sr. Marx havia imaginado que as massas lá permaneceriam, melhor

dizendo, que elas acudiriam em quantidades ainda mais formidáveis, quando, novo Moisés, ele tivesse inscrito as sentenças de seu decálogo político em nossa bandeira, no programa oficial e obrigatório da Internacional.

Eis onde errou. As massas, sem diferença de grau de cultura, crenças religiosas, países e idiomas, haviam compreendido a linguagem da Internacional, quando ela lhes havia falado de sua miséria, sofrimento e escravidão sob o jugo do capital e da propriedade exploradora; compreenderam-na quando ela lhes demonstrou a necessidade de unir seus esforços em uma grande luta solidária e comum. Mas eis que lhes vêm falar de um programa político muito sábio, muito autoritário sobretudo, e que, em nome de sua própria salvação, vêm-lhes impor, nesta mesma Internacional que devia organizar sua emancipação por seus próprios esforços, um governo ditatorial, provisório sem dúvida, mas, enquanto aguarda, completamente arbitrário, e dirigido por uma cabeça extraordinariamente abarrotada de cérebro.

A que grau de demência era preciso ter sido levado, seja pela ambição, seja pela vaidade, seja por ambas, ao mesmo tempo, para ter podido conceber a esperança de que se poderia reter as massas operárias dos diferentes países da Europa e da América sob a bandeira da Internacional nessas condições mencionadas!

Mas o sucesso mais triunfante não deu razão ao Sr. Marx, e o Congresso de Haia não votou tudo o que ele lhe havia pedido?

Ninguém melhor que o Sr. Marx sabe quão pouco as resoluções votadas por esse infeliz Congresso de Haia expressam o pensamento e as aspirações reais das Federações de todos os países. A composição e a falsificação desse Congresso lhe custaram muito trabalho para que ele possa ter a mínima ilusão sobre seu verdadeiro significado e valor. E, por sinal, se ele tivesse podido obter essa ilusão por um instante, o que se passa hoje é bem feito para dissipá-la completamente. Com exceção do Partido da social-democracia da Alemanha, as Federações de todos os países, os americanos, os ingleses, os holandeses, os belgas, os franceses, os suíços do Jura, os espanhóis e os italianos protestam contra todas as resoluções desse Congresso nefasto e vergonhoso, ou, ainda, contra essa sórdida intriga.

Mas deixemos de lado a questão moral, e consideremos apenas os princípios desta questão. Um programa político só tem valor quando, saindo das generalidades vagas, determina bem precisamente as instituições que propõe para o lugar daquelas que deseja derrubar ou reformar. Tal é, com efeito, o programa do Sr. Marx. É uma construção completa de instituições económicas e políticas fortemente centralizadas e muito autoritárias, sancionadas sem dúvida, como todas as instituições despóticas na sociedade moderna, pelo sufrágio universal, mas submissas, todavia, a um governo *muito forte*, para me servir das próprias expressões do Sr. Engels, o *alter ego* do Sr. Marx, o confidente do legislador.

Mas por que é precisamente esse programa que pretendem introduzir *oficialmente*, obrigatoriamente, nos estatutos da Internacional? Por que não o dos blanquistas? Por que não o nosso? Seria porque o Sr. Marx o teria inventado? Não é uma razão. Ou é porque os operários da Alemanha parecem aceitá-lo? Mas o programa anarquista é aceito, com pouquíssimas exceções, por todas as Federações latinas; os eslavos nunca aceitarão outro programa. Por que então o programa autoritário dos alemães deveria dominar na Internacional, criada somente pela liberdade, e que nunca poderá prosperar senão na liberdade e pela liberdade? Seria porque os exércitos alemães quase conquistaram a França? Mas ainda assim não seria uma razão; ou melhor, seria, ao contrário, uma razão para se desconfiar muito de um programa que vem hoje da Alemanha¹¹.

¹¹ Os alemães possuem uma maneira de apreciar os homens, os fatos e as coisas, completamente singular. Encontro, por exemplo, no nº 81 (de 9 de outubro de 1872) do *Volksstaat*, o jornal oficial e principal do Partido dos operários social-democratas da Alemanha, órgão editado em Leipzig não sob a redação, mas sob a inspiração imediata e direta do próprio Sr. Marx, a seguinte nota:

"Uma notícia. A interdição da Internacional na França está suprimida! É verdade! — Não acreditais? Mas é assim mesmo. A Internacional, que havia sido expulsada pela porta das associações (*die durch das Vereinsthor hinaus-gehetzt war*), retornou novamente triunfante à capital da França por uma livraria. *O Capital*, de Karl Marx, traduzido para o francês, está à venda na Livraria Lachâtre, em Paris. Temos, neste exato momento, diante de nós, a primeira edição magnificamente editada desta obra com a fotografia e o autógrafa do autor ..."

E é o programa político aplaudido por semelhante democracia socialista que o Congresso de Haia pretendeu impor às Federações livres de todos os países!

É evidente que a menos que se deseje tyrannizar as Federações de muitos países, impondo-lhes, seja pela violência, seja pela intriga, seja por ambas, ao mesmo tempo, o programa político de um único país; ou então, o que é muito mais provável, a menos que se dissolva a Internacional, dividindo-a em várias partes, das quais cada uma seguiria seu próprio programa político, — para salvar sua integridade e para assegurar sua prosperidade, só há um único meio: *manterá eliminação primitiva da questão política do programa oficial e obrigatório da Associação Internacional dos Trabalhadores, organizada não pela luta política, mas unicamente pela luta económica, e, recusando-se absolutamente, por isso mesmo, a servir de instrumento político nas mãos de quem quer que seja.* E a tal ponto que todas as vezes que se quiser empregá-la como uma força política positiva na luta positivamente política dos diferentes partidos do Estado, ela se desmoralizará imediatamente, diminuirá, se reduzirá, e se dissolverá de maneira ostensiva, e acabará por se fundir por completo nas mãos daquele que, por loucura, imaginar controlar essa força.

Desta maneira, seria proibido ocupar-se de questões políticas e filosóficas na Internacional? Fazendo abstracção de todo o desenvolvimento que ocorre no mundo do pensamento, tanto quanto dos eventos que acompanham ou que seguem a luta política, tanto exterior quanto interior, dos Estados, a Internacional não se ocuparia mais do que da questão económica? Ela faria estatística comparada, estudaria as leis da produção e da distribuição das riquezas, ocupar-se-ia exclusivamente do pagamento dos salários, formaria fundos de resistência, organizaria greves locais, nacionais e internacionais, constituiria local, nacional e internacionalmente os corpos de profissão, e formaria sociedades cooperativas de crédito mútuo, de consumo e de produção, nos momentos, nas localidades e nos países onde semelhantes criações seriam possíveis?

Mas tal abstracção é absolutamente impossível. Essa preocupação exclusiva com os interesses apenas económicos, seria, para o proletariado, a morte. Sem dúvida, a defesa e a organização desses interesses, questão de vida ou de morte para ele, devem constituir a base de toda a sua acção actual. Mas lhe é impossível parar aí sem renunciar à humanidade, e sem se privar até mesmo da força intelectual e moral necessária à conquista de seus direitos económicos. Sem dúvida, no estado miserável ao qual se vê reduzido agora, a primeira questão que se lhe apresenta é a de seu pão cotidiano, do pão da família; entretanto, mais do que todas as classes privilegiadas hoje, ele é um ser humano em toda a plenitude desta palavra, e, como tal, tem sede de dignidade, justiça, igualdade, liberdade, humanidade e ciência, e quer conquistar tudo isso ao mesmo tempo que a plena fruição do produto integral de seu próprio trabalho. Assim, se as questões políticas e filosóficas não tivessem sido introduzidas na Internacional, o proletariado infalivelmente as introduziria.

Mas, então, como resolver essa aparente contradição: de um lado, as questões filosóficas e políticas devem ser excluídas do programa da Internacional; e, do outro, elas devem e são necessariamente discutidas?

Esse problema se resolve naturalmente pela liberdade. Nenhuma teoria filosófica ou política deve entrar como fundamento essencial, oficial e como condição obrigatória no programa da Internacional, porque, como acabamos de vê-lo, toda teoria imposta se tornaria, para todas as Federações das quais a Associação se compõe hoje, uma causa de escravidão, ou a causa de uma divisão e de uma dissolução não menos desastrosa. Mas não decorre daí que todas as questões políticas e filosóficas não possam e não devam ser livremente discutidas na Internacional. Ao contrário, a existência de uma teoria oficial é

Não é inacreditável? É totalmente alemão! Pergunto-vos se, em algum outro país, ousariam imprimir semelhante coisa em um jornal que se diz democrático, socialista, órgão da Internacional, e que pretende representar, que representa, infelizmente, com efeito, uma numerosíssima organização de operários. Como é que o aparecimento do livro, da fotografia e do autógrafo do Sr. Karl Marx, em uma livraria de Paris, equivale ao retorno triunfante da Internacional à França? É bufão, é sórdido, e é a mais grosseira injúria que se lançou à face da Internacional! Assim, um único homem, quem quer que fosse, o Sr. Karl Marx ou outro, pesa tanto quanto a Internacional! Para ousar dizer semelhantes coisas aos operários da Alemanha, que fazem desse jornal sua leitura cotidiana, não é preciso desprezá-los muito e acreditar que eles sejam submissos a todas as disciplinas e a todas as humilhações? A idolatria das pessoas e o culto da autoridade entraram profundamente nos costumes dos alemães; mas eu nunca poderia imaginar que eles os tivessem depravado a ponto de um jornal

que mataria, tornando absolutamente inútil a discussão viva, isto é, o desenvolvimento de pensamento próprio no mundo operário. A partir do momento em que houvesse uma *verdade oficial*, cientificamente descoberta pelo trabalho isolado desta grande cabeça — e por que não *providencialmente* também? — excepcionalmente guarneçada de cérebro, uma verdade anunciada e imposta a todo mundo de cima do Sinai marxista, por que razão discuti-la? Só resta aprender de cor todos os mandamentos do novo Decálogo.

Ao contrário, se ninguém tem e pode ter a pretensão de outorgar a verdade, devemos procurá-la. Quem a procura? Todo mundo, e principalmente o proletariado que tem sede e necessidade dela mais do que todos os outros.

Muitos não desejarão crer nessa busca espontânea da verdade política e filosófica pelo próprio proletariado. Vou agora tentar mostrar como esta pesquisa se efetua no próprio seio da Internacional.

Os trabalhadores, eu disse, só entram na Internacional e nela se organizam, de início, com um objetivo eminentemente prático, o da reivindicação solidária da plenitude de seus direitos económicos contra a exploração opressiva da burguesia de todos os países. Observai que por esse único fato, — inconsciente, se preferis, inicialmente, — o proletariado já se coloca, sob um duplo aspecto, em uma postura muito decisiva e negativamente política. Ele destrói, por um lado, as fronteiras políticas e toda a política internacional dos Estados, fundada sobre as simpatias, a cooperação voluntária e o fanatismo patriótico das massas subjugadas; e, por outro lado, escava o abismo entre a burguesia e ele mesmo, e coloca-se fora da ação e do jogo político de todos os partidos do Estado; mas, ao colocar-se fora de toda política burguesa, volta-se necessariamente contra ela.

Assim, eis uma posição política inteiramente determinada, na qual o proletariado se encontra situado, inconscientemente, no início, como acabo de dizê-lo, pelo simples fato de sua adesão à Internacional. É verdade que é uma posição política absolutamente *negativa*, e o grande erro, para não dizer a traição e o crime dos social-democratas que arrastam o proletariado da Alemanha para as vias do programa marxista, é ter desejado transformar essa atitude negativa em uma cooperação positiva à política dos burgueses.

A Internacional, colocando portanto o proletariado fora da política dos Estados e do mundo burguês, constitui um novo mundo, o mundo do proletariado solidário de todos os países. Esse mundo é do futuro; é, de um lado, o herdeiro legítimo, mas, ao mesmo tempo, o demolidor e o sepultador de todas as civilizações históricas, privilegiadas e, como tais, completamente esgotadas e condenadas a morrer; por consequência, o criador forçado de uma nova civilização, fundada sobre a ruína de todas as autoridades divinas e humanas, de todas as escravidões e de todas as desigualdades. Tal é a missão e, conseqüentemente, o verdadeiro programa da Internacional, não oficial — que todos os deuses dos paraísos pagãos e cristãos nos protejam! — mas implícito, inerente à sua própria organização.

Seu programa oficial, eu o repetirei mil vezes, é bem simples e, na aparência, muito modesto: é a *organização da solidariedade internacional pela luta econômica do trabalho contra o capital*. Desta base, no princípio, exclusivamente material, deve surgir todo o mundo novo social, intelectual e moral. Para que seja realmente assim, é preciso que todos os pensamentos, todas as tendências filosóficas e políticas da Internacional, nascendo no próprio seio do proletariado, tenham como ponto de partida principal, senão exclusivo, esta reivindicação económica que constitui a própria essência e o objetivo manifesto da Internacional. Isso é possível?

Sim, é possível. Quem quer que tenha acompanhado o desenvolvimento da Internacional durante alguns anos pôde perceber como isso se efetua de modo lento, sem que apareça em absoluto, quase ao mesmo tempo, quase sucessivamente, e sempre por três vias diferentes, mas indissoluvelmente unidas: em primeiro lugar, pela organização e pela federação das *caixas de resistência* e pela solidariedade internacional das *greves*; em segundo lugar, pela

popular, lido pelo menos por uma ou duas dezenas de milhares de operários, ousasse impunemente imprimir semelhantes coisas. O *Volksstaat* o fez, sem dúvida, muito ingenuamente, e ninguém na Alemanha ficou chocado com isso.

organização e pela federação internacional dos *corpos de profissão*; e, enfim, pelo *desenvolvimento espontâneo e direto das ideias filosóficas e sociológicas na Internacional*, acompanhamento inevitável e consequência, por assim dizer, forçada desses dois primeiros movimentos.

Consideremos agora essas três vias em sua ação especial, diferente, mas, como acabo de dizê-lo, inseparável, e comecemos pela organização das caixas de resistência e das greves.

As caixas de resistência têm por objeto único criar os fundos necessários para tornar possíveis a organização e a manutenção tão onerosa das greves. E a greve é o começo da guerra social do proletariado contra a burguesia, ainda nos limites da legalidade. As greves são uma via preciosa sob esse duplo aspecto: de início, eletrizam as massas, fortalecem sua energia moral, e despertam em seu seio o sentimento do antagonismo profundo que existe entre seus interesses e os da burguesia, mostrando-lhes cada vez mais o abismo que doravante os separa irrevogavelmente desta classe; em seguida, elas contribuem imensamente para provocar e constituir entre os trabalhadores de todas as profissões, de todas as localidades, e de todos os países, a consciência e o próprio fato da solidariedade: dupla ação, uma negativa; a outra totalmente positiva, que tende a constituir diretamente o novo mundo do proletariado, opondo-o de maneira quase absoluta ao mundo burguês.

É uma coisa digna de observação que o radicalismo, assim como o socialismo burguês, sempre se tenham declarado antagonistas encarniçados do sistema de greves, e tenham feito e ainda façam, hoje, praticamente em todos os lugares, esforços inimagináveis para delas desviar o proletariado. Mazzini nunca quis ouvir falar de greves; o se seus discípulos, por sinal, razoavelmente desmoralizados, desorientados e desorganizados após sua morte, tornam hoje, de maneira bem tímida, aliás, sua defesa, é porque a propaganda da Revolução social invadiu de tal forma as massas italianas, e as reivindicações sociais se manifestaram com tal força nas diferentes greves que (iclodiram ultimamente em muitos pontos da Itália, ao mesmo tempo, que eles sentiram que se se opusessem por mais tempo a esse movimento irresistível e formidável, logo se encontrariam sozinhos.

Mazzini, com todos os radicais e os socialistas burgueses da Europa, tivera razão em condenar as greves, do seu ponto de vista, é óbvio. O que ele desejava? O que ainda querem os mazzinianos, que hoje conduzem o espírito de conciliação a ponto de se unirem até mesmo com os pretensos radicais do Parlamento italiano? O estabelecimento de um grande Estado unitário, democrático e republicano. Mas, para estabelecer esse Estado, é preciso derrubar inicialmente o que existe, e para isso, o braço poderoso do povo é indispensável. Tão logo o povo tenha prestado esse grande serviço aos políticos da escola mazziniana, eles o reconduzirão naturalmente às suas oficinas ou aos seus campos, para que ele retome seu trabalho tão útil, sob a égide não mais paternal, mas fraternal, ainda que não menos autoritária, do novo governo republicano. Agora, é preciso, ao contrário, chamá-lo à praça pública. Como sublevá-lo?

Apelar para seus instintos socialistas? É impossível, seria o meio mais seguro para amotinar contra si e contra a república com a qual sonha toda a classe dos capitalistas e dos proprietários e é precisamente com eles que se quer viver e que se quer constituir o novo governo. Não se constitui um governo regular com massas bárbaras, ignorantes, anárquicas, sobretudo quando essas massas foram sublevadas em nome de suas reivindicações económicas pela paixão da justiça, da igualdade, e por sua real liberdade, que é incompatível com qualquer governo. Assim, é preciso evitar a questão social, e esforçar-se para despertar, nos trabalhadores, as paixões políticas e patrióticas, graças às quais seu coração poderá bater a unísono com o coração dos burgueses, e seu braço estará disposto a prestar aos políticos radicais desta classe o precioso serviço que pedem, o de derrubar o governo da monarquia.

Mas vimos que as greves têm por primeiro efeito destruir essa harmonia tocante e tão proveitosa à burguesia, lembrando ao proletariado que existe, entre ela e ele, um abismo, despertando em seu seio paixões socialistas que são

absolutamente incompatíveis com as paixões políticas e patrióticas. Portanto, Mazzini teve mil vezes razão: é preciso condenar as greves.

Ele se mostrou, nisso, mil vezes mais lógico do que os marxistas, chefes atuais do Partido da social-democracia da Alemanha, que, eles também, estabelecem como objetivo imediato e primeiro de agitação legal de seu partido a conquista do poder político, e, conseqüentemente, como Mazzini, querem se servir da força muscular do povo alemão para conquistar esse poder, tão ardentemente cobiçado, para oferecê-lo, sem dúvida, a seu chefe supremo, o ditador da Internacional, o Sr. Marx.

Há, hoje, entre o programa político dos marxistas e o dos mazzinianos mais pontos de semelhança do que talvez se possa imaginar, e não ficarei, em absoluto, surpreso se o Sr. Marx, decididamente rejeitado por todos os revolucionários socialistas sérios e sinceros da Itália, acabasse concluindo aliança ofensiva e defensiva com o partido e com os discípulos de seu antagonista irreconciliável, Mazzini. Mazzini, apesar de todo seu idealismo, tão profundo quanto sincero, que o fazia desprezar os bens materiais para si mesmo, fazendo sem dúvida uma concessão necessária à brutalidade inerente às massas, havia-lhes feito aproximadamente todas as promessas econômicas e sociais que hoje lhes faz o Sr. Marx. Chegou até mesmo a falar-lhes da igualdade econômica e do direito de cada trabalhador ao produto integral de seu trabalho. Mas essa única palavra não contém, com efeito, toda a Revolução social?

Mazzini, pelas razões que acabo de expor, não desejava — em absoluto, é verdade — antagonismo das massas contra as classes. Mas deseja o Sr. Marx, bem sinceramente, esse antagonismo, que torna, de fato, impossível toda participação das massas na ação política do Estado? Essa ação, fora da burguesia, não é praticável; ela só é possível quando se desenvolve em concordância com uma parte qualquer desta classe e se deixa dirigir por burgueses. O Sr. Marx não pode ignorar tudo isso; e, por sinal, o que hoje se passa em Genebra, em Zurique, em Basileia e em toda a Alemanha, deveria abrir-lhe os olhos, se os tivesse fechados sobre este ponto, o que francamente não acredito. É-me impossível acreditar nisso depois de ter lido o discurso que pronunciou ultimamente em Amsterdã, no qual disse que em certos países, talvez na própria Holanda, a questão social poderia ser resolvida tranquilamente, legalmente, sem luta, amigavelmente, o que só pode significar o seguinte: ela pode se resolver por uma série de transações sucessivas, pacíficas, voluntárias e sábias, entre a burguesia e o proletariado. Mazzini nunca disse outra coisa.

Enfim, Mazzini e Marx concordam ainda quanto a esse ponto capital, segundo o qual as grandes reformas sociais que devem emancipar o proletariado só podem ser realizadas por um grande Estado democrático, republicano, muito poderoso e fortemente centralizado, e que para a própria salvação do povo, para poder dar-lhe instrução e bem-estar, deve-se-lhe impor, por meio de seu próprio sufrágio, um governo muito forte.

Entre Mazzini e Marx, existe, entretanto, uma enorme diferença, e ela é inteiramente favorável a Mazzini; que era um crente profundo, sincero, apaixonado. Adorava seu Deus, ao qual creditava tudo o que sentia, tudo o que pensava, tudo o que fazia. Em relação a sua própria pessoa, era o homem mais simples, mais modesto, mais despreendido de si mesmo. Seu coração transbordava de amor pela humanidade e de benevolência por todos. Mas se tornava impiedoso, furioso, quando se tocava em seu Deus.

O Sr. Marx não crê em Deus, mas crê muito em si mesmo, e credita tudo a si mesmo. Tem o coração cheio, não de amor, mas de fel, e de muito pouca benevolência natural pelos homens, o que não o impede, todavia, de se tornar tão furioso e infinitamente mais perigoso que Mazzini, quando se ousa apenas questionar a onisciência da Divindade que ele adora, ou seja, o próprio Sr. Marx. Mazzini queria impor à humanidade o jugo de Deus, o Sr. Marx pretende impor-lhe o seu. Não quero nem um nem outro, mas, se fosse forçado a escolher, preferiria ainda o Deus mazziniano.

Acreditei dever dar esta explicação para que os discípulos e amigos de Mazzini não me possam acusar de injuriar a memória de seu mestre, comparando-o ao Sr. Marx. Retomo o meu assunto.

Digo, portanto, que, por todas as razões que acabo de expor, não me surpreenderei, de forma alguma, se ouvirmos falar, em breve, de uma reconciliação, de um entendimento, de uma aliança entre a agitação mazziniana e a intriga marxista na Itália. Se ela não se realizar será por culpa dos mazzinianos, não por causa do Sr. Marx. Defendo que por pouco que o partido marxista, o da democracia pretensamente socialista, continue a caminhar na via das reivindicações políticas, ele se verá forçado a condenar, cedo ou tarde, a via da reivindicação econômica, a via das greves, de tal forma que estas duas vias são, na realidade, incompatíveis.

Vimos um exemplo impressionante dessa incompatibilidade em 1870, em Genebra, onde uma grande greve dos operários da construção civil, tendo eclodido antes da guerra, internacionalistas-cidadãos da "fábrica", depois de terem apoiado e inclusive encorajado essa greve durante algum tempo, por ostentação, fizeram-na cessar de repente, quase pela força, em detrimento desses infelizes operários, tão logo os chefes do partido radical burguês de Genebra os terem chamado à ordem. Vimos igualmente, há seis ou oito meses, também em Genebra, um advogado filiado ao partido radical e à Internacional, ao mesmo tempo, o Sr. Amberny, — aquele a quem o próprio Sr. Marx, em carta a ele endereçada, agradeceu gentilmente por ter servido à Internacional de Genebra, — nós o vimos garantir publicamente, diante de seus concidadãos burgueses, em nome da Internacional, que não haveria nenhuma greve durante aquele ano.

Objetar-me-ão que no país onde a organização das greves alcançou um grau de poder desconhecido em outros países, a Inglaterra, os operários, longe de permanecerem indiferentes às agitações políticas, interessam-se muito, ao contrário, por elas, e mostrar-me-ão a Liga pela conquista do sufrágio universal, fundada há apenas seis anos e que, composta em sua maioria por trabalhadores manuais, já fornecia o núcleo de uma força política francamente popular, e de tal forma respeitável que os ministros de Sua Majestade, a rainha, vêem-se obrigados a contar e a parlamentar com ela.

Tudo isso constitui um fato exclusivo, mas patente, um fato ao qual me é impossível negar a importância, ainda que ela seja totalmente contrária às minhas ideias gerais. Há outros fatos ainda que se produzem nesse mesmo país e de maneira tão séria que se é bem forçado a aceitá-los ou, pelo menos, tomá-los em consideração muito séria, ainda que, em aparência, por sinal, muito mais do que na realidade, eles se encontrem em completa oposição com o desenvolvimento lógico das ideias. Tal é, por exemplo, a tendência manifesta do proletariado inglês ao estabelecimento de um Estado comunista, banqueiro único e único proprietário da terra que ele administrará como soberano em nome de todo o povo, e que fará cultivar — no-lo explicou no Congresso de Basileia um delegado inglês, membro do antigo Conselho Geral de Londres — pelos operários agrícolas, sob a direção imediata de seus engenheiros.

Tratemos de explicar, a nós mesmos, esta contradição aparente de um povo tão zeloso de seus direitos e que espera sua emancipação da autoridade do Estado. Só existem dois grandes países no mundo onde o povo usufrui realmente da liberdade e do poder políticos. São a Inglaterra e os Estados Unidos da América. A liberdade é mais do que um direito político nestes países. É a natureza social de todo mundo, de tal forma geral que os próprios estrangeiros mais deserdados, os mais miseráveis, usufruem dessa liberdade tão plenamente quanto os cidadãos mais ricos e mais influentes. Eles usufruem dela sem ser de forma alguma devedores dos governos desses países, e sem que estes tenham a mínima possibilidade de restringir seus direitos, que, sob o aspecto da liberdade, são iguais aos direitos de todo mundo. Sabemos o que custou, depois do atentado de Orsini, a Lord Palmerston, um dos ministros mais populares que já houve na Inglaterra, ter tentado submeter a liberdade dos estrangeiros ao arbítrio ministerial. A indignação unânime do povo inglês o teria derrubado de uma só vez.

O fato que acabo de recordar prova também que essa liberdade do povo inglês constitui uma verdadeira força, o que se denomina a força da opinião, mas não apenas da opinião das classes políticas ou privilegiadas, mas a verdadeira força da opinião popular, força que existe como um fato social e que age como força sempre latente e sempre prestes a despertar e a se fazer sentir, fora e acima de todas as forças políticas e dos direitos explicitamente expressos e consagrados pela Constituição inglesa. Não apenas hoje, que os direitos eleitorais estão consideravelmente ampliados, mas mesmo quando estavam

exclusivamente concentrados nas mãos de uma minoria demasiado privilegiada, as agitações das massas, as manifestações populares imensas que os ingleses sabem tão bem organizar, pesavam muito sobre a direção política e as resoluções do Parlamento inglês.

Quis-se dar crédito desse fato à perspicácia prudente e à elevada sabedoria política da aristocracia e da rica burguesia. Não pretendo contestar-lhes esta sabedoria, mas penso que é preciso procurar a principal razão desse fato no temperamento histórico e nos hábitos sociais do povo inglês, que, de há muito tempo, acostumou-se a fazer respeitar sua liberdade e a exercer a pressão política de sua opinião e de suas aspirações sobre os atos dos representantes legais de seu país. Em resumo, o povo inglês não precisa conquistar nem sua liberdade, nem sua força política, eleja as possui na realidade, em seus costumes. O que ainda lhe falta, e que não deixará de conquistar em breve, é a conformidade completa de suas instituições e de suas leis ao fato há muito tempo consumado. O que digo do povo inglês diz respeito naturalmente ainda mais ao povo dos Estados Unidos da América, onde a liberdade e a ação política diretamente exercida pelas massas alcançaram o mais elevado grau de desenvolvimento até aqui conhecido na história.

Pode-se dizer que não existem hoje no mundo outros povos verdadeiramente políticos além destes dois. Para eles, a política é um fato, uma realidade bem conhecida e desde muito tempo exercida; para todos os outros, sem sequer excetuar o povo da França, é um ideal; para os alemães, é uma doutrina. O povo francês também teve seus momentos políticos, mas foram apenas momentos, e por esta mesma razão eles deflagraram tantas revoluções que raramente duraram alguns meses, e com maior frequência alguns dias apenas. Esses dias foram de liberdade e de festa, durante os quais as massas, embriagadas com sua vitória, acreditavam ter conquistado o direito de respirar a plenos pulmões; em seguida, com seu próprio consentimento, e servindo-se de seu próprio sufrágio, recolocavam-se de novo sob essas máquinas pneumáticas denominadas governos, monárquicos ou republicanos; o nome nada importava, pois ninguém ignora que uns, assim como outros, na França, bem como em todos os outros países do continente europeu, nunca significaram outra coisa senão a plena compressão da liberdade popular sob o jugo de uma burocracia ao mesmo tempo religiosa, policial, fiscal, militar e civil.

Se se consideram essas enormes diferenças de temperamento, desenvolvimento histórico, costumes e hábitos sociais, chega-se à conclusão de que somente o povo americano e o povo inglês têm consciência política, e que todos os povos do continente europeu não a possuem em absoluto. Agora surge uma pergunta: pode-se esperar formar, pela propaganda, esta consciência em um povo que não a encontra nem em seu temperamento, nem em seus hábitos, nem em sua própria história? A isso equivale perguntar: pode-se fazer de um alemão, de um francês, um americano ou um inglês? Haveria talvez uma outra pergunta a fazer: é mesmo desejável ver despertar a consciência política nas nações que foram privadas dessa consciência até este momento, precisamente em uma época como a nossa, na qual, nos próprios povos que a possuem, essa consciência, tendo alcançado seu ponto culminante, e depois de ter produzido todos os seus frutos, tende evidentemente a transformar-se em consciência anti-política, ou seja, socialista revolucionária?

Mas consideremos inicialmente a primeira pergunta. Uma vez resolvida, a segunda se resolverá por si mesma. Pode alguém se gabar de poder dar, por intermédio da propaganda mais habilmente organizada e mais energicamente exercida, às massas populares de uma nação, tendências, aspirações, paixões, pensamentos que não sejam o produto de sua própria história e que, em consequência, não trazem, em absoluto, naturalmente, instintivamente em seu seio? Parece-me que a uma pergunta assim feita, todo homem consciencioso, razoável, e que tenha a mínima ideia da maneira como a consciência popular se desenvolve, só pode dar uma resposta negativa. E, com efeito, nenhuma propaganda jamais deu a um povo a essência de suas aspirações e de suas ideias, tendo essa essência sempre sido o produto do desenvolvimento espontâneo e das condições reais de sua vida. O que pode, então, fazer a propaganda? Trazendo uma expressão geral mais justa, uma forma feliz e nova aos próprios instintos do proletariado, pode algumas vezes facilitar e precipitar seu desenvolvimento, sobretudo do ponto de vista de uma transformação em consciência e em vontade refletida das próprias massas. Ela pode dar-lhes a

consciência do que elas têm, do que sentem, do que já querem instintivamente, mas nunca lhes poderá dar o que elas não possuem, nem despertar em seu seio paixões que, de acordo com sua própria história, são-lhes estranhas.

Agora, para decidir esta questão, se por meio da propaganda se pode dar consciência política a um povo que nunca a teve até esse momento, examinemos o que constitui realmente *nas massas populares* esta consciência. Digo expressamente *nas massas populares*, pois sabemos muito bem que nas classes mais ou menos privilegiadas esta consciência outra coisa não é senão a do direito conquistado, assegurado e regulamentado de explorar o trabalho das massas e governá-las com vistas a esta exploração. Mas nas massas, que foram eternamente escravizadas, governadas e exploradas, o que é que pode constituir a consciência política? Só pode ser seguramente uma única coisa, a santa revolta, esta mãe de toda liberdade, a tradição da revolta, a arte costumeira de organizar e fazer triunfar a revolta, essas condições históricas essenciais de toda prática real da liberdade.

Vemos, portanto, que estas duas palavras, *consciência política*, desde sua própria origem, e através de todo o desenvolvimento da história, têm dois sentidos absolutamente diferentes, opostos, segundo os dois pontos de vista igualmente opostos, os quais nos apraz observar. Do ponto de vista das classes privilegiadas, eles significam conquista, subjugação, e *organização tal como a do Estado* com vistas à exploração das massas subjugadas e conquistadas. Do ponto de vista das massas, ao contrário, significam *revolta contra o Estado*, e, em última instância, destruição do Estado. Duas coisas, como se vê, tão diferentes, que são diametralmente opostas.

Agora se pode afirmar, com absoluta certeza, que nunca houve um povo sobre a terra, por mais aviltado ou maltratado que haja sido pela natureza, que não tenha ressentido, pelo menos na origem de sua subjugação, alguma veleidade de revolta. A revolta é um instinto da vida; até mesmo o verme se revolta contra o pé que o esmaga, e pode-se dizer que, em geral, a energia vital e a dignidade comparativa de todo animal se compara à intensidade do instinto de revolta que ele traz em si. No mundo selvagem, bem como no mundo humano, não há faculdade ou hábito mais degradante, mais estúpido e mais covarde do que obedecer e resignar-se. Pois bem, declaro que nunca houve povo tão degradado sobre a terra que não se tenha revoltado, pelo menos no começo de sua história, contra o jugo de seus conquistadores, dominadores, exploradores, contra o jugo do Estado.

Mas é preciso reconhecer que, depois das lutas sangrentas da Idade Média, o jugo do Estado prevaleceu contra todas as revoltas populares, e que, à exceção da Holanda e da Suíça, ele se firmou triunfante em todos os países do continente da Europa. Criou uma nova civilização: a da subjugação forçada das massas, da servidão interessada e, conseqüentemente, mais ou menos voluntária das classes privilegiadas. O que se chamou revolução até agora, — inclusive a grande Revolução francesa, apesar da magnificência dos programas em nome dos quais havia se realizado, — nada mais foi, com efeito, senão a luta dessas classes, entre si, pela fruição exclusiva dos privilégios garantidos pelo Estado, a luta pela dominação e pela exploração das massas.

Mas as massas? Infelizmente, é preciso reconhecê-lo, elas se deixaram desmoralizar profundamente, subjugar, para não dizer castrar, pela ação deletéria da civilização do Estado. Esmagadas, aviltadas, elas contraíram o hábito fatal de obediência e resignação ovinas, e transformaram-se, em consequência, em imensos rebanhos artificialmente divididos e cercados, para a maior comodidade de seus exploradores de todo tipo.

Sei muito bem que os sociólogos da escola do Sr. Marx, tais como o Sr. Engels, vivo, ou como Lassalle, falecido, por exemplo, objetar-me-ão que o Estado não foi a causa dessa miséria, dessa degradação e dessa servidão das massas; que a situação miserável das massas, assim como o poder despótico do Estado, foram, ao contrário, um e outra, os efeitos de uma causa mais geral, os produtos de uma fase inevitável no desenvolvimento económico da sociedade, de uma fase que, do ponto de vista da história, constitui um verdadeiro progresso, um imenso passo rumo ao que eles denominam revolução social. Chegou-se ao ponto de Lassalle não hesitar em proclamar bem alto que a derrota da formidável revolta dos camponeses da Alemanha no século XVI, derrota deplorável, se o foi, e da qual data a escravidão

secular dos alemães, e o triunfo do Estado despótico e centralizado que foi sua consequência necessária, constituíram um verdadeiro triunfo para esta revolução; visto que os camponeses, dizem os marxistas, são os representantes naturais da reação, enquanto o Estado militar e burocrático moderno — produto e acompanhamento obrigatório da revolução social.

Concebe-se que, levado por essa mesma lógica, o Sr. Engels, em carta endereçada, no decorrer deste ano, a um de nossos amigos, tenha podido dizer, sem a mínima ironia, ao contrário, muito seriamente, que o Sr. Bismarck, tanto quanto o rei Victor-Emanuel, prestaram imensos serviços à revolução, pois um e outro criaram a grande centralização política de seus respectivos países. Recomendo muito o estudo e o desenvolvimento deste pensamento inteiramente marxista aos franceses, aliados ou partidários do Sr. Marx, na Internacional.

Materialistas e deterministas, como o próprio Sr. Marx, nós também reconhecemos o encadeamento fatal dos fatos económicos e políticos na história. Reconhecemos a necessidade, o carácter inevitável de todos os eventos que se passam, mas não nos inclinamos indiferentemente diante deles, e, sobretudo, abtemo-nos de louvá-los e admirá-los quando, por sua natureza, eles se mostram em oposição flagrante com o objetivo supremo da história, com o ideal profundamente humano que se encontra, sob formas mais ou menos manifestas, nos instintos, nas aspirações populares e sob os símbolos religiosos de todas as épocas, porque ele é inerente à raça humana, a mais sociável de todas as raças animais sobre a terra. Esse objetivo, esse ideal, hoje mais bem concebidos do que nunca, podem se resumir nestas palavras: *É o triunfo da humanidade, é a conquista e a realização da liberdade plena e do pleno desenvolvimento material, intelectual e moral de cada um, pela organização absolutamente espontânea e livre da solidariedade económica e social, tão completa quanto possível entre todos os seres vivos sobre a terra.*

Agora, tudo o que na história se mostra conforme a esse objetivo, do ponto de vista humano, — e não podemos ter outro — é bom; tudo o que lhes é contrário, é mau. Por sinal, sabemos muito bem que o que denominamos bom e o que denominamos mau são sempre, um e outro, resultados naturais de causas naturais, e que, em consequência, um é tão inevitável quanto o outro. Mas como, no que se denomina propriamente natureza, reconhecemos muitas necessidades que estamos muito pouco dispostos a abençoar, por exemplo, a necessidade de morrer de raiva quando se foi mordido por um cão raivoso, assim como, nessa continuação imediata da vida natural denominada história, encontramos muitas necessidades que achamos muito mais dignas de maldição do que de bênção, e que acreditamos dever estigmatizar com toda a energia da qual somos capazes, no interesse de nossa moralidade, tanto individual quanto social, apesar de reconhecermos que, a partir do momento que eles se realizaram, até mesmo os fatos históricos mais detestáveis trazem esse carácter de inevitabilidade que encontramos tanto nos fenómenos da natureza, quanto nos da história.

Para tornar meu pensamento mais claro, quero ilustrá-lo por alguns exemplos. Quando estudo as condições ' políticas e sociais respectivas nas quais os Romanos e os Gregos se encontravam no declínio da era antiga, chego à conclusão de que a conquista e a destruição da liberdade, de modo comparativo, tão elevadamente humana da Grécia, em relação à barbárie militar e cívica dos Romanos, foi um fato lógico, natural, absolutamente inevitável. Mas isso não me impede, em absoluto, de tomar retrospectiva e muito resolutamente partido pela Grécia contra Roma nessa luta, e penso que a humanidade nada ganhou com o triunfo dos Romanos.

Assim, também, considero como um fato perfeitamente natural, lógico, e conseqüentemente inevitável, que os cristãos, que eram cretinos pela graça de Deus, tenham aniquilado com santo furor, como se sabe, todas as bibliotecas dos pagãos, todos os tesouros da arte, da filosofia e da ciência antigas. Todavia, é-me decididamente impossível compreender as vantagens que disso resultaram para nosso desenvolvimento político e social. Estou mesmo muito disposto a pensar que fora dessa progressão fatal dos fatos económicos, na qual, segundo o Sr. Marx, é preciso procurar, à exclusão de todas as outras considerações, a causa única de todos os fatos intelectuais e morais que se produzem na história, — estou fortemente inclinado a pensar que esse ato de santa barbárie, ou melhor, essa longa série de atos bárbaros e crimes que os primeiros

cristãos, divinamente inspirados, cometeram contra o espírito humano, foi uma das principais causas do aviltamento intelectual e moral e, em consequência, também do aviltamento político e social, que preenchem essa longa sequência de séculos nefastos que se denomina Idade Média. Estejai bem certos de que, se os primeiros cristãos não tivessem destruído as bibliotecas, os museus e os templos da antiguidade, não estaríamos hoje condenados a combater esse monte de absurdos horríveis, vergonhosos, que ainda obstruem os cérebros a ponto de nos fazer duvidar algumas vezes da possibilidade de um futuro mais humano.

Seguindo sempre a mesma ordem de protesto contra fatos que se realizaram na história, e dos quais, conseqüentemente, a partir da segunda metade do século XVI, começou a transformação lenta, mas sempre progressiva, da antiga economia feudal ou agrária na produção das riquezas, ou, o que quer dizer a mesma coisa, em exploração do trabalho popular pelo capital — foi uma condição essencial desta revolução.

qüentemente, também reconheço o caráter inevitável, detenho-me diante do esplendor das repúblicas italianas e diante do despertar magnífico do gênio humano na época da Renascença. Em seguida, vejo aproximar-se os dois gênios do mal, tão antigos quanto a história, as duas *boa-constrictor*¹² que até agora devoraram tudo o que a história produziu de humano e belo. Elas se chamam Igreja e Estado, o *Papado* e o *Império*. Rivais eternos e aliados inseparáveis, vejo-os reconciliar-se, abraçar-se, e devorar, sufocar e esmagar, juntos, a infeliz e belíssima Itália, condená-la a três séculos de morte. Pois bem, acho tudo isso ainda muito natural, lógico, inevitável, todavia, abominável, e amaldiçoo simultaneamente o Papa e o Imperador.

Falemos da França. Após uma luta que durou um século, o catolicismo, apoiado pelo Estado, enfim triunfou sobre o protestantismo. Pois bem, não existem ainda hoje, na França, políticos ou historiadores da escola fatalista, que, dizendo-se revolucionários, consideram essa vitória do catolicismo — vitória sangrenta e desumana — como um verdadeiro triunfo para a Revolução? O catolicismo, defendem eles, era então o Estado, a democracia, enquanto o protestantismo representava a revolta da aristocracia contra o Estado, e, conseqüentemente, contra a democracia. É com tais sofismas, totalmente idênticos, por sinal, aos sofismas marxistas, que, eles também, consideram os triunfos do Estado como os da democracia socialista; é com esses absurdos tão abjetos quanto revoltantes que se perverte o espírito e o senso moral das massas, habituando-as a considerar seus sanguinários exploradores, seus inimigos seculares, seus tiranos, os senhores e os servidores do Estado, como órgãos, representantes, heróis e servidores devotados de sua emancipação. O quanto o Sr. Veillot não é mais franco, mais lógico e mais verdadeiro, ao constatar a profunda semelhança que existe entre a noite de São Bartolomeu, por exemplo, e o massacre dos Comunardistas¹³ por esses excelentes católicos de Versalhes, dirigidos por Catarina de Médicis de nossos dias, o Sr. Thiers? Ele tem mil vezes razão em dizer que o protestantismo de então, não como teologia calvinista, mas como protesto enérgico e armado, representava a revolta, a liberdade, a humanidade, a destruição do Estado; enquanto o catolicismo, era a ordem pública, a autoridade, a lei divina, a salvação do Estado pela Igreja, e da Igreja pelo Estado, a condenação da sociedade humana a uma escravização sem limite e sem fim. Ainda que reconhecendo a inevitabilidade do fato consumado, não hesito em dizer que o triunfo do catolicismo na França, nos séculos XVI e XVII, foi uma grande infelicidade para toda a humanidade, e que a noite de São Bartolomeu, tanto quanto a revogação do Edito de Nantes, foram fatos tão desastrosos para a própria França quanto foi, há pouco tempo, a derrota e o massacre do povo de Paris. Aconteceu-me de ouvir franceses muito inteligentes e estimados explicarem essa derrota do protestantismo na França pela natureza essencialmente revolucionária do povo francês. "O protestantismo", diziam eles, "nada mais foi senão

¹² Jibóias. (N. do T.)

¹³ Adeptos da Comuna de Paris, 1871. (N. do T.)

uma meia-revolução; precisávamos de uma revolução por inteiro, foi por isso que a nação francesa não quis, não pôde parar diante da Reforma. Ela preferiu permanecer católica até o momento em que pudesse proclamar o ateísmo; e foi por causa disso que ela suportou, com uma resignação tão perfeita, tão cristã, os horrores da noite de São Bartolomeu e a tirania não menos abominável dos executores da revogação do Edito de Nantes".

Esses patriotas estimáveis parecem não querer, em absoluto, considerar uma coisa. É que um povo que, sob qualquer pretexto, suporta a tirania, perde necessariamente, com o passar do tempo, o hábito salutar de se revoltar e, até mesmo, o próprio instinto da revolta. Perde o sentimento da liberdade, e a vontade, o hábito de ser livre, e, uma vez que um povo perdeu tudo isso, torna-se necessariamente, não só por suas condições exteriores, mas interiormente, na própria essência de seu ser, um povo escravo. Foi porque o protestantismo se desfez na França que o povo francês perdeu, ou melhor, não adquiriu, de modo algum, os costumes da liberdade; é porque essa tradição e esses costumes lhe faltam, que ele não possui hoje o que denominamos *consciência política*; e porque é privado dessa consciência, todas as revoluções que fez até agora sequer puderam lhe dar ou assegurar a liberdade política. À exceção de seus grandes dias revolucionários, que são seus dias de festa, o povo francês permanece, hoje como ontem, um povo escravo.

Passando para outra ordem de fatos, chego à *partilha da Polónia*. Sinto-me feliz, aqui, de poder, pelo menos uma vez, concordar com o Sr. Marx, pois ele também, como eu, como todo mundo, denomina esta partilha um *grande crime*. Todavia, eu gostaria de saber de que maneira ele, tomando-se em consideração seu ponto de vista simultaneamente fatalista e otimista, pôde permitir-se, pôde motivar semelhante condenação de um grande fato histórico consumado. Proudhon, de quem tanto gosto, foi mais lógico, mais consequente do que ele. Desejando a qualquer custo absolver a história, escreveu uma infeliz brochura, na qual, depois de ter demonstrado com muita razão que a Polónia nobiliária devia perecer porque trazia os germes da dissolução em seu seio, ele tentou opor-lhe o Império dos czares como o representante da democracia socialista triunfante. Era mais do que um erro, não hesito em dizê-lo, apesar do afetuoso respeito que tenho pela memória de Proudhon, foi um crime: o crime de um sofisma que, levado pelas necessidades da polémica, não temeu insultar uma nação mártir, no momento mesmo em que, revoltada pela centésima vez contra seus atroztes tiranos russos e alemães, jazia, pela centésima vez, abatida pelos golpes desses tiranos¹⁴.

Mas por que razão o Sr. Marx se deixou levar, uma vez, a fazer humanismo em detrimento da consequência de suas próprias ideias? A explicação disso não é nada difícil de dar.

O Sr. Marx não é apenas um douto socialista, é também político muito hábil e ardente patriota. Assim como o Sr. Bismarck, ainda que por vias um pouco diferentes, e como muitos outros de seus compatriotas, socialistas ou não, deseja o estabelecimento de um grande Estado germânico, para a glória do povo alemão e para a felicidade, para a civilização, voluntária ou forçada, do mundo. A realização desse objetivo encontrou três obstáculos: 1º a rivalidade fatal dos dois maiores Estados

¹⁴ O crime de Proudhon não foi ter vitoriosamente demonstrado duas verdades: a primeira, que a antiga república e a antiga liberdade polonesas eram instituições nobiliárias fundadas na subjugação e na exploração de toda a população rural; e a segunda, que a insurreição de 1863, inspirada, assim como todas as insurreições precedentes, pela ideia patriótica e ardente — exclusivamente política, mas de forma alguma socialista — de restabelecer o grande Estado polonês em suas antigas fronteiras, devia ser fatalmente uma tentativa abortada. Era cruel, talvez, dizer essas verdades a uma nação infeliz, no momento mesmo em que ela sucumbia sob o ferro de seus assassinos. Mas, enfim, eram verdades, e como tais podiam, deviam ser ditas. O crime de Proudhon consistiu no seguinte: por oposição aos patriotas poloneses, ele se esforçou em representar as tropas, os funcionários, os esbirros do czar como emancipadores socialistas dos camponeses da Polónia, oprimidos por seus compatriotas, ignorava tão profundamente a Polónia quanto a Rússia; mas, por falta de conhecimento, seu instinto de revolucionário deveria tê-lo advertido contra uma monstruosidade que lhe valeu os agradecimentos calorosos de nossos patriotas pan-eslavistas de Moscou, isso no próprio momento em que seus camaradas, seus amigos, o Miliutin, Tcherkasky e muitos outros, procediam ao confisco dos bens dos poloneses insurretos, não para dá-los aos camponeses, mas para partilhá-los entre os funcionários e os generais russos, que tudo fizeram desde o início, como era de se esperar, para fazer detestar ainda mais o regime imperial na Polónia. O Império russo emancipando o que quer que seja, eis um absurdo revoltante que certamente não honra o julgamento nem o instinto revolucionário de Proudhon.

germânicos, a Prússia e a Áustria; 2º a potência invejosa da França; 3º a força ameaçadora do Império de todas as Rússias, que se coloca como protetor dos povos eslavos contra a civilização alemã.

Os dois primeiros obstáculos foram em parte afastados pela política, tão hábil quanto poderosa, do Sr. Bismarck. A Áustria, que cometeu esse grande erro, aos olhos dos patriotas lúcidos da Alemanha, de não ter sabido germanizar completamente os povos eslavos submissos a seu jugo, e de ter permitido, desde o segundo quartel deste século, ao pensamento, à língua, à paixão e à reivindicação eslavas despertarem em seu seio, a Áustria sucumbiu definitivamente sob os golpes dos exércitos vitoriosos da Prússia. Ela não se reerguerá nunca mais, todo mundo o sente, todo mundo o vê. É em vão que busca nela mesmos equilíbrios, tentando apoiar-se, alternadamente, ora sobre os magiares, ora sobre os eslavos, ora e novamente sobre seus caros alemães, que, sentindo-a perecer, começam a virar-lhe as costas para adorar o astro brilhante que se levanta em Berlim. A Áustria não somente deixou de ser um impedimento para a Prússia, ou, o que quer dizer a mesma coisa agora, para a Alemanha; sua existência separada tornou-se momentaneamente uma necessidade, pois não se sentem ainda nem bastante preparados nem bastante fortes em Berlim para dela herdar, para tomar plenamente posse de tudo o que ela possui. Se ela agora sucumbisse, seria preciso abandonar uma boa parte ao Império da Rússia, e com isso, nem o Sr. Marx, nem o Sr. Bismarck podiam contar.

Contrariamente ao Sr. Marx, o Sr. Bismarck evita insultar e provocar o czar. Durante algum tempo, ainda, ele precisará do czar, e, conseqüentemente, longe de insultá-lo, o incensa e se diz seu amigo. Todavia, na política, a amizade nada significa, e o Sr. Bismarck sabe tanto quanto o Sr. Marx que a hora da grande luta entre o pan-germanismo, representado pela Prússia ou por toda a Alemanha prussianizada, e o pan-eslavismo personificado no czar, não pode deixar de soar. Mas antes que ela soe, é preciso acabar, inicialmente, com a França.

A França foi vencida, cruelmente ferida, mas ainda não foi abatida. Ainda não está arruinada, encontra-se apenas enfraquecida. Apesar do que se possa dizer — sempre considerando todas essas questões do ponto de vista dos Estados, não daquele da Revolução social, que terá como primeira consequência varrer todas as velhas questões, para dar lugar a novas e completamente diferentes —, a França não esqueceu a injúria sangrenta que recebeu da Alemanha. Ela buscará fatalmente sua revanche, seja tomando a iniciativa de uma terrível revolução social que fará desmoronar simultaneamente os dois Estados da França e da Alemanha, e cuja direção não será provavelmente confiada às mãos de nenhum ditador, seja por uma luta mortal de Estado a Estado, por um duelo entre a República e o Império.

O Sr. Bismarck sabe disso muito bem, e é por esta razão que ainda precisa da aliança do czar, e dirige seus armamentos ainda hoje de modo quase exclusivo contra a França. Mas, como já disse, em seu pensamento, assim como no do Sr. Marx, a luta com a Rússia, a guerra mortal entre o imperador da Alemanha e o czar, quer ela ecloda um pouco mais tarde ou um pouco mais cedo, é uma coisa cuja inevitabilidade é compreendida e a realização decidida. Contudo, o Sr. Bismarck quer acabar, inicialmente, por completo com a França, pois, político ainda mais hábil do que o próprio Sr. Marx, diz a si mesmo que se toda a Alemanha concentrada sob sua mão tivesse de lutar contra a Rússia e a França ao mesmo tempo, poderia sucumbir. Teme que o compreendam muito cedo no gabinete de São Petersburgo, e que, tendo-o compreendido, o czar se volte contra ele quando atacar a França. Assim, mais sábio, sob esse aspecto, do que o Sr. Marx, evita indispor o czar contra ele, e entrega-se a todos os trabalhos imagináveis para desarmar suas invejas e seus temores. Trata de ganhar sua confiança e assegurar a convivência, deixando-o esperar, como recompensa por sua neutralidade e naturalmente ainda mais por sua cooperação ativa, se possível, uma grande extensão de território, em detrimento da Turquia ou da Áustria.

É evidente que o Sr. Bismarck dará à Rússia o mínimo possível. Ele evitará aumentar de maneira substancial o poder de um império contra o qual se prepara para entrar em combate mais tarde. Será forçado, entretanto, a deixá-lo fazer algumas aquisições importantes; mas como a Alemanha fará indubitavelmente, ao mesmo tempo, aquisições ainda mais importantes, e como, segundo todas as probabilidades, o governo e a administração germânicos, incomparavelmente mais capazes e mais

bem dirigidos do que o governo e a administração russos, saberão extrair de suas conquistas mais vantagens do que os russos; o Sr. Bismarck se diz, em fim de contas, que, toda proporção respeitada, a potência da Alemanha, comparada à da Rússia, tornar-se-á ainda maior, e que a Rússia, permanecendo assim o único inimigo, será muito mais fácil para a Alemanha vencê-la e esmagá-la.

É preciso ser cego para não ver que tal é, tal deve ser a política do Sr. Bismarck, tanto em relação à França quanto à Rússia. Uma vez apresentadas as relações atuais destes três grandes Estados — a França, a Alemanha e a Rússia —, ela é seguida com a consequência rigorosa de uma dedução matemática. E o Sr. Bismarck é um grande estadista precisamente porque sabe disso. Sua política é a do presente, a do Sr. Marx, que se considera seu sucessor e seu continuador, é a do futuro. E quando digo que o Sr. Marx se considera o continuador do Sr. Bismarck, estou longe de caluniar o Sr. Marx. Se não se considerasse como tal, não teria permitido ao confidente de todos os seus pensamentos, Sr. Engels, escrever que o Sr. Bismarck serve a causa da Revolução social. Ele a serve agora à sua maneira, o Sr. Marx a servirá, mais tarde, de outra. Eis em que sentido ele será, mais tarde, o continuador, assim como hoje é o admirador, da política do Sr. Bismarck.

Agora, examinemos o caráter particular da política do Sr. Marx. Constatemos, inicialmente, os pontos essenciais sobre os quais ela se separa da política bismarckiana. O ponto principal, e poder-se-ia dizer único, é o seguinte: o Sr. Marx é democrata, socialista autoritário, t; republicano; o Sr. Bismarck é um *Junier*¹⁵ pomerano, aristocrata e monarquista, apesar de tudo. A diferença é, portanto, muito grande, muito séria, e dos dois lados é igualmente sincera. Sob esse aspecto, não há entendimento nem reconciliação possível entre o Sr. Bismarck e o Sr. Marx. Fora mesmo de tantas garantias irrecusáveis que o Sr. Marx, durante toda a sua vida, deu à causa da democracia socialista, sua própria posição e sua ambição dão uma certa garantia disso. Em uma monarquia, por mais liberal que seja, ou mesmo uma República conservadora ao modo do Sr. Thiers, não pode haver nenhum lugar, nenhum papel para o Sr. Marx, com mais razão ainda no Império prussiano-germânico fundado pelo Sr. Bismarck, com um imperador bicho-papão, cabo e devoto como chefe, e com todos os barões e todos os burocratas da Alemanha como guardas. Antes de chegar ao poder, o Sr. Marx deverá varrer tudo isso. Portanto, ele é forçosamente revolucionário.

Eis o que separa o Sr. Marx do Sr. Bismarck: é a forma e as condições do governo. Um é aristocrata e monarquista; o outro é democrata, republicano, e, além do mais, democrata socialista e republicano socialista.

Vejamos agora o que os une. *É o culto do Estado*. Não preciso prová-lo para o caso do Sr. Bismarck, suas provas (estão à vista. Ele é, da cabeça aos pés, um homem de Estado, nada mais que um homem de Estado. Mas também não acredito precisar de grandes esforços para provar que o mesmo é válido para o Sr. Marx. Ele ama a tal ponto o governo, que quis instituir um até mesmo na Associação Internacional dos Trabalhadores; adora de tal maneira o poder que quis, e ainda hoje pretende, impor sua ditadura. Parece-me que isso é suficiente para caracterizar suas disposições pessoais. Mas seu programa socialista e político é a sua mais fiel expressão. O objetivo supremo de todos os seus esforços, como no-lo anunciam os estatutos fundamentais de seu partido, na Alemanha, é o estabelecimento do grande *Estado popular (Volksstaat)*.

Mas quem diz Estado, diz necessariamente Estado particular, limitado, compreendendo, sem dúvida, se é muito grande, muitas populações e países diferentes, mas excluindo um número ainda maior. Assim, a menos que sonhe com o Estado universal, como o fizeram Napoleão e Carlos V, ou como o papado havia sonhado, com a Igreja universal, o Sr. Marx, apesar de toda a ambição internacional que hoje o devora, deverá, quando a hora da realização de seus sonhos tiver soado para ele — se ela soar algum dia —, contentar-se em governar um único Estado, não vários Estados simultaneamente. Em consequência, quem diz Estado diz *um* Estado, e quem diz *um* Estado afirma por esta razão a existência de *vários* Estados, e quem diz *vários* Estados diz inevitavelmente concorrência, inveja, guerra sem trégua e sem fim. A mais simples lógica, assim como toda a história, o provam.

É da natureza do Estado romper a solidariedade humana e negar, de certa forma, a humanidade. O Estado só pode conservar-se como tal, em sua integridade e em toda a sua força, se se coloca como objetivo supremo, absoluto, pelo menos para seus próprios cidadãos, ou, para falar mais francamente, para seus próprios súditos, não podendo impor-se como tal aos súditos dos outros Estados. Dali resulta, inevitavelmente, uma ruptura com a moral humana enquanto universal, com a razão universal, pelo nascimento da moral do Estado e de uma razão do Estado. O princípio da moral política ou de Estado é muito simples. Sendo o Estado o objetivo supremo, tudo o que é favorável ao desenvolvimento de seu poder é bom; tudo o que lhe é contrário, seja a coisa mais humana do mundo, é mau. Esta moral se chama *patriotismo*. A Internacional, como já o vimos, é a negação do patriotismo, e, conseqüentemente, a negação do Estado. Se, portanto, o Sr. Marx e seus amigos do Partido social-democrata alemão pudessem conseguir introduzir o princípio do Estado em nosso programa, matariam a Internacional.

O Estado, para sua conservação, deve ser necessariamente poderoso externamente; mas se o é no exterior, ele o será com certeza no interior. Todo Estado, devendo deixar-se inspirar e dirigir por uma moral particular, conforme as condições particulares de sua existência, por uma moral que é uma restrição, e, em consequência, a negação da moral humana e universal, deverá zelar para que todos os seus súditos, em seus pensamentos e principalmente em seus atos, só se inspirem nos princípios dessa moral patriótica ou particular, e permaneçam surdos aos ensinamentos da moral pura ou universalmente humana. Daí resulta a necessidade de uma censura do Estado; uma liberdade muito grande do pensamento e das opiniões que é, conforme pensa o Sr. Marx, com muita razão, por sinal, do seu ponto de vista eminentemente político, incompatível com essa unanimidade de adesão exigida pela segurança do Estado. Que tal seja, na realidade, o pensamento do Sr. Marx, isto nos é provado o suficiente pelas tentativas que fez para introduzir, sob pretextos plausíveis, sob máscara, a censura na Internacional.

Mas qualquer que seja a vigilância desta censura, conquanto o Estado tomasse exclusivamente em suas mãos toda a educação e toda a instrução populares, como o quis Mazzini, e como o quer hoje o Sr. Marx, o Estado nunca poderá estar seguro de que pensamentos proibidos e perigosos deslizem, sob forma de contrabando, na consciência das populações que ele governa. O fruto proibido possui tanta atração para os homens, e o diabo da revolta, este eterno inimigo do Estado, desperta de modo tão fácil em seus corações, quando não estão embrutecidos o suficiente, que nem essa educação, nem essa instrução, nem mesmo essa censura, garantem o bastante a tranquilidade do Estado. É-lhe preciso ainda uma política, agentes devotados que vigiam e dirigem, secretamente, sem que isso seja visível, a corrente da opinião e das paixões populares. Vimos que o próprio Sr. Marx está de tal forma convencido desta necessidade que achou por bem encher com seus agentes secretos todas as regiões da Internacional, principalmente a Itália, a França e a Espanha.

Enfim, por mais perfeita que seja, do ponto de vista da conservação do Estado, a organização da educação e da instrução populares, da censura e da polícia, o Estado não pode estar seguro de sua existência enquanto não tiver, para defendê-lo dos *inimigos do interior*, do descontentamento das populações, uma força armada. O Estado é o governo, de cima para baixo, de uma imensa quantidade de homens muito diversos do ponto de vista do grau de sua cultura, da natureza dos países ou das localidades que eles habitam, de sua posição, de suas ocupações, de seus interesses e de suas aspirações, por uma minoria qualquer; esta minoria, ainda que fosse mil vezes eleita pelo sufrágio universal e controlada em seus atos por instituições populares, a menos que seja dotada da onisciência, da onipresença e da onipotência que os teólogos atribuem a seu Deus, é impossível que possa conhecer, prever as necessidades, satisfazer, com igual justiça, os interesses mais legítimos, mais gritantes de todo mundo. Sempre haverá descontentes, porque sempre haverá sacrificados.

Por sinal, o Estado, assim como a Igreja, por sua própria natureza, é um grande sacrificador de homens vivos. É um ser arbitrário, no seio do qual todos os interesses positivos, vivos, tanto individuais quanto locais, das populações vêm encontrar-se, chocar-se, entredestruir-se, absorver-se, nessa abstração que denominam interesse comum, o *bem*

público, a salvação pública, e onde todas as vontades reais se anulam nessa outra abstração que traz o nome de *vontade do povo*. Resulta daí que esta pretensa vontade do povo outra coisa não é senão o sacrifício e a negação de todas as vontades reais das populações; da mesma forma que esse pretense bem público nada mais ó senão o sacrifício de seus interesses. Mas para que essa abstração onívora se possa impor a milhões de homens, é preciso que seja representada e apoiada por um ser real, por uma força viva qualquer. Pois bem, este ser, esta força, sempre existiram. Na Igreja, denomina-se clero, no Estado, classe dominante ou governante.

No Estado popular do Sr. Marx, dizem-nos, não haverá absolutamente classe privilegiada. Todos serão iguais, não somente do ponto de vista jurídico e político, mas também do ponto de vista económico. Pelo menos no-lo prometem, ainda que eu duvide muito que, da maneira como procedem e na via que querem seguir, possam algum dia cumprir sua promessa. Não haverá, portanto, mais nenhuma classe, mas um governo, e, observai-o bem, um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como o fazem hoje todos os governos, mas que ainda as administrará economicamente, concentrando, em suas mãos, a produção e *ajusta* repartição das riquezas, a cultura da terra, o estabelecimento e o desenvolvimento das fábricas, a organização e a direção do comércio, enfim, a aplicação do capital à produção pelo único banqueiro, o Estado. Tudo isso exigirá uma ciência imensa e muitas cabeças transbordantes de cérebro nesse governo. Será o reino da *inteligência científica*, o mais aristocrático, o mais despótico, o mais arrogante e o mais desprezível de todos os regimes. Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de doutos reais e fictícios, e o mundo se dividirá em uma minoria dominando em nome da ciência, e uma imensa maioria ignorante. E, então, cuidado com a massa dos ignorantes!

Tal regime não deixará de provocar seríssimos descontentamentos nessa massa, e, para contê-la, o governo iluminador e emancipador do Sr. Marx precisará de uma força armada não menos séria. Isso porque o governo deve ser forte, diz o Sr. Engels, para manter na ordem esses milhões de analfabetos cuja sublevação brutal poderia tudo destruir e tudo derrubar, mesmo um governo dirigido por cabeças transbordantes de cérebro.

Vede muito bem que através de todas as frases e todas as promessas democráticas e socialistas do programa do Sr. Marx, encontramos em seu Estado tudo o que constitui a própria natureza despótica e brutal de todos os Estados, qualquer que seja a forma de seu governo, e que no final das contas o Estado popular, tão recomendado pelo Sr. Marx, e o Estado aristocrático-monárquico, mantido com tanta habilidade quanto força pelo Sr. Bismarck, identificam-se completamente pela natureza de seu objetivo tanto interior quanto exterior. No exterior, a mesma demonstração da força militar, quer dizer, a conquista; e no interior, é o mesmo emprego dessa força armada, último argumento de todos os poderes políticos ameaçados, contra as massas que, fatigadas de crer, esperar, resignar-se e obedecer, sempre, revoltam-se.

Deixemos agora as considerações gerais sobre o Estado e entremos mais a fundo na política real, nacional, do Sr. Marx. Assim como o Sr. Bismarck, ele é um patriota alemão. Deseja a grandeza e o poderio da Alemanha como Estado. Ninguém poderá, por sinal, incriminá-lo por amar seu país e seu povo; visto que ele está tão profundamente convencido de que o Estado é a condição *sine qua non* da prosperidade de um e da emancipação do outro, achar-se-á natural que ele deseje que a Alemanha organize-se como Estado, e necessariamente um Estado muito grande e muito forte, pois os Estados fracos e pequenos sempre correm o risco de se verem engolidos. Consequentemente, o Sr. Marx, como patriota perspicaz e ardente, deve querer o poderio e a grandeza da Alemanha como Estado.

Mas, por outro lado, o Sr. Marx é um socialista célebre, e, além do mais, um dos principais iniciadores da Internacional. Ele não se contenta em trabalhar unicamente pela emancipação do proletariado da Alemanha, sente-se honrado e considera como seu dever trabalhar, ao mesmo tempo, pela emancipação do proletariado de todos os outros países: o que faz com que esteja em contradição consigo próprio. Como patriota alemão, deseja a grandeza e o poderio, quer dizer, a dominação da

Alemanha; mas como socialista da Internacional, deve desejar a emancipação de todos os povos do mundo. Como resolver esta contradição?

Só há um único meio: proclamar, depois de ter persuadido a si mesmo, é evidente, de que a grandeza e o poderio da Alemanha, como Estado, é a condição suprema da emancipação de todo mundo, e que o triunfo nacional e político da Alemanha é o triunfo da humanidade, e que tudo o que é contrário ao advento dessa grande potência onívora é inimigo da humanidade. Uma vez estabelecida esta convicção, não é somente permitido, mas ordenado pela mais santa das causas, fazer servir a Internacional, inclusive todas as Federações dos outros países, como um meio muito poderoso, muito cómodo, muito popular, sobretudo, para a edificação do grande Estado pangermânico. E foi isso precisamente o que o Sr. Marx tentou fazer, tanto pelas deliberações da Conferência por ele organizada em setembro de 1871, em Londres, quanto pelas resoluções votadas por seus amigos alemães e franceses no Congresso de Haia. Se ele não obteve melhor resultado, não foi, seguramente, por falta de grandes esforços nem de muita habilidade de sua parte, mas provavelmente porque a ideia fundamental que o inspira é falsa, e sua realização impossível.

Esta identificação da causa da humanidade com a da grande pátria germânica não é, em absoluto, uma ideia nova. Ela foi explicitamente expressa pela primeira vez, se não estou enganado, pelo grande filósofo e patriota alemão Fichte, em uma série de leituras que fez em Berlim, depois da batalha de Iena, por assim dizer, sob a baioneta dos soldados franceses acantonados na capital da Prússia, e que, embriagados por todas as suas vitórias, e ignorantes como convém a bravos generais, oficiais e soldados da França, pouco se preocupavam com o que podia dizer um professor alemão¹⁶.

Fichte havia sido expulso, pouco tempo antes, da Universidade de Iena, sob o governo muito iluminado do duque de Saxe-Weimar, o amigo de Goethe, por causa de sua profissão de fé revolucionária e ateia. Pois bem, foi a este homem que Stein e Hardenberg, os dois novos ministros do rei Frederico Guilherme III da Prússia, num momento em que a Prússia, completamente conquistada e só respirando pela graça de seu vencedor, vira-se mergulhada numa depressão infinitamente mais sufocante do que aquela em que se encontrava a França em 1870 e 1871, — foi a este homem que o governo da Prússia, bem mais felizmente inspirado do que o governo do Sr. Thiers, recorreu para reerguer, para refazer a energia moral da juventude prussiana e alemã.

Coisa surpreendente e digna de permanecer na memória das nações! A verdadeira grandeza da Prússia, seu novo poderio datam da catástrofe de Iena. É verdade que muitas causas anteriores, tanto prussianas quanto alemãs, a haviam preparado. Entre as causas exclusivamente prussianas, é preciso colocar, em primeira linha, a política perseverante e tortuosa dessa casa de Brandeburgo que, durante três séculos seguidos, de pai para filho, sempre perseguiu um único objetivo: o da criação de uma grande potência alemã, fundada em parte sobre a destruição e em parte sobre o subjugamento das populações eslavas que eram as habitantes primitivas de todo o reino da Prússia atual, e do qual uma parte ainda conservou suas características, seus costumes e, inclusive, sua língua eslavos, apesar de todos os esforços que fizeram para germanizá-los. Inicialmente vassallos da coroa da Polónia, os duques da Prússia acabaram por despojar seu antigo soberano. Primeiramente tornaram-se independentes dele, em seguida começaram a desprender uma a uma suas províncias, finalmente, proclamaram-se reis, e, pela mão de seu poderoso sucessor, Frederico, o Grande, em concordância com a Rússia e a Áustria, deram, enfim,

o golpe de misericórdia nesta infeliz Polónia, outrora sua soberana.

A menos que, dando prova de profunda ignorância, alguém possa contestar que toda a força política da Prússia foi fundada exclusivamente em detrimento e sobre a completa ruína da Polónia. Essa força data realmente da partilha deste reino-república e da conquista da Silésia, província outrora completamente, e ainda hoje em sua maior parte, polonesa. E

¹⁶ Essas leituras foram publicadas sob este título — "Discurso à nação alemã", *Reden an die deutsche Nation*.

bom lembrarmos essa origem, que pesa e sempre pesará como uma fatalidade sobre o poderio prussiano, e alemão também, visto que o poderio alemão será prussiano.

Mas esta nova potência, criada definitivamente por Frederico II, ainda não era, por assim dizer, senão uma potência inteiramente exterior, toda artificial, mecânica, ou somente política. A alma, a sanção nacional lhe faltava. Em sua maioria eslava nos campos, ela só será alemã nas cidades, na classe burguesa, na nobreza, na burocracia, em seus professores e em seu clero protestante, enfim, na corte, até o momento em que Frederico II transformou esta última numa espécie de corte francesa, imitando, à maneira dos alemães, isto é, com uma graça um pouco pesada, o espírito, os modos e as maneiras elegantes dos franceses.

Para que se possa fazer uma ideia exata do que era a nacionalidade alemã, representada pelas classes que acabo de enumerar, não somente na Prússia, mas em toda a Alemanha, o melhor seria ler a *História do século XVIII*, escrita pelo grande historiador alemão Schlosser. Não se pode imaginar nada de mais abjeto, de mais estúpido, de mais vil. Eram a pobreza, a secura, o peso pedantesco de um espírito privado de movimento e de vida, unidos a uma covardia de coração sem limites.

Coisa estranha e igualmente digna de não ser esquecida pelos povos! O protestantismo, que, se não tivesse criado, havia pelo menos estimulado e acompanhado o movimento emancipador dos povos em todos os outros países, na Suíça, na Inglaterra, na Holanda, na Suécia, e mais tarde na América, mesmo na França, enquanto não foi vencido, apenas na Alemanha havia produzido um efeito totalmente contrário. Lá se tornou a religião do despotismo. Não se deve concluir disso que os alemães são um povo realmente predestinado à criação de um poderosíssimo e grande Estado, visto que a obediência e a resignação, estas duas virtudes de um súdito e condições supremas do Estado, encontram-se tão profundamente enraizadas em seus corações; a tal ponto que a Reforma — uma revolução religiosa que havia sacudido o torpor de tantas outras nações e que havia despertado em seu seio o princípio de completa liberdade, a revolta —, havia produzido, na Alemanha, o único efeito de reforçar o sentimento e a prática da disciplina?

Na primeira parte deste escrito¹⁷, mostrei como a nação alemã, absorta devotamente em seus sonhos, havia passado sua adolescência e sua juventude, durante todo o longo período da Idade Média, na mais completa e mais tranquila escravidão. Constatei, em seguida, de que maneira, quase no final do século XV, ela deu a impressão de despertar. No começo do século XVI, teve, com efeito, alguns anos de impulso magnífico: Lutero, Ulrich von Hutten, Franz von Sickingen, Thomas Münzer, e muitos outros mais, pareceram desejar conduzi-la para uma via desconhecida e rica de pensamento, paixão e ação, na via da liberdade. Eletrizadas por suas prédicas ardentes, vibrando de esperança e de fé, massas de camponeses, rompendo suas antigas correntes, ergueram-se ao grito de *Guerra aos castelos e paz às cabanas!* Saquearam e destruíram os castelos, e enforcaram ou massacraram os senhores e os padres.

"Era a reação", diz Lassalle, e repetem com ele todos os marxistas. Era a reação, dizem eles, porque a revolução, que só é considerada como tal quando é bem civilizada, bem científica, quer dizer, bem burguesa, não pode emanar da barbárie dos campos. O camponês só pode fazer reação, de onde resulta que o primeiro dever da revolução é impedir, reprimir, a qualquer custo, qualquer movimento de camponeses. Dóceis em relação a este preceito, os burgueses radicais da Alemanha o reprimiram em 1830, com efeito, tanto quanto em 1848, e é por causa disso, sem dúvida, que eles gozam, hoje, de tão grande liberdade. Em 1525, o triunfo dessa estranha "revolução", inteiramente alemã, sobre essa "reação" camponesa, foi completo. Os camponeses, abandonados e traídos pelos burgueses das cidades, foram vencidos pelos nobres, massacrados e torturados às dezenas de milhares, depois do que a Alemanha voltou à tranquilidade. Ela permaneceu mergulhada nessa calma durante mais de três séculos, como a Itália, com a diferença de que a Itália havia sido sufocada pela aliança do imperador com o papa, enquanto a Alemanha havia sucumbido *voluntariamente* sob o peso de sua própria *revolução*.

¹⁷ *O Império Cnuto-germânico e a Revolução Social*, por Mikhail Bakunin; primeira parte. Está à venda por James Guillaume, impressor, em Neuchâtel (1871).

Foi precisamente aí que começou a se desenvolver, em todo o seu estranho esplendor, na Alemanha, a força crescente, *pretensamente progressista e revolucionária* do Estado militar, burocrático e tranquilamente despótico. Os príncipes soberanos substituíram o papa e declararam-se chefes de suas Igrejas nacionais, para a grande satisfação de um clero cujo servilismo abjeto ultrapassou tudo o que se tinha visto de semelhante, mesmo na Alemanha, até aquele momento. Tornaram-se, de certa forma, os Deuses de seus Estados, Deuses muito grosseiros, ignorantes como convém a príncipes, estupidamente enfatuados de sua vontade soberana e excessivamente depravados, acima deles uma nobreza banalmente bajuladora, vergada para todos os serviços, desejosa de fortuna, favores e senhores, não pedindo outra coisa senão vender suas mulheres e suas filhas ao primeiro sultão que aparecesse. Os camponeses, esmagados, dizimados e ombrutecidos triplamente pela derrota, pela miséria e pelos ensinamentos de seus pastores protestantes, predicadores da escravidão cristã, não se agitaram mais, senão para levar ao castelo, curvos e trémulos, os frutos de seu trabalho. A burguesia e os corpos de profissão retomaram calmamente suas ocupações e seus hábitos laboriosos cotidianos, conservando como toda distração e consolo apenas a leitura da Bíblia, e pagando todos os impostos que se quis, sem resistência, sem protesto, sem murmúrio.

A Alemanha havia se tornado, assim, definitivamente, e permaneceu durante três séculos mortais, o paraíso dos déspotas, a terra da tranquilidade, da submissão, da resignação e da mediocridade mais desoladora, sim, desoladora sob todos os aspectos, pois mesmo o movimento económico, o da indústria e do comércio, diminuiu consideravelmente em comparação à energia e à atividade que ele havia desenvolvido desde o nascimento da Liga Hanseática, entre os séculos XIII e XV. Depois da Reforma, esse movimento, por assim dizer, congelou-se, de forma que a Alemanha permaneceu bem longe, não só atrás dos países protestantes, tais como a Inglaterra e a Holanda, mas até mesmo atrás da França católica. Pode-se inclusive dizer que foi apenas a partir do primeiro quartel de nosso século que ela começou a participar do grande movimento da indústria e do comércio mundial.

Mesmo hoje, ela só mantém, evidentemente, a quarta, ou mesmo a quinta posição, após a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, e a pequeníssima, mas muito industrializada Bélgica, e, sob o aspecto do comércio marítimo, pelo menos, até mesmo atrás da Holanda.

Assim, durante três séculos, mesmo sob o aspecto económico, ela permaneceu mais ou menos estagnada, tão pobre de espírito quanto de riquezas materiais. Resultou disso um tipo de virtude relativa, ou melhor, negativa, conhecida pelo nome proverbial de *honestidade alemã*; haviam atribuído erroneamente a não sei qual força moral, inerente — acreditava-se — ao caráter da nação, quando esta virtude não era mais que o produto natural dessa dupla pobreza da bolsa e do espírito. Para se convencer disso, basta observar com que rapidez esta honestidade alemã tão vangloriada evapora-se hoje sob o sopro depravador e poderoso da grande especulação banqueira, das grandes transações comerciais e da grande indústria.

Essa honestidade não era, portanto, uma força moral, mas o produto da mediocridade tanto material quanto intelectual. Era hábito dos pobres viverem com pouco e só conhecer bem poucas necessidades, levar toda a sua existência fora das grandes paixões, das grandes fruições e das grandes tentações, tanto do pensamento quanto da vida. Contentar-se com pouco, eis em que consistiu essa virtude, — uma virtude negativa, se o é — e só buscar compensações e consolos na contemplação religiosa e na leitura da Bíblia, que embriagava a baixo custo esses bons burgueses protestantes com a comunhão do Espírito Santo ou com a comunhão direta com Deus pelo Cristo. Compreende-se que tal regime tenha formado súditos muito apropriados às necessidades do despotismo.

Tal foi, portanto, neste estranho país, o efeito da dupla revolução que marcou a transição da Idade Média à era moderna; da revolução económica que, sobre as ruínas da propriedade feudal, devia fundar a nova força do capital e da revolução religiosa

que havia despertado a vida política em todos os outros países. Na Alemanha, esse efeito pode ser resumido nestas palavras: empobrecimento e torpor material, prostração intelectual e moral.

Alguns escritores alemães, Schiller entre outros, procuraram explicar este fato tão doloroso para seu patriotismo, atribuindo-o exclusivamente aos imensos desastres causados à Alemanha pela guerra dos Trinta Anos, da qual ela foi ao mesmo tempo o teatro e a vítima. Mas foram os outros países realmente poupados? A Holanda não foi da mesma forma devastada por Felipe II, a Inglaterra pelos Stuarts, e a França pela Liga católica e pela monarquia absoluta, desde o começo das guerras de religião até a proclamação do Edito de Nantes? Pois bem, tudo isso não impediu a Holanda de fundar sua liberdade e sua prosperidade material, e a Inglaterra, de ter seus Shakespeare, seus Milton, de derrubar o despotismo dos Stuarts, e abater o despotismo alemão trazido pela casa de Hanover. Até mesmo na França, apesar do triunfo do catolicismo, apesar do aniquilamento e do banimento definitivos das populações protestantes, as mais industriosas e as mais ricas do país, enfim, apesar do estabelecimento de uma monarquia orientalmente absoluta, com toda a ostentação insolente de seu Rei-Sol, que resume em sua pessoa todo o Estado, — na França, desde Rabelais, Montaigne e Descartes, até Voltaire e Diderot, através da grande literatura dos séculos XVII e XVIII, encontrais uma corrente não interrompida e sempre crescente de livre-pensamento, que inspira nobres espíritos, funda, em Paris, salões literários e filosóficos, Academias de Ciências e de Letras, cria uma opinião pública oposta tanto ao catolicismo, ao dogma cristão, ao Senhor celeste, quanto ao despotismo real, e que, inicialmente se desenvolvendo às escondidas, disseminando-se pouco a pouco, por mil canais subterrâneos e invisíveis, em todas as classes da sociedade, acaba por abarcar a nação por inteiro, proclama a Revolução e conduz à guilhotina o senhor terrestre.

Mas na Alemanha, nada, absolutamente nada. Desde a morte de Lutero, até o aparecimento dos primeiros escritos de Lessing, isto é, durante dois séculos seguidos, interrupção completa de pensamento, de todo movimento intelectual e da vida moral; a menos que, por piedade para tanta miséria, se queira considerar como sinais de desenvolvimento intelectual e moral os gemidos doentios e sentimentais do pietismo, ou então as extravagâncias teosóficas de um Jacob Böhme. A própria língua alemã, da qual Lutero se serviu tão magnificamente, havia caído em desuso: dominava a língua da Bíblia, dos cânticos e dos tratados religiosos; a ciência desdenhava servir-se dela, e não havia propriamente literatura. Leibniz, um dos mais extraordinários espíritos do século XVII, só escreveu em francês ou latim.

E que ciências! Que estranhos professores! A teologia ortodoxa luterana dominava tudo. Depois dela vinha o direito, um e outra pregando o poder absoluto do soberano e o dever, não menos absoluto, da obediência passiva dos súditos. Era o culto teórico do Estado, base e condição prévia do culto prático que havia feito da Alemanha o que era: a pátria dos déspotas e dos escravos voluntários, dos lacaios. Os professores, pedantes, ridículos, absurdos, covardes e ignóbeis como lacaios, ajoelhados diante de todas as autoridades, vendidos de antemão e devotados de corpo e alma ao serviço de todos os poderes que adulavam em versos latinos e em prosa, ao mesmo tempo arrogantes, invejosos, perturbadores, injuriando-se, caluniando-se, denunciando-se mutuamente, e empurrando essa guerra incivil de pedantes, como na comédia de Molière, até se puxarem os cabelos, às vezes, — tais foram os nobres instrutores e educadores da juventude alemã durante esses dois séculos.

Ao lado das duas ciências principais, a teologia e o direito, havia uma terceira, que ensinava, de certa forma, a teoria de sua aplicação à vida prática: era a ciência política, a ciência do Estado, ou mais exatamente, a ciência do serviço do Estado. Ela abarcava a administração, as finanças e a diplomacia, e devia, tanto quanto as duas outras, mas de maneira ainda mais especial, formar os burocratas, os fiéis servidores do Estado. É preciso observar que nessa época, na Alemanha, as palavras "pátria", "nação", eram completamente ignoradas. Só havia o Estado, ou melhor, uma infinidade de Estados, grandes, médios, pequenos e pequeníssimos. Havia, na realidade, um único verdadeiramente grande, era o da Áustria, que se encontrava à frente de toda a Alemanha, como chefe do Império, mas que não possuía nem a força, nem mesmo a vontade de pôr um freio ao arbítrio despótico dos soberanos médios e pequenos em seus Estados respectivos. Para o súdito, e com mais razão para o

funcionário, a Alemanha não existia: só conhecia o Estado grande, médio ou pequeno que servia e que se resumia, para ele, na pessoa do príncipe.

Toda a ciência do burocrata consistia no seguinte: manter a ordem pública e a obediência dos súditos, e ar rançar deles tanto dinheiro quanto possível para o tesouro do soberano, sem arruiná-los por completo e sem levá-los, pelo desespero, à revolta; perigo que por sinal não era demasiado grande na Alemanha, que foi, nessa época pelo menos, senão hoje, o país clássico da submissão, da paciência e da resignação, tanto quanto da honestidade.

Pode-se imaginar qual deve ter sido o espírito desses honestos filisteus da burocracia alemã, que, não reconhecendo, depois de Deus, outro objeto de culto senão essa terrível abstração do Estado personificado no príncipe, imolava-lhe conscienciosamente, impiedosamente, tudo. Novo Brutus, em boné de algodão e cachimbo pendente da boca, cada funcionário alemão era capaz de sacrificar seus próprios filhos ao que ele chamava razão, justiça, direito supremo do Estado.

Ao lado desses honestos "filisteus" da burocracia, havia os espertalhões, os canalhas titulados da diplomacia. A burocracia, pode-se dizê-lo, nasceu e desenvolveu-se principalmente na Alemanha, e tornou-se simultaneamente uma ciência, uma arte e um culto. Mas é a Itália que reclama a honra muito equívoca de ter dado origem à diplomacia. Dividida em uma multidão de pequenas repúblicas, na Idade Média, todas independentes umas das outras, e em luta perpétua umas contra as outras; ameaçada, por outro lado, pelas invasões periódicas da Alemanha, da França, da Espanha, e pela traição permanente dos papas, foi a Itália que criou, desenvolveu e cultivou em seu seio esta arte infernal da diplomacia, tão bem descrita por Maquiavel, e que, depois de ter formado e ilustrado os grandes canalhas históricos conhecidos sob os nomes de Médicis e de Bórgia, acabou por desmoralizar e por desorganizar tão completamente esta nobre nação que ela tornou-se, com o passar do tempo, incapaz de resistir à dupla tirania dos imperadores e dos papas.

As mesmas razões que a fizeram nascer na Itália, deviam fazê-la prosperar na Alemanha, onde cada pequena corte formava um foco permanente de cabalas ou intrigas, tanto no interior quanto no exterior. No interior, era o grande negócio do favor do príncipe, que uma multidão de nobres vassallos disputava entre si com encarniçamento feroz, empregando nessa luta toda a canalhice de que a baixeza, a perfídia, a avidez e a vaidade dos cortesãos e das cortesãs são capazes. Quanto menor a corte, mais essa cabala incessante, que constituía, de certa forma, sua atmosfera, manifestava-se cínica, ridícula, atroz, abjeta. Casar o príncipe, dar-lhe uma amante, substituí-la por outra, expulsar um favorito para elevar um novo, eis os grandes negócios que absorviam a inteligência da juventude nobiliária da Alemanha. Esta cabala interior servia de alguma forma de escola onde se formavam os estadistas, os diplomatas. Uma vez formados, eles lançavam-se sobre o teatro público da diplomacia exterior, que se tornou um certo género de ciência, ou melhor, a arte privilegiada do pessoal nobiliário na Alemanha, tanto quanto em todos os outros países.

Sabe-se o que é a diplomacia: é a arte e a ciência da canalhice, legitimada pelo serviço do Estado. Dísse-se, com muita razão, que, se em seu interesse privado, qualquer que fosse ele, um indivíduo quisesse se permitir a décima parte dos atos que os diplomatas mais renomados da Europa realizam sob os nossos olhos, ele seria citado pela justiça e condenado aos trabalhos forçados, a menos que fosse bastante rico e poderoso para evitar uma e outra. Maquiavel, o fundador da ciência política, enquanto ciência histórica e positiva, demonstrou-o muito bem: o Estado, todo Estado, monárquico ou republicano, é a mesma coisa, — ele só existe pela violência, e não é outra coisa senão uma violência sistemática ou contínua, franca ou mascarada, mas sempre imposta às massas por uma minoria dominante ou um governo qualquer, — o Estado só pode se manter por uma violência tão contínua e sistemática do direito humano, da moral humana; o que significa dizer que ele só pode existir pelo crime. Mas uma vez que o Estado, sua integridade, sua grandeza, seu poderio, e, conseqüentemente, sua extensão também, se possível, são colocados como o objetivo supremo, ao qual todo homem nascido em seu seio, todo súdito, deve sacrificar todo o resto, é evidente que todos os crimes cometidos no interesse do Estado tornam-se virtudes. Assim, os estadistas, os diplomatas que se tornam culpados, longe de se esconderem, vangloriam-se por isso. Quantos crimes flagrantes,

por exemplo, o Sr. Bismarck acaba de cometer diretamente contra a França e indiretamente contra a Alemanha! Pois bem, todo mundo o festeja hoje como o maior estadista da Europa. E o Sr. Thiers, por que não somente os monarquistas e os conservadores da Europa e da França, mas também os republicanos, a extrema esquerda, inclusive o *homem do futuro*, Gambetta, por que o proclamam todos o homem indispensável e o salvador da França? Porque, para a salvação do Estado, fez assassinar quarenta mil defensores da Comuna de Paris, esta negação doravante histórica do Estado, e continua a fuzilar ainda alguns deles, como vítimas exigidas por esse grande ídolo do Estado.

Vê-se que sob todas as formas de governo, nas monarquias assim como nas repúblicas, a partir do momento que a salvação do Estado o exige, todos os estadistas sentem, pensam e fazem a mesma coisa. Neste terreno, todos eles se dão as mãos, Muravief e Haynau, Bismarck e Thiers, Gambetta, e até mesmo o Sr. Marx, se algum dia o Sr. Marx for chamado a governar um Estado.

Entretanto, ele se apresenta em nossos dias como um verdadeiro progresso. Já não me lembro quem disse que a hipocrisia era uma homenagem que o vício prestava à virtude: a diplomacia moderna tende a justificar este provérbio. Ao ler as proclamações que os estadistas atuais não deixam de lançar quando empreendem alguma coisa bem sinistra, dir-se-ia que eles têm um único objetivo, o bem desta pobre humanidade. Mas, na época da qual falo, essa palavra era mais ou menos desconhecida, tanto na Alemanha quanto nos outros lugares. Deus era então o grande abrigo, — o Deus das batalhas e dos reis, ou, como o disse posteriormente o grande Frederico, o Deus dos grandes batalhões. Por sinal, nessa época não se precisava sequer de pretexto. A canalhice dos cortesãos e dos diplomatas mostrava-se em todo o seu cinismo, tanto mais honrada e festejada quanto mais hábil e feliz era. Desprezavam tanto o público burguês e a canalha popular que sequer se davam ao trabalho de enganá-los. Os diplomatas franceses, que davam o tom àqueles de todos os outros países, eram espertalhões refinados. Podemos imaginar o que deviam ser os diplomatas da Alemanha, igualando e frequentemente ultrapassando os modelos franceses em todas as coisas, menos no espírito.

Ao lado da burocracia e da diplomacia, houve ainda uma arte que prosperou muito na Alemanha. Foi a arte militar. Foi na Alemanha que nasceu a mania, a paixão de brincar de soldado. A verdadeira pátria desta nobre paixão é a Prússia. Sabemos que sob o reinado do pai do grande Frederico ela se havia tornado uma verdadeira loucura; ele sonhava só com uniformes; avaro, gastava, contudo, muito dinheiro para comprar belos soldados, e, quando não podia comprá-los, sequestrava-os e os arregimentava pela violência. Os príncipes da Alemanha que desejavam cortejá-lo, entregavam-lhe seus mais belos súditos. Não devemos nos surpreender com isso, porque às vésperas mesmo da Revolução francesa, enquanto toda a Europa, já inundada pela luz do livre pensamento, estremecia à espera dos grandes eventos que deviam transformá-la por completo, enquanto os próprios déspotas, tais como Catarina II, Frederico II, e tantos outros mais, levados pelo vertigem de um liberalismo universal, acreditando dever incensar este novo espírito que havia invadido todo o mundo, dois soberanos alemães, o duque de Brunswick e o conde de Haynau, vendiam tranquilamente uma vintena de milhares de soldados alemães ao rei da Inglaterra, sem sequer se dar ao trabalho de concluir com ele um tratado de aliança efetiva contra a América insurreta, contra a qual esses soldados foram empregados, mas se fazendo pagar simplesmente com dinheiro vivo. Foi uma venda de homens, de soldados e de súditos alemães, em conformidade com a lei. Este fato, por si só, caracteriza o poder dos príncipes alemães, a paciência angélica de seus súditos, e, em particular, o espírito do militar alemão nessa época.

Era o ideal do soldado-máquina, do homem embrutecido pela disciplina militar, a tal ponto que mata e se faz matar, na base de algumas moedas por dia, sem saber sequer quem mata e por que mata. Quanto aos oficiais alemães, nobres na maioria das vezes, eram verdadeiros cavaleiros de aventura, alugando seus serviços ao soberano que melhor pagasse, alemão ou mesmo estrangeiro, e levando a todos os países que eles honravam com seu serviço lucrativo a mesma fidelidade de cão em relação a seus chefes e a seus príncipes de ocasião, a mesma dureza para com o soldado, e o mesmo desprezo pelo burguês e pelo povo.

Basta que se reúna, que se combine todos os elementos sociais que acabo de examinar um a um, e se terá uma ideia perfeitamente exata da Alemanha, tal como saíra da Reforma e da guerra dos Trinta Anos, até a segunda metade do século XVIII, isto é, durante mais de três séculos seguidos. E agora, que cada um diga sinceramente se eu não tive mil vezes razão de defender, contrariamente ao Sr. Marx, que não foi absolutamente a Rússia, que foi a Alemanha, do século XVI até os nossos dias, a fonte e a escola permanente do despotismo de Estado na Europa. O que, nos outros países da Europa, foi somente um fato, a Alemanha fez disso um sistema, uma doutrina, uma religião, um culto: o culto do Estado, a religião do poder absoluto do soberano e da obediência ilimitada do súdito, a prosternação, o aniquilamento de todo subalterno em relação a seu chefe, o respeito da classe como na China, a nobreza do sabre, a onipotência mecânica de uma burocracia hierarquicamente petrificada, o reinado absoluto da papelada jurídica e oficial sobre a vida, enfim, a completa absorção da sociedade pelo Estado; acima de tudo isso, o bel-prazer do príncipe semi-Deus e necessariamente meio-louco, com a depravação cínica de uma nobreza simultaneamente estúpida, arrogante e servil, pronta a cometer todos os crimes para agradar-lhe; e, jhaixo, a burguesia e o povo dando ao mundo inteiro o exemplo de uma paciência, de uma resignação e de uma subordinação sem limites.

Pensa o Sr. Marx que um povo, por mais bem dotado que seja, pode permanecer impunemente em semelhante situação durante um longo período histórico, sem que 11 escravidão penetre até nas últimas ramificações de suas veias, torne-se seu hábito, sua segunda natureza? E se esse povo, como se pode dizer com toda justiça do povo alemão, mesmo antes desses três séculos, nunca conheceu, nem mesmo desejou a liberdade; se, no meio do movimento progressista dos povos vizinhos, ele permaneceu um povo estagnado, contemplativo, meditativo, — trabalhando muito, é verdade, e esta é sua honra, mas nunca se revoltando, exceto em um curtíssimo momento em sua vida, no início da Reforma, — o que deve ter-se tornado durante esses três séculos de imobilismo e de falta de pensamento absolutos? Um excelente instrumento para todas as ações do despotismo, tanto dentro quanto fora; uma base muito sólida para a propaganda, a glória e a usurpação do despotismo no mundo inteiro.

Se a Alemanha deixou de ser conquistadora a partir da Reforma e até o final do século XVIII, se deixou este papel à França de Richelieu e de Luís XIV, não foi por falta de disposições, mas unicamente por falta de força. A Reforma havia desferido um golpe mortal no Império germânico, ela o havia dissolvido de fato, senão ainda de direito. A Alemanha estava infinitamente dividida. A Alemanha católica, separada, por sinal, em duas partes desiguais pela inveja secular da Áustria e da Baviera, era incomodada por uma multidão de pequenos príncipes protestantes sempre prontos a coligar-se e, se necessário, até mesmo a apoiar-se na França católica contra ela. Isso reduzia, de fato, toda a Alemanha a uma completa impotência.

Estranha situação essa de um povo muito numeroso, muito robusto, conquistador e invasor tanto por tradição quanto por gosto, — os eslavos sabem algo disso, e os italianos também, — disposto, além disso, a tornar-se excelente instrumento de conquista por sua própria escravidão, por esta disciplina interior, voluntária, e por esta paixão pela obediência, que faziam dele um povo modelo — e que, apesar dessas grandes vantagens, viu-se reduzido a representar, durante tantos séculos seguidos, o papel de povo vítima, oprimido e mais ou menos dizimado por todos os Estados vizinhos, até mesmo pela pequena Suécia; de um povo que não pedia nada melhor do que invadir todos os lugares, e que, ao invés disso, foi condenado a encontrar-se sempre invadido; isso porque a maioria das guerras que ensanguentaram a Europa, desde a Reforma até os nossos dias, teve como teatro a Alemanha, o que, naturalmente, do simples ponto de vista da tranquilidade e dos interesses materiais, deve ter contrariado muito os alemães, ao mesmo tempo que isso devia ferir bastante sua vaidade nacional.

Resultou disso tudo, muito lenta e imperceptivelmente, no início, é verdade, um sentimento natural e necessário de reação contra a causa de toda essa vergonha e de todas essas infelicidades, contra a divisão da Alemanha em um grande número de Estados, — não contra o Estado em geral. Não era a reação de um povo que amava e desejava a liberdade contra o despotismo interior do Estado que o impedia de usufruí-la; era a reação de um povo que, sentindo o gosto e a força natural da

conquista, aspirava a uma forma política capaz de satisfazer esse desejo instintivo e colocar em ação essa força. Para isso, só havia uma única forma: a do grande Estado unitário, abraçando patrioticamente toda a Alemanha, e até mesmo mais, todos os países que os alemães adquiriram o hábito de considerar, ao mesmo tempo histórica e cientificamente, parte integrante da grande pátria alemã. E ainda hoje o sonho de todos os pangermanistas.

Todavia, para a realização desse sonho, era preciso um órgão, e esse órgão não podia ser outro senão um Estado alemão já bastante poderoso por si mesmo, e que devia se tornar ainda mais pelo acréscimo de meios que receberia mais tarde de toda a Alemanha. É evidente que, uma vez que a unidade, cada vez mais desejada, desde a segunda metade do século XVIII, pelos espíritos mais patrióticos da Alemanha, tinha, inteiramente de acordo com o caráter nacional, como último objetivo a força, é evidente, digo, que essa unificação e centralização nacional da Alemanha só podia ser realizada pelo Estado, e não por um movimento espontâneo das próprias populações alemãs; semelhante movimento, podendo produzir a prosperidade material e a liberdade, mas não a força política de uma nação, a menos que o movimento popular, inspirado mais por essa paixão pela grandeza política do que pelo amor à liberdade, tenda e resulte por si mesmo, na criação do grande Estado, assim como hoje o desejam os social-democratas da Alemanha, que se esforçam evidentemente para conduzi-lo a essa via.

Mas era absolutamente impossível que as populações alemãs caminhassem de maneira espontânea nessa via. Isso porque, para fundar o grande Estado unitário, elas deviam de início derrubar esse grande número de pequenos Estados, de pequenos príncipes, entre os quais a Alemanha se encontrava dividida, e era uma obra, uma ação da qual os povos alemães eram e ainda hoje se mostram, até este momento pelo menos, absolutamente incapazes. Para derrubá-los por seu próprio movimento, eles só tinham, só têm, ainda hoje, um único meio, a *revolta*, e vimos que a revolta sempre foi estranha, para não dizer profundamente antipática, a essa excelente natureza humana, completamente tomada de respeito, submissão e resignação, repleta de uma veneração tão instintiva quanto refletida por todas as autoridades, e de uma piedade sem limites por seus príncipes.

Essa virtude política está de tal forma enraizada no coração da imensa maioria dos alemães, que o grande patriota Ludwig Börne, há apenas quarenta anos, escrevia estas terríveis palavras: "Os outros povos podem ser *escravos*; pode-se-lhes colocar correntes e controlá-los pela violência, mas os alemães são *laciaos*, não é preciso sequer acorrentá-los, pode-se deixá-los correr sem perigo. (*Andere Völker mögen SKLAVEN sein, man mag sie an die Kette legen, mit Gewalt darnieder halten, aber die Deutschen sind BEDIENEN, man braucht sie nicht an die Kette zu legen, man kann sie frei im Hause herum-laufen lassen*)".

O Dr. Johann Jacoby, igualmente um dos maiores e mais dignos patriotas da Alemanha, e ainda hoje um dos chefes mais renomados e mais venerados do Partido da social-democracia, ao qual acaba de dar sua plena adesão, repetiu várias vezes a mesma coisa, ainda que em termos muito mais parlamentares e polidos.

Eis, por exemplo, as palavras que pronunciou diante dos eleitores, em Berlim, em 5 de junho de 1848, pois, então, o movimento revolucionário com que a França, como sempre, havia tomado a iniciativa, havia penetrado inclusive na Alemanha, e cuja linguagem ainda era, nesse país, muito ousada:

"Em toda a Alemanha — com exceção de Baden — a revolução estancou *livremente* diante dos tronos titube-antes; isso prova que o povo alemão, ainda que desejando colocar um limite ao poder soberano de seus príncipes, não está absolutamente disposto a expulsá-los"¹⁸.

¹⁸ "Überall in Deutschland — mit alleiniger Ausnahme Badens — hat die Revolution aus freien Stücken vor den wankenden Thronen HALT gemacht; ein Zeugnis, dass das deutsch Volk der Gewaltmacht seiner Fürsten Mass und Schranken zu setzen, sie aber keineswegs abzuschaffen geneigt ist". (*Gesammelte Schriften und Reden von Dr. Johann JACOBY*, 2ter Theil, S. 23; Hamburg, Verlag von Otto Meissner, 1872).

E, dez anos mais tarde, rico de novas e bem cruéis experiências, e mais convicto do que nunca, eis as palavras que pronunciou em uma assembleia de eleitores, em novembro de 1858, em Königsberg:

"Respeito ao rei! Como nenhuma outra época, o ano de 1848 nos ensinou até que profundezas o elemento monárquico lançou raízes no coração do povo. Ao prestar à realeza essa homenagem que lhe é devida, não traímos o princípio da igualdade dos direitos, apenas damos satisfação a uma exigência perfeitamente justa, fundada tanto sobre a necessidade de nosso povo quanto sobre o desenvolvimento de nossa pátria."¹⁹

As primeiras palavras que acabo de citar foram pronunciadas pelo ilustre chefe do partido democrático da Alemanha, no meio da revolução, enquanto todos os tronos realmente titubeavam, e teria bastado uma simples manifestação de vontade da parte do povo alemão para fazê-los cair. O Dr. Jacoby, republicano de espírito e de coração, mas ao mesmo tempo observador consciencioso, testemunha ativa de tudo o que se passava em torno dele, constatou, não sem dor, sem dúvida, que o povo alemão, tendo sido absolutamente senhor de seu destino durante esses poucos meses de ebulição nacional, não quis ser, em absoluto, livre, quis, ao contrário, permanecer súdito de seus príncipes, não porque eram bons príncipes, — todos sabem o quanto foram e permaneceram ridículos e horríveis —, mas porque havia adquirido o hábito profundamente nacional de seu jugo. Se o Dr. Jacoby acrescenta que o povo alemão queria, ao mesmo tempo, estabelecer condições e limites a seu poder absoluto, não se deve levar muito a sério essas palavras. Em outro discurso pronunciado muito mais tarde (em 30 de janeiro de 1868, diante de uma assembleia de eleitores, em Berlim), ele próprio diz: "Falamos de movimentos populares, do despertar da consciência política do povo, das manifestações, resoluções e reivindicações populares; mas devemos, entretanto, confessar a nós mesmos, que é apenas uma fração mínima do povo (sem dúvida, a burguesia radical, que permanece de fato fora do povo) que toma parte em nossas lutas pela liberdade."²⁰

Em seu segundo discurso, pronunciado em Königsberg, em 1858, isto é, dez anos depois da revolução de 1848, — após dez anos da mais terrível reação que grassou na Alemanha, e que teria sido capaz de cansar a paciência e a fé de qualquer outro povo que não fosse o da Alemanha, — o venerável patriota constata, mais explicitamente do que nunca, a profundidade das raízes que o sentimento monárquico, isto é, o da escravidão voluntária, fez crescer na consciência, na natureza do povo alemão. Ele o denomina uma necessidade deste povo, e confessa que é uma *necessidade* do desenvolvimento da pátria alemã.

Em resumo, com todos os tipos de reticências e precauções, impostos sem dúvida tanto pelas circunstâncias quanto pelos hábitos de um temperamento mais calmo e de um espírito mais contemplativo e menos irascível, o Dr. Johann Jacoby confirmou completamente a terrível sentença pronunciada contra o povo alemão, por seu grande compatriota e predecessor, o Dr. Ludwig Börne. Este povo nunca amou muito a liberdade, e, a menos que ocorram eventos extraordinários e provavelmente exteriores, tais como uma revolução social que ecloda na França ou em qualquer outro país do sul da Europa, ou mesmo na Inglaterra, não apenas ele será incapaz de derrubar, por ele mesmo, seus tiranos, mas sequer desejará a sua queda. As razões que o impedirão serão sempre o culto da autoridade, a piedade pelo príncipe, a fé no Estado e o respeito inveterado por todos os funcionários e representantes do Estado; enfim, esse dom da disciplina voluntária e da obediência refletida, desenvolvida nele por toda a sua história, e, como acabamos de vê-lo, principalmente nos três últimos séculos. O protestantismo consagrou, por sua bênção, na Alemanha, mas só na Alemanha, todas essas disposições nacionais que fazem do povo alemão o povo mais livremente subjugado e o mais ameaçador, hoje, para a liberdade do mundo.

¹⁹ *Ehrebietung dem Könige! Wenn irgend eine Zeit, so hat das Jahr 1848 gelehrt, wie tief das monarchische Element in dem Herzen des Volkes Wurzel geschlagen. Wir werden nicht untreu dem Princip der Gleichberechtigung, wir geniigen nur einer durchaus gerechten, in dem Bedürfnisse unseres Volkes wie in der Entwicklung des Vaterlandes Begründeten Forderung, wenn wir dem Königthum die ihm gebührende Ehrfurcht zollen". (Ibid, S. 106).*

²⁰ *Ibid*, S. 326.

Uma vez dados todos esses elementos, compreende-se que a unidade da Alemanha, tão necessária para a realização de seu poderio político, não podia ser o resultado de um movimento liberal espontâneo da própria nação, mas apenas aquele da conquista; sem dúvida, não da conquista estrangeira, mas da absorção violenta de todos os pequenos Estados da Alemanha em um Estado comparativamente mais poderoso, senão uniforme nem completa-mente, pelo menos em grande parte germânico. Não cabe aqui demonstrar porque nem a Áustria, nem a Baviera, esgotadas e paralisadas, por sinal, por suas lutas precedentes, tanto quanto por suas invejas mútuas, e mortalmente atingidas pelo príncipe do ultramontanismo católico, ao qual, para sua própria infelicidade, elas haviam permanecido muito fiéis, não eram daí em diante capazes de prestar esse grande serviço à Alemanha, serviço que exige a ação de um Estado completamente novo, de forma alguma ou muito pouco comprometido pela história. Este novo Estado, todo mundo sabe, foi a Prússia.

A história do Estado brandeburgo-prussiano, até 1807, outra não foi senão a de seus príncipes, inicialmente mar-graves, eleitores de Brandeburgo e vassalos da Polónia para a Prússia, tornados, em 1701, reis da Prússia, logo em seguida protetores e, como tais, co-partilhadores da Polónia, os iniciadores incontestáveis dessa partilha que hoje amaldiçoam com mais energia do que sinceridade os Kocial-democratas da Alemanha. Até a grande catástrofe de Iena, não houve propriamente nação prussiana. Era uma aglomeração de populações heterogêneas, em parte (íslavas, e em especial polonesas, em parte alemãs, e que só eram ligadas entre si, como por exemplo as do Brandeburgo com as da Prússia, pela pessoa do soberano.²¹

²¹ O manuscrito se interrompe aqui. (N. de Arthur Lehning).